

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



Relatório do Reitor 2014/2015

plano e relatório anual das atividades académicas da UAL



Índice

Introdução.....	1
1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação	4
1.1. Atividade pedagógica e científica.....	4
1.1.1. Cursos conferentes de grau	4
1.1.2. Cursos não conferentes de grau	23
1.1.3. O papel do Conselho Científico	26
1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico	30
1.1.5. A Biblioteca e a Editora (EdiUAL).....	33
1.1.6. O Provedor do Estudante	38
1.2. As atividades de Investigação	41
1.3. O corpo docente	57
2. Representação da UAL	76
3. A internacionalização da UAL.....	79
4. A inserção dos alunos da UAL na sociedade.....	83
5. Avaliação/Acreditação	86
6. Perspetivas estratégicas e plano de ação	92

ANEXOS

Anexo I – Cursos que conferem grau.....	1
Anexo II – Cursos não conferentes grau.....	15
Anexo III – Conselho Pedagógico	23
Anexo IV – Relatório das atividades da Biblioteca e Editora (EdiUAL)	29
Anexo V – Relatório das actividades do Provedor do Estudante	35
Anexo VI – Centros de Investigação	41
Anexo VI – Lista dos docentes com carga horária atribuída	49
Anexo VII – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações.....	57
Anexo VIII – Doutoramentos na UAL (2014/2015)	59
Anexo IX – Representações do Reitor	63
Anexo X – Protocolos, convénios e parcerias	67
Anexo XI – GRI Gabinete de Relações Internacionais.....	71
Anexo XII – Gabinete de Inserção Profissional	77
Anexo XIII – Avaliações e Acreditações 2014/2015	81

Introdução

O Relatório do Reitor relativo ao ano letivo de 2015/2016 deve ser lido na continuidade dos relatórios anteriores, em que se procurou fundamentação e justificação para o seu conteúdo tendo em atenção a especificidade da UAL como universidade privada que é e do papel do Reitor, diferente do dos seus homólogos nas universidades públicas.

Por isso, como se tem repetido e evidenciado em relatórios anteriores, este relatório deve ser lido em conjugação com o Relatório e o Orçamento e Plano da entidade instituidora da UAL (CEU) e não como um relatório autónomo e, muito menos, como o relatório único que descreve integralmente todos os aspetos relevantes da UAL, sejam administrativos, pedagógicos, científicos ou de ligação à sociedade.

Este ponto, que o Reitor tem por devidamente clarificado, justifica a opção por um formato para este relatório quase estabilizado, sem embargo de se poderem introduzir modificações que a adequação à realidade, sempre em mutação, impõe.

Segue-se o perfil do relatório do ano precedente, o que facilita eventuais comparações e maior visibilidade para a evolução entre diferentes anos letivos, com a única modificação, face ao ano anterior, de a 2º parte desse último relatório, ter desaparecido, optando-se por mais um capítulo sequencial que faz, no campo das perspetivas estratégicas e de plano, ligação entre o Relatório do Reitor e os relatórios da CEU. Nem podia ser de outro modo, dadas as competências de cada uma das entidades e, sobretudo, da contínua e aberta cooperação entre elas, fruto da confiança estratégica que as norteia.

Esta opção de estabilizar o conteúdo do relatório permite que, de algum modo, algumas questões sejam mais aprofundadas, ao mesmo tempo que, elas próprias, suscitam novos campos de observação e análise a incluir em relatórios futuros.

Assim, a parte do relatório que incorpora a descrição das atividades pedagógicas, científicas e de investigação, configura o Capítulo 1 do relatório, constitui, naturalmente, a parte mais substancial do relatório.

Esse capítulo é dividido em 3 partes, a primeira das quais mais extensa, já que comporta a descrição e análise pormenorizada da atividade científica e pedagógica, sendo as outras duas partes as atividades de investigação e a análise do corpo docente.

A estrutura da 1ª parte é suficientemente ampla para incorporar a generalidade das atividades da UAL, desde os cursos conferentes de grau, aos não conferentes de grau, passando pelas atividades dos Conselhos Científicos e Pedagógico e, ainda, pela Biblioteca, Editora e pelo papel do Provedor do Estudante.

A separação das atividades de investigação e do corpo docente pode, à primeira vista, não fazer sentido, dada a sua óbvia ligação a todos os outros pontos referidos.

Contudo, o papel central dos docentes e os desafios específicos que se põem à investigação na acreditação dos cursos da universidade e o peso que a acreditação dos cursos tem na estrutura e reconhecimento da UAL justificam esta opção. Ela impõe, por outro lado, que se leiam os outros subtítulos deste ponto, designadamente o que aos cursos todos diz respeito, como fundamentalmente ligados à descrição e análise e evolução dos alunos, afinal razão última da existência de uma universidade que não pode abdicar da lógica do ensino/aprendizagem, para além da investigação.

A leitura desse primeiro capítulo evidencia as virtudes, os defeitos, os sucessos e os insucessos e, sobretudo, os pontos de esforço a melhorar no futuro, ao mesmo tempo que também mostram um passo relevante de consolidação da UAL como universidade que busca em permanência a melhoria da qualidade.

Os capítulos seguintes são, no fundo, a descrição das áreas, funcionais ou estratégicas, da UAL que buscam dar sustentabilidade a tudo o que se descreve no Capítulo 1.

Assim, e porque se trata do Relatório do Reitor, o pequeno Capítulo 2 visa ilustrar a atividade de representação da UAL, fundamentalmente na sua ligação às outras instituições de ensino superior e à comunidade em geral.

O Capítulo 3 descreve os esforços de Internacionalização da UAL nos vários campos, reconhecendo-se que ainda há um longo caminho a percorrer.

O Capítulo 4 discute o assunto, algo controverso, em termos do que é a missão de numa universidade, da inserção dos alunos da UAL na sociedade, em particular do chamado critério da “empregabilidade”, tantas vezes invocado nos processos de acreditação dos ciclos de cursos.

E é, exatamente, o processo de Avaliação/Acreditação, destacando as experiências positivas e negativas da UAL nesse campo, que é analisado no Capítulo 5.

O último capítulo, o 6, faz, então, a ligação entre os Relatórios do Reitor e da CEU, especificando pontos essenciais do Plano, à luz das experiências vertidas no corpo do presente relatório.

O Reitor quer, desde já, expressar o seu agradecimento pela colaboração inestimável que as diferentes unidades orgânicas da CEU e da UAL deram no campo do fornecimento das informações e dados mais relevantes, com marcado sentido de missão, esperando o Reitor que o seu tratamento possa servir de reflexão comum para a melhoria da “performance” da UAL.

1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação

1.1. Atividade pedagógica e científica

1.1.1. Cursos conferentes de grau

A caracterização destes cursos é baseada nos elementos que constam do Anexo 1, referentes aos 1^{os}, 2^{os} e 3^{os} ciclos que foram ministrados no ano letivo de 2014/2015.

Para um enquadramento imediato das características que se pretenderam evidenciar, apresenta-se, desde já, a distribuição dos Quadros constantes desse Anexo I:

Quadro 1 Distribuição dos alunos por anos curriculares (com separação dos 3 ciclos)

Quadro 2 Alunos inscritos nos cursos distribuídos por ano e por género (com separação dos 3 ciclos)

Quadro 3 Distribuição dos alunos por faixas etárias (com separação dos 3 ciclos)

Quadro 4 Eficiência formativa nos 3 ciclos do ano letivo 2014/2015 (com base no número de anos para conclusão dos respetivos ciclos)

Quadro 5 Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos, distribuídos pelas respetivas classificações

Quadro 6 Índice de procura por ciclo de licenciatura e mestrado integrado em Arquitetura

Quadro 7 Alunos matriculados pela primeira vez em resultado dos diversos concursos /regimes no ano letivo 2014/2015

Quadro 8 Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo de 2014/2015

Quadro 9 Alunos inscritos no Programa de Acumulação de Conhecimentos no ano letivo de 2014/2015

Quadro 10 Distribuição dos alunos por nacionalidade

Quadro 11 Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência

Este conjunto de informações vai-nos permitir uma descrição analítica de três áreas diferenciadas caracterizadoras da atividade da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões, no ano letivo de 2014/2015, assente na caracterização dos seus alunos, no nível de eficiência formativa e nos processos de captação dos alunos.

1.1.1.1. Caracterização demográfica dos alunos por ciclos de estudos

Esta caracterização tem por base as informações constantes dos Quadros 1, 2 e 3, complementadas pelos Quadros 10 e 11.

Na interpretação dos valores que vão ser apresentados é de reter que, salvo indicação contrária, e tal como se refere nos Quadros do Anexo I (salvo o Quadro 11) as informações relativas ao 1º ciclo incorporam o Mestrado Integrado em Arquitetura que, assim, aparece separado dos outros cursos do 2º ciclo.

O Quadro 1 descreve a distribuição dos alunos por curso, ciclo e ano respetivo. A primeira nota relevante é o número total de alunos que nos três ciclos se fixou em 1916, uma quebra não irrelevante de 6,9% face ao ano letivo precedente, em que a frequência atingiu 2058 alunos.

Este quadro menos favorável é, de algum modo e numa perspetiva dinâmica, atenuado pelo que se passa no 1º ano do 1º ciclo, em que o número total de alunos não decaiu, antes aumentou para cerca de 11,5%, um crescimento significativo, ainda mais visível quando se consideram apenas os que se inscreveram pela primeira vez no 1º Ano, em que o crescimento foi de 15,2%.

A razão da queda global nos 1ºs ciclos está fundamentalmente nos 2ºs anos em que o número de inscritos caiu muito significativamente 23,1%, sendo a queda mais substancial no curso de Direito.

No que toca à evolução de cada um dos ciclos (representando os 1ºs ciclos 81,9% dos alunos, os 2ºs ciclos 15,7% e os 3ºs ciclos apenas 2,3%), a maior queda relativa foi nos 3ºs ciclos (-15,1%), embora pouco significativa em valor absoluto, seguida dos 1ºs ciclos (-8,1%), enquanto os 2ºs ciclos tiveram uma ligeira subida de 1,7%. A queda nos 3ºs ciclos compreende-se facilmente se atendermos a que dois dos quatro cursos atualmente existentes estão a ser descontinuados, devido à não acreditação pela A3ES.

A distribuição dos alunos por curso evidencia algumas alterações face ao ano letivo anterior, embora ainda não particularmente significativas. Assim, os 1ºs ciclos de Direito e de Gestão, em conjunto, continuam a representar ligeiramente mais de metade do total de alunos desse ciclo (50,3%), ainda assim uma queda não despreciable de 3,5% face aos 53,8% do ano anterior.

É de assinalar a subida de Ciências da Comunicação que se coloca num claro 3º lugar (incorporando 11,5% do total de alunos do 1º ciclo) já bem distanciada de Arquitetura (8,7%), Engenharia Informática (8,5%) e Psicologia (7,3%), devendo ainda assinalar-se que a posição de Arquitetura decorre em muito de se contabilizarem 5 anos de curso em vez de três, ainda por cima com os 4ºs e 5ºs anos a representarem quase 50% do total de alunos em Arquitetura. Este facto revela alguma preocupação pela perda de atração de alunos novos para o curso, a que não é alheia a presente situação de crise no setor, mas que tem de ser abordada de frente, em busca de estratégias que, de algum modo, se diferenciem do passado e possam aproveitar a indubitável qualidade do curso e até a sua visibilidade.

De assinalar o lançamento do curso, devidamente acreditado, de Gestão de Unidades de Saúde, uma área que se revela com alguma potencialidade de desenvolvimento dentro da UAL, bem como a confirmação da recuperação do curso de Economia.

Tal como referido no relatório precedente, os cursos de Informática de Gestão e Gestão Desportiva vão existindo por beneficiarem de efeitos sinérgicos de outros cursos de maior volume, o que implica, a prazo, uma reformulação adequada, sob pena de poderem ver a sua acreditação posta em causa.

Também como se referiu no relatório anterior, o curso de Gestão e Administração Pública tem declinado de tal modo que foi decidido a sua descontinuação, não tendo já recebido inscrições para o 1º ano.

Os cursos de Engenharia Informática e Psicologia mantêm o seu peso na UAL, sendo o primeiro deles indispensável, como presença de uma área técnico-científica que uma universidade não pode, nem deve, descurar. É importante mesmo que se perspetive o desenvolvimento de áreas científicas e tecnológicas.

Os cursos de Relações Internacionais e de História, apesar do pequeno número de alunos, fazem parte da aposta central da UAL como universidade, tendo em atenção a sua transversalidade e, bem assim, o reconhecimento do seu relevante papel atual e futuro nos 2ºs e 3ºs ciclos.

No que respeita aos 2ºs ciclos, para além do Mestrado Integrado em Arquitetura, funcionaram 8 cursos, sendo os de Direito, Gestão e Psicologia os de maior expressão, representando em conjunto 89,4% do total de alunos deste ciclo. Ainda dentro deste grupo o relevo vai naturalmente para o Direito, que representa mais de metade dos alunos (52,8%), com Psicologia a ter uma expressão importante (17,3%), aproximando-se muito da Gestão (19,3%).

Os outros mestrados têm uma expressão diminuta em termos de alunos, mas não são irrelevantes enquanto “bandeiras” da UAL, sendo de assinalar, no entanto, a presença com algum significado do Mestrado em Comunicação Aplicada (5,3% dos alunos deste ciclo).

O 2º ciclo de Economia das Organizações e Competitividade não conseguiu atrair número de alunos que justificassem a sua abertura, pelo que a sua descontinuação foi já decidida, sem embargo de se prosseguir uma lógica de reformulação desta área que não deve ser abandonada.

Também não funcionaram o 2º ciclo de Engenharia e Tecnologia Informática, cuja acreditação não foi conseguida, pese o interesse estratégico que esta área deve ter na UAL e que justifica a continuação do esforço para que este 2º ciclo se possa concretizar com a devida acreditação.

Como é sabido, os 3^{os} ciclos quer por razões estratégicas históricas, quer por exigências de acreditação, porventura nem sempre adequadas, tem sido o “calcanhar de Aquiles” que a UAL procura denodadamente ultrapassar, sozinha ou em cooperação com outras instituições universitárias.

Entretanto, como se evidencia no Quadro 1, estão em funcionamento quatro doutoramentos – História, Direito, Economia e Psicologia – sendo que dois deles, como já se referiu, terão de ser descontinuados na sua forma atual.

Daí que só tenha havido inscrições em Direito no 1^o ano, com 2 novas inscrições no 2^o ano em História, refletindo o papel destes dois doutoramentos dentro da UAL.

Quando se olha, contudo, para a repartição dos alunos do 3^o ciclo pelos vários cursos, surge em primeiro lugar, mesmo antes de Direito, o doutoramento em Economia – especialidade em Economia de Empresa – com 37,8% dos alunos, à frente do Direito com 35,5%. De notar que a quase totalidade desses alunos de Economia estão inscritos no 3^o ano, dada a descontinuação do ciclo, e são fruto de uma estratégia anterior que será analisada posteriormente neste relatório.

A leitura do Quadro 2 permite-nos uma visão dos dados anteriores, agora refletida pelo género dos alunos.

Tal como no ano precedente, é de salientar o equilíbrio entre os géneros (49,4% do total de alunos são do sexo masculino e 50,6% do sexo feminino), com a curiosidade de esse equilíbrio se desfazer um pouco, designadamente nos 1^{os} ciclos, quando se analisam os dados por anos.

Aí surge uma ligeira preponderância do sexo masculino (52,8% contra 47,8%) nos 3^{os} anos, que desaparece nos 2^{os} anos (46,2% contra 53,8%) e nos 1^{os} anos (48,8% contra 51,2%), eventual sinal de uma subida maior do sexo feminino no que toca à presença nos 1^o ciclos.

Essa preponderância do sexo feminino também se verifica nos 2^{os} ciclos (53,8% contra 46,2%) muito à custa de Psicologia em que o elemento feminino é preponderante, com algum equilíbrio em Direito e igualdade absoluta em Gestão, Comunicação Aplicada, Relações Internacionais e História, Arte e Património.

O desequilíbrio aparece em sentido contrário nos 3ºs ciclos (57,8% contra 42,2%) devido ao peso masculino na Economia (90%) e, em menor grau, em Direito (62,5%), não compensados pelo peso da Psicologia (100% feminino).

No que respeita a esta repartição nos 1º ciclos, também os cursos de Psicologia e Ciências da Comunicação são os que mais evidenciam a presença feminina, expressão também crescente nos 1ºs e 2ºs anos em Direito, enquanto Engenharia Informática é marcadamente o curso de maior preponderância masculina.

A leitura do Quadro 3 permite-nos ir um pouco mais além na caracterização dos alunos dos três ciclos da UAL, designadamente pela análise das suas idades que estão, de alguma forma, relacionadas com o seu nível de aproveitamento, sem esquecer as motivações e as condições para a frequência dos diversos ciclos universitários.

Esta análise perderia muito da sua capacidade explicativa se não conjugássemos as informações do Quadro 3 com as do Quadro 11, que evidencia o papel central dos cursos pós-laborais. O peso destes determina, em muito, o nível etário em que se situam os alunos dos três ciclos da UAL.

Em primeiro lugar, há que assinalar o relativo equilíbrio entre o número de estudantes nos cursos diurnos (50,5%) e pós-laborais (49,5%) no conjunto dos três ciclos em 2014/2014. Esta verificação aponta logo, potencialmente, para que a idade média dos alunos não seja baixa. Assim, é sem surpresa que se verifica que quase metade dos alunos (46,1%) dos alunos tem uma idade igual ou superior a 28 anos. Este valor é superado nos cursos de Direito (49,1%), Relações Internacionais (56,6%) e Administração de Unidades de Saúde (66,7%), mas mais marcadamente em História (80,8%) e Informática de Gestão (88,5%).

Estas indicações são relevantes para caracterizar o tipo de alunos e as motivações para a sua frequência universitária.

Em sentido contrário, temos os cursos de Economia (27,9% de maiores de 28 anos) e Gestão (34,1%), mas sobretudo, Arquitetura (16,8%) e Ciências da Comunicação (7,8%).

Estes dois últimos valores devem ser ressaltados por razões diferentes, embora ambos traduzam uma maior e desejável “juventude” dos seus alunos. Ciências da Comunicação destaca-se, claramente, neste campo, já que é o curso que evidencia mais alunos com idade igual ou inferior a 20 anos, sendo de salientar, pela negativa, que apenas 4,3% dos alunos dos três ciclos se situam nesta faixa etária. Com efeito, 39% dos alunos desta faixa etária pertencem a este curso e 19,6% da faixa seguinte (20-23 anos), sendo que, por isso mesmo, 56,1% dos alunos de Ciências da Comunicação estão na faixa de 20-23 anos. Isto significa que quase $\frac{3}{4}$ dos alunos do 1º ciclo de Ciências da Comunicação têm idades iguais ou inferiores a 23 anos.

Estes dados são uma potencial indicação de uma relativamente boa atração de jovens para o curso da UAL, bem como de alunos que evidenciam uma qualidade académica com algum significado.

Noutro plano, Arquitetura também evidencia estes atributos, mesmo se a idade de entrada para o 1º ano não é tão baixa quanto a de Ciências da Comunicação.

É que não podemos esquecer que estamos perante uma duração de um curso (mestrado integrado) de 5 anos, em lugar de 3 anos como nos outros 1ºs ciclos. Se atendermos a isto, não podemos deixar de olhar para o facto de só (em termos relativos, salienta-se) 16,8% terem uma idade igual ou superior a 28 anos, o que não deixa de indiciar um bom aproveitamento qualitativo dos seus alunos. Também é certo que para esse nível etário também contribui o facto de o curso não funcionar em pós-laboral.

Como se antevia, a repartição dos alunos pelas faixas etárias muda substancialmente com o avanço dos ciclos, a que corresponde, naturalmente, um avanço na idade.

Assim, nos 2ºs ciclos a faixa etária modal é a dos maiores de 28 anos em todos os cursos, com uma participação sempre acima dos 50% e a maioria acima dos 70%, atingindo nos ciclos de Relações Internacionais 90% e 83,3% em História.

Também aqui Ciências da Comunicação se salienta em termos de “juventude” relativa, pois esse valor é de “apenas” 56,3%. A isso acresce uma presença de 18,8%

dos seus alunos na faixa dos 20-23 anos, muito acima de qualquer outra participação de qualquer dos outros cursos com presença de alunos nesta faixa (Psicologia (7,7%), Gestão (5,2%) e Direito (1,3%)).

Mesmo na faixa seguinte (24-27 anos), Ciências da Comunicação tem a maior percentagem de presenças (25%), acima de todos os outros cursos, ratificando a sua situação singular no âmbito da UAL.

Sem surpresas, os alunos do 3º ciclo (com exceção de um aluno de História) caem todos no último escalão etário (maiores de 28 anos), evidenciando que esta divisão etária é, de algum modo, inadequada ao estudo das idades dos alunos deste ciclo de estudos.

Finalmente, e dentro ainda do espírito de caracterização dos alunos da UAL, o Quadro 10 informa-nos sobre as suas nacionalidades.

É um tema que, cabendo também num ponto relativo à Internacionalização da UAL, tem aqui um lugar não despidendo para evidenciar também os tipos de frequência dos cursos, com implicações pedagógicas que não devem ser descuradas.

Assim, globalmente, o número de alunos com outras nacionalidades que não a portuguesa é de 531, representando 27,7% do total de alunos que frequentaram os 3 ciclos da UAL em 2014/2015.

Estão representadas 23 nacionalidades para além da portuguesa. Estes valores absolutos escondem, contudo, grandes heterogeneidades que devem ser relevadas, dentro, de novo, da preocupação pedagógica.

Assim, as percentagens variam entre os 3 ciclos, com o 1ºs ciclos a terem percentagem mais baixa (25,3%) contra 38,8% dos 2º ciclos e 37,8% nos 3º ciclos.

Nos 2ºs ciclos pontificam o Brasil (com 53% dos alunos não portugueses) e Angola (41,9%), o que torna a presença de outras nacionalidades quase residual. Também há grande concentração nos cursos. Assim, os estudantes brasileiros e angolanos em conjunto, optam preferencialmente pelos 2ºs ciclos de Direito (de longe o mais escolhido) e Gestão, que perfazem 83,8% de todos os 2º ciclos escolhidos pelos

estudantes não portugueses. Acrescente-se ainda que o número de alunos não portugueses no 2º ciclo de Direito (79) quase iguala o número de estudantes portugueses (80).

Esta predominância claríssima de alunos angolanos e brasileiros (87,6% no conjunto dos não portugueses) mostra bem que as 23 nacionalidades indicadas são um mau indicador da dispersão da internacionalização da UAL.

De facto, se aos alunos de Angola e do Brasil adicionarmos os de outros países lusófonos (11 de S. Tomé, 6 da Guiné-Bissau, 2 de Moçambique 11 de Cabo Verde) essa percentagem sobe pra 93,2%, o que revela bem que a UAL atrai fundamentalmente alunos dos países de expressão portuguesa.

Mas, mesmo aí, há que evidenciar a posição específica de Angola, com 64,4% de todos os estudantes não portugueses (23,2% do Brasil).

No 1º ciclo em Direito, os alunos angolanos representam quase $\frac{1}{4}$ (24,6%) do total de alunos desse ciclo e 21,4% em Gestão. Mas a expressão relativa maior é no curso de Economia, em que os estudantes angolanos constituem 60,5% do total de alunos inscritos.

Sendo um curso que foi recuperado recentemente, o seu papel e a sua motivação para o curso não podem deixar de ser atentamente avaliados na estruturação e acompanhamento desse curso.

Nos 3ºs ciclos também se nota a presença de estudantes angolanos (um em Economia e outro em Direito), mas aqui a presença mais relevante é a do Brasil (10 em Direito e 4 em Psicologia) o que confere aos estudantes brasileiros do 3º ciclo uma percentagem de 31,1% do total de alunos desse ciclo de estudos.

Fora do espaço dos países de expressão portuguesa, uma saliência especial para os italianos (11) e apenas no mestrado integrado em Arquitetura, pelas relações privilegiadas de docentes com esse país e ainda em menor grau, da Holanda com 6 (3 em Gestão, 2 em Direito e 1 em Psicologia) ou a Roménia (3 em Direito e 1 em Gestão).

Estes dados mostram bem a natureza dos alunos da UAL no que toca à sua expressão de atração de alunos não portugueses. Esse facto tem de ser integrado na reflexão pedagógica, mas também apela a uma estratégia mais alargada de uma universidade que pertence ao espaço europeu, onde funcionam programas de intercâmbio, cuja visibilidade nestes dados é praticamente nula.

1.1.1.2. A eficiência formativa na UAL

Encontrar indicadores para avaliar a eficiência formativa de uma instituição não é tarefa fácil nem, por certo, consensual. Mesmo assim, os Quadros 4 e 5 permitem-nos avançar com uma ideia sobre a eficiência (ou será a qualidade?) da formação na UAL. Assim, o Quadro 4, ao descrever o tempo que os alunos levam a obter o seu grau, tendo em atenção os anos de duração do curso (a palavra “normal” do quadro refere esta duração e não, necessariamente, a norma ou moda – medida estatística) é um indicador do aproveitamento dos alunos.

Por sua vez o Quadro 5 apresenta os resultados numéricos da avaliação dos diplomados no ano letivo de 2014/2015, resultados esses que são, habitualmente, assumidos como indicadores do nível alcançado pelos alunos.

Há, desde logo, uma falha na disponibilidade da informação dos quadros que, de algum modo, diminui a qualidade dos resultados que deles podemos obter. É que só se estão a ter em conta os resultados dos diplomados, isto é, daqueles que tiveram sucesso. De fora ficam, e esse é um problema não irrelevante na apreciação da eficiência formativa, os alunos que desistiram dos seus cursos e não obtiveram os graus que ambicionavam.

É uma deficiência que procuraremos ultrapassar futuramente, embora uma primeira e simples reflexão feita sobre o assunto nos evidenciou já as dificuldades em conseguir associar adequadamente essas desistências com ineficiência formativa. De facto, numa primeira análise que já foi feita, identificámos várias razões para a não concretização de graus académicos na UAL que não têm que ver com ineficiência formativa, como sejam a desistência por motivos económicos (e estes têm sido particularmente significativos, sobretudo nos cursos pós-laborais) e transferências

para outras instituições de ensino, por motivos que nem sempre estão associados a um mau desempenho no âmbito da UAL. De qualquer forma, há que procurar, de futuro, acompanhar com o maior rigor possível estas situações.

Isto significa que, em rigor, o que estamos a avaliar é a eficiência formativa ligada à obtenção dos diplomas dos diversos ciclos de estudos.

Feita esta ressalva, podemos então olhar para as informações dos quadros.

A primeira nota relevante é que, no conjunto de todos os diplomados, 63% obtiveram o diploma do seu grau no tempo “normal” do curso.

Contudo, este resultado global esconde, como era de prever, fortes heterogeneidades entre os diversos ciclos, sem embargo de, no conjunto, termos de apreciar favoravelmente este resultado, embora seja sempre necessário não perder de vista a necessidade de melhoria.

Quando se passa à repartição por ciclos, o resultado é bastante diferenciado. Assim, enquanto nos primeiros ciclos essa taxa sobe a 70,3% (um valor que não pode deixar de se assinalar como bem positivo), nos 2º ciclos cai para 40,2% (aqui incluindo o Mestrado Integrado em Arquitetura, cuja estrutura de frequência temporal e, também, pelo que se vê no Quadro 5, a estrutura de classificações, justificam a inclusão neste ciclo) e os 3ºs ciclos com um valor muito baixo de 15,8%.

Esta diminuição bem visível não é independente, bem pelo contrário, do conteúdo e da estrutura dos diversos ciclos, em que a parte formal (disciplinas curriculares com avaliação) se vai esbatendo, culminando, nos 3ºs ciclos, com a prioridade (no limite, exclusividade) do papel da tese, esta muito mais dependente do comportamento do aluno e dos seus próprios prazos, frequentemente determinados por problemas exógenos à própria universidade.

A situação dos 2ºs ciclos, em que o papel da dissertação ou de um relatório, sendo relevante, não é o que, em termos de classificação final, tem maior ponderador, fica numa situação intermédia, mas que, a avaliar pelos dados disponíveis, tem maior semelhança com os primeiros ciclos nos tempos relativos de duração e com os 3ºs ciclos nas classificações (Quadro 5).

De facto, quando se considera a percentagem de alunos que conseguem o seu diploma no ano “normal”, ou no ano seguinte, esses valores passam a ser de 85% nos 1^{os} ciclos (83,3% globalmente) e 82,9% nos 2^{os} ciclos, enquanto nos 3^{os} ciclos esse valor se fica por apenas 47,4% (isto é menos de metade dos diplomados).

Em termos de cursos do 1^o ciclo, a maior percentagem de diplomas em tempo “normal” é obtida em Psicologia (91,3%), seguida de Ciências da Comunicação (87,2%) e de Direito (81,3%).

Em sentido contrário, os cursos de Gestão e de Engenharia Informática apresentam resultados mais baixos que a média (64,4% e 64,7%, respetivamente), o que significa que aproximadamente 1 em cada 3 alunos não conclui o ciclo em tempo “normal”, o que já é um resultado que deve ser devidamente estudado.

Comparando com os cursos de maior aproveitamento, temos de formular a hipótese que tal se deve, em muito, à presença de disciplinas de natureza quantitativa, que levanta dificuldades a muitos alunos e que se prolongam por vários anos. Isto acontece mais em Engenharia Informática que em Gestão, sendo curioso salientar que 33,3% dos alunos daquele curso, ou 1 em cada 3, demora 2 ou mais anos que o “normal, a obter o seu diploma (e 2/3 deste grupo demoram mais 3 ou mais anos), enquanto em Gestão essa percentagem é apenas de 13,6% (sendo de apenas 5,5% os alunos que demoram mais 3 ou mais anos a obter o diploma).

Cursos de menores dimensões têm menos significância estatística, mais vulneráveis por isso, em termos estatísticos, às situações conjunturais como é o caso da Economia, que neste ano teve 100% de aprovações com duração “normal”, dado o modo como o curso foi relançado.

O caso dos 2^{os} ciclos impõe uma avaliação separada do Mestrado Integrado em Arquitetura, singular pelos dados que apresenta, bem como incita a um futuro estudo em profundidade do modo de funcionamento relativo de alguns dos cursos, dada a heterogeneidade de informações recolhidas. Efetivamente, quando se olha para as áreas com mestrados mais significativos no que toca ao número de diplomados, não pode deixar de se chamar a atenção para o flagrante contraste

entre os da área da Gestão (70,6% terminam com duração “normal”), enquanto Psicologia (36,8%) e Direito (35,7%) se ficam por cerca de metade desta “performance”, o que não pode deixar de suscitar motivos de reflexão. Acresce que, enquanto 16,7% dos diplomados termina os seus ciclos em dois anos ou mais que a duração “normal” em Direito, e ainda uma maior percentagem em Psicologia (21%), em Gestão apenas 5,9% de alunos estão nesta situação.

Como já se referiu, o Mestrado Integrado em Arquitetura apresenta uma situação singular, sobretudo quando se conjugam os Quadros 4 (relativo ao tempo de conclusão dos cursos) e o Quadro 5 (relativo às classificações obtidas) e, ainda, o Quadro 3, relativo às idades dos alunos que frequentam os cursos no ano letivo em apreço.

Assim, verifica-se que apenas 20% (de longe, a mais baixa percentagem de diplomados dos 2^{os} ciclos!) termina o seu curso no tempo “normal”, quando é certo que a percentagem de alunos com 28 ou mais anos (Quadro 3) é das mais baixas no conjunto dos mestrados e (Quadro 5) as classificações obtidas estão claramente entre as mais elevadas. Aparentemente, existe um paradoxo, já que o primeiro dado (os 20%!) apontam para uma fraca eficiência formativa, enquanto as idades e, sobretudo, as classificações, apontam para uma boa “performance”.

A explicação (consistente com a maior parte dos estudantes ter entre 20 e 27 anos) reside na natureza e funcionamento do próprio curso, na medida em que o trabalho final, muitas vezes de mérito reconhecido, se arrasta por vários anos, por diversas razões que importa melhor aprofundar.

Motivo de maior preocupação é o que se passa nos 3^{os} ciclos, sobretudo quando se têm em atenção as classificações obtidas, que serão discutidas mais adiante.

Essa preocupação reside tanto na fraca percentagem, já assinalada, de duração do curso em tempo “normal”, como, sobretudo na enorme dispersão verificada entre as três áreas em que os doutoramentos se concretizaram no ano letivo 2014/2015.

Assim, enquanto Psicologia e Direito não tiveram qualquer aluno a terminar o seu Doutoramento em tempo “normal”, Economia teve 1/3 dos seus alunos a

consegui-lo. A situação é ainda mais gritante quando se comparam as percentagens de alunos que terminaram os seus cursos até um ano mais de duração que o tempo “normal”. Aí a percentagem em Economia sobe para 77,7% (mais de $\frac{3}{4}$), enquanto em Psicologia é de 25% e em Direito 0% (!). O caso de Direito é, então, particularmente preocupante pois os poucos doutoramentos concretizados (apenas 2) exigiram 3 ou mais anos para além do tempo “normal” para serem terminados.

O Reitor, no seu relatório, não pode deixar de levantar estas questões para que elas sejam discutidas em sede própria, para melhor otimizar as diferenças e superar as deficiências.

Pela sua experiência pessoal nesta área, que decorre, designadamente, do facto de ter presidido a todos os Júris de Doutoramento, o Reitor não quer deixar de afirmar desde já (e o assunto será retomado noutro ponto do relatório) que a qualidade das teses discutidas (e as respetivas classificações) não tem clara correlação positiva com o tempo para a sua concretização, um “trade-off” que não pode ser ignorado.

Passando, finalmente, às classificações (Quadro 5), há que salientar que a média do conjunto dos diplomados de todos os cursos de todos os ciclos foi de 13,4 no ano letivo de 2014/2015 (sendo a moda 12 e a mediana 13).

Naturalmente, os três ciclos apresentam situações bem diferenciadas. Assim, a média geral dos cursos do 1º ciclo foi de 12,5 (moda: 12 valores; mediana: 12), e inferior à média global, como seria de esperar, dada a natureza algo diferenciada dos dois ciclos seguintes.

Há alguma dispersão entre as médias dos diversos cursos que integram os 1ºs ciclos, sendo a mais elevada a de História (14,8), mas com menos significado estatístico (apenas 6 alunos), seguida da Psicologia (14,0) e também Informática de Gestão, mas só com 2 alunos.

A média mais baixa é em Direito (11,9) (de notar que a moda é 11), seguida de Economia (12,1, mas apenas 9 alunos) e Gestão (12,3).

Ciências da Comunicação (13,1) e Engenharia Informática (13,2) ficaram em situação intermédia.

Passando aos 2^{os} e 3^{os} ciclos, não pode deixar de ser motivo de reflexão a diferença entre a média do conjunto de cursos do 2^o ciclo (15,6) e do 3^o ciclo (14,5), uma diferença estatisticamente significativa e em sentido contrário aquele que seria de esperar, na hipótese de haver diferença.

Uma conclusão simplista seria a de que a qualidade dos mestrados foi, neste ano, superior à qualidade dos doutoramentos, uma hipótese que, sem poder ser rejeitada *ex ante*, pode esconder diferenças assinaláveis entre exigências relativas dos Júris, para além das diferenças de classificação nas disciplinas dos cursos (obrigatórias no 2^o ciclo) e não necessariamente existentes no 3^o ciclo.

De qualquer forma, as classificações revelam, sem grande ambiguidade, processos (ou comportamentos?) de avaliação por parte dos Júris que têm de ser ponderados para evitar distorções indesejáveis.

Entre os 2^{os} ciclos e não tendo em atenção classificações avulsas obtidas nalguns mestrados, a maior média dos mestrados com expressão estatística foi a de Psicologia (16,5), seguida de Gestão de Empresas (16,3), Mestrado Integrado em Arquitetura (16,1) (sendo este mestrado o que apresenta classificações mais extremadas – de 11 (3 alunos) a 19 (4 alunos)), com Direito, tal como sucede no 1^o ciclo, a apresentar a média mais baixa (14,9), não podendo deixar de se referir que os 3 alunos do mestrado de Estudos da Paz e da Guerra obtiveram uma média de 14 valores.

A situação repete-se no 3^o ciclo, com os 2 alunos de Direito a terem notas muito dissonantes (um com 10 e um com 16), enquanto Psicologia apresenta, de novo, a maior média (15,9), seguida de Economia (14,7), ambas com uma significativa dispersão de classificações.

Estas situações serão avaliadas com maior profundidade mais adiante.

1.1.1.3. Os novos alunos da UAL

Os Quadros 6, 7, 8 e 9 descrevem globalmente os processos de entrada de novos alunos na UAL, bem como as suas condições de entrada.

Como nota de rigor, há que clarificar que a noção de “novos” se aplica, também, aqueles alunos que suspenderam a sua inscrição e reingressaram na UAL (74 ao todo, como se verifica no Quadro 7 do Anexo I).

Esses quadros permitem identificar (Quadro 6), o índice de procura de novos candidatos aos cursos de Licenciatura e Mestrado Integrado em Arquitetura, independentemente do ano a que se candidatam, bem como as notas de acesso.

Os diversos processos de ingresso que incorporam Concursos Especiais (Maiores de 23 anos, Titulares de Cursos Superiores e CET), bem como ainda mudanças de curso e transferências, para além dos já referidos reingressos, são todos integrados no Quadro 8 do Anexo I. Os Quadros 8 e 9 destinam-se a clarificar (o 8) as condições das candidaturas e resultados dos exames dos “Maiores de 23” e (Quadro 9) os alunos inscritos no Programa de Acumulação de Conhecimentos, através da inscrição em disciplinas isoladas, incluindo, nestes quadros, todos os três ciclos de estudos.

Um primeiro resultado relevante, a extrair da informação do Quadro 6, é o nível de atratividade imediata dos diversos cursos do 1º ciclo e do mestrado integrado em Arquitetura, usando como indicador de referência o quociente entre o número de candidatos e o número de vagas. Globalmente esse rácio é de 97,3%, o que significa que ao número total de vagas correspondeu uma procura quase idêntica das vagas abertas.

Sem ser um resultado particularmente “brilhante” em termos de capacidade de atração (só o seria se o número de candidatos excedesse claramente o número de vagas), não deixa, contudo, de ser, atentas as circunstâncias sociais que rodearam o ano letivo em análise, um valor encorajador.

Mas este valor global esconde grandes diferenças que importa evidenciar para melhor se avaliar da situação real e daí extrair lições para traçar a estratégia futura.

Em primeiro lugar, há que clarificar que no Quadro 6 o que está referido como número de vagas incorpora todos os processos de acesso ao curso, com exceção recente dos “reingressos”. Isto quer dizer que esse número de vagas é também potencialmente preenchido pelo número de estudantes com outro curso superior,

pelos “maiores de 23 anos” e pelas transferências de outros cursos e, ainda e não menos significativamente, dos “alunos internacionais”.

A gestão dessas vagas torna-se, pois, de grande dificuldade quando o número de candidaturas excede o número de vagas e, particularmente mais difícil quando se trata de “estudantes internacionais”. É que se se pode admitir que o número total pode ser gerido com flexibilidade entre os diversos tipos de acesso, tal não se verifica para os “alunos internacionais”. Este número tem de ser fixado *ex ante* aquando do número de vagas e, se não for integralmente preenchido, não pode ser usado para incorporar alunos recrutados através de outros processos de acesso, o que é incompreensível quando, ainda por cima, as universidades estão, e bem, a ser estimuladas a promover a sua internacionalização. É que nestas condições, o número de vagas é a soma de dois números que têm de ser estimados separadamente, não permitindo a sua flexibilização e criando peias desnecessárias à estratégia de internacionalização.

Feita esta clarificação, importa agora relevar as diferenças entre os rácios número de candidatos/número de vagas para os diversos cursos.

O curso de Direito apresenta o maior rácio (147%), tendo ainda rácios acima dos 100% (número de candidatos superior ao número de vagas) os cursos de Economia (116%), Gestão (115%), Psicologia (114%) e Ciências da Comunicação (112%). Estes dados refletem bem a atração destes cursos por parte da UAL, sendo de salientar que o curso de Economia, recentemente relançado, está potencialmente a ter a aceitação que se esperava, embora, como já se evidenciou na demografia dos cursos, a presença de estudantes angolanos tenha sido decisiva para essa situação, como aliás o é, embora menos visivelmente, em Direito e em Gestão.

Em sentido inverso, Informática de Gestão tem um rácio de apenas 28% e Arquitetura 38,2%.

Se a Informática de Gestão é, de algum modo, um curso ancilar na UAL, justificando-se pelas grandes sinergias com os cursos de Engenharia Informática e de Gestão, o caso da Arquitetura é muito preocupante. Sendo um curso de

“bandeira” da UAL, com reconhecida qualidade, com prémios conquistados e com grande visibilidade, a falta de atração de novos alunos não pode deixar de clamar por uma reflexão aprofundada sobre que estratégia a seguir.

Invocar a crise que afetou o setor apenas confere à situação a ideia de um a conjuntura que será, mais tarde ou mais cedo, ultrapassada, tudo voltando à normalidade. É uma posição perigosa, que pode conduzir a uma inércia estratégica que terá de ser ultrapassada.

É certo que o rácio do curso de Administração de Unidades de Saúde também é muito baixo, mas há que considerar que foi o ano do seu lançamento, ainda por cima sem adequada motivação para o recrutamento.

Os rácios dos outros cursos, embora abaixo dos 100%, não são particularmente preocupantes, sem embargo de se reconhecer que a Engenharia Informática (67,7%) fica aquém do desejável, designadamente quando se considera uma área curial a desenvolver na UAL.

De qualquer forma, as decisões já assumidas quanto à melhoria dos laboratórios e às parcerias feitas, bem como a acreditação de um novo curso na área justificam a esperança de uma subida clara a breve trecho.

Ainda no capítulo da fixação das vagas, há um dado no Quadro 6 que deve ser lido com particular atenção. Trata-se do número de inscritos que não entraram para os primeiros anos dos cursos e que entram na contabilização das vagas.

No ano letivo de 2014/2015 esse número foi de 92, representando 16,6% do total de inscritos. Ora sendo o número de vagas (que só existe por causa do *numerus clausus*) fixado na lógica do acesso ao Ensino Superior, portanto acesso ao 1º ano, sua porta de entrada normal, este modo de contabilizar o preenchimento de vagas, deixa em aberto, nos primeiros anos, vagas por preencher, situação particularmente gravosa, para além de ineficiente, em cursos que tiveram pressão sobre os rácios. Como exemplo, temos 35 alunos de Direito nestas condições, 22 alunos em Gestão, 7 em Economia e 6 em Psicologia, cursos, como atrás se assinalou, em que o rácio número de candidaturas/número de vagas excedeu os 100%.

Ainda no Quadro 6 e como resultado do processo de procura, inscreveram-se pela primeira vez na UAL 535 alunos, ou seja, apenas 77% do número de vagas disponíveis, e dessas, apenas 443 no 1º ano (63,7%) das vagas disponíveis.

O Quadro 7 revela uma grande dispersão de meios de acesso à UAL, sendo de salientar que os concursos institucionais (via normal de acesso dos alunos que terminaram o Ensino Secundário) representam apenas 42,1% dos alunos que se inscreveram pela primeira vez na UAL. É uma situação que não é confortável e que deve impor procura de estratégia e de motivação para aumentar o acesso por essa via.

Os “maiores de 23” representam ainda uma percentagem importante dos novos alunos, sendo mais de metade dos alunos que acederam pelos concursos institucionais.

Merecem ainda referência as mudanças de curso (10,5%) e as transferências (11,2%), com estas a apresentarem uma parte importante de entradas para anos mais avançados, tal como sucede, aliás, e ainda em maior proporção, como seria de esperar, para os titulares de cursos superiores, dada a natural concessão de equivalências. Nota finalmente para os reingressos (74), para além dos 535 já considerados no cálculo das percentagens apresentadas.

A importância dos “maiores de 23 anos” reclama uma análise mais aprofundada de um processo de recrutamento que o Quadro 8 permite concretizar.

Inscreveram-se em provas 189 candidatos com uma taxa de aprovação de 87,3% (165 alunos). Destes, matricularam-se na UAL 141 (85,5% dos aprovados), que obtiveram uma média de 12,6 nas provas de candidatura, sendo a maior classificação de 16, obtida por 7 alunos.

Gestão recebeu o maior contingente deste modo de acesso, 35, ou seja, 24,8% dos matriculados por esta via, logo seguida de Direito, 33 (23,4%), Relações Internacionais 16 (11,3%), Psicologia 15 (10,6%) e Engenharia Informática 13 (9,2%).

Em termos relativos é de assinalar Relações Internacionais que, desta forma, vê justificado o nível etário dos estudantes que o frequentam.

Uma nota final (Quadro 9) para os alunos que estão na UAL em programas de acumulação de conhecimentos, um modo de estarem em relação com a universidade, num processo de enquadramento potencial nos cursos conferente de grau.

O número de alunos é apreciável, repartindo-se pelos 3 ciclos: 1º ciclo (incluindo Mestrado Integrado em Arquitetura) – 288; 2º ciclo – 37; 3º ciclo – 19.

Naturalmente, a grande parte (83,7%) está inscrita em disciplinas de cursos do 1º ciclo, com Direito e Gestão com maior expressão (em conjunto representam 55,2% dos inscritos neste programa do 1º ciclo), tendo Ciências da Comunicação (11,1%) uma expressão significativa, tal como Engenharia Informática (11,1%). Tendo em atenção o número de alunos que frequentam este ciclo, o número de alunos inscritos em Arquitetura (15), Relações Internacionais (14) e Administração e Gestão Desportiva (9) deve ser devidamente salientado.

Nos outros dois ciclos, a presença de Direito é total no 3º ciclo e dominante no 2º, mais de 50% do total dos inscritos. Aliás, com Gestão representam 81,1% do total de inscritos neste ciclo.

Tendo em atenção a expressão numérica destes inscritos (17,4%, se comparados com o número de alunos que frequentaram os três ciclos no ano letivo de 2014/2015), parece importante optar por um acompanhamento cauteloso, incluindo o estatístico, do seu comportamento e dos seus resultados no seio da UAL.

1.1.2. Cursos não conferentes de grau

Como se salientou no relatório precedente, do ponto de vista institucional e de organização, a UAL tem sofrido nos últimos tempos alterações que se traduziram não só na mudança do nome da entidade que corporizava estas áreas mas também o seu modo de atuar e o nível de atividade, ambos a terem merecido fortes preocupações.

É bem sabido que se exige de uma universidade abertura permanente, atenta e inovadora aos desafios que a sociedade enfrenta e isso deve ter expressão

significativa, quer no âmbito da sua afirmação como sede do pensamento virado para a ação e de reflexão sobre os processos de ultrapassar esses desafios, quer, e esta não é uma questão menor para uma universidade privada que tem de ser sustentável com os seus próprios meios, como fonte de financiamento.

Essa abertura da universidade deve concretizar-se, fundamentalmente, em duas vertentes que radicam na sua missão fundamental: ensino e investigação.

A primeira, e é dessa que se trata neste ponto, ultrapassa, em muito, a normal provisão dos cursos conferentes de grau, impondo a uma sociedade que se diz “do conhecimento” uma oferta permanente da universidade a toda a sociedade para uma contínua reciclagem e atualização dos conhecimentos em todas as vertentes.

Aliás, esta abertura, se bem concretizada e recebendo a adequada resposta, poderá contribuir, em muito, para o próprio refrescamento e atualização dos cursos conferentes de grau, tornando-os mais próximos da realidade, cujos desafios e problemas devem enformar também os currícula de boa parte desses cursos.

A segunda vertente, que não deve, obviamente, estar desarticulada desta, até porque é esta que lhe fornece também boa parte dos recursos disponíveis para responder no campo da investigação que não pode, ela mesma alienar, é a busca da resposta concreta aos problemas sociais.

No âmbito da UAL, a primeira das vertentes é, em termos gerais, corporizada pela “Autónoma Academy”, que se pretende em estreita cooperação com os diversos Departamentos da UAL, sem abdicar de parcerias com outras instituições e da participação de docentes e especialistas que, a título individual, enriqueçam a oferta formativa estrategicamente delineada.

Como já se salientou no relatório anterior, a “Autónoma Academy” substituiu a “Autónoma Business School”, procurando-se uma lógica de formação mais abrangente que as tradicionais áreas de negócios, respeitando, afinal, a verdadeira missão da universidade.

Contudo, durante o ano letivo de 2014/2015, os resultados estiveram longe do desejável, o que levou à nomeação de uma nova direção e um novo secretariado de apoio, que já começou a dar frutos e da qual se esperam melhores frutos no futuro.

A prova mais cabal da mudança de situação é o “Relatório anual para a Reitoria”, especificamente pedido pelo Reitor para a produção deste relatório e que “fala por si”, figurando integralmente no Anexo II, a par das informações estatística sobre os cursos realizados que também integram este anexo.

Nesse relatório é bem explícito o esforço de abertura à sociedade, incorporando também a preocupação pela indispensável internacionalização, com uma lógica de gradualidade e continuidade com a atual caracterização da UAL de ligação a Angola e ao Brasil, bem como de alargamento da matriz de oferta, de que se destaca o robustecimento da área da saúde.

Noutro plano, não pode deixar de ser destacada a capacidade de resposta da Autónoma Academy a um concurso público, respondido por exigência do calendário do concurso, em tempo curtíssimo, conseguindo triunfar nesse concurso (um Programa Geral de Gestão para a ANACOM, com três edições anuais, nos anos letivos de 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018), superando instituições universitárias de bem maior visibilidade atual que a UAL.

Uma breve apreciação das concretizações dos cursos – a maioria deles ainda na lógica anterior e com várias edições antecedentes – está também feita nesse relatório do Anexo II, mostra um número de inscrições ainda relativamente baixo (285), tendo contudo, atenta a natureza destes cursos, uma relativamente baixa taxa de desistências (15%).

O grande peso continua na área do Direito (49% das inscrições e 63% dos cursos) e nos cursos ligados à Segurança (38% das inscrições), estes últimos realizados em parceria com a Associação de Diretores de Segurança de Portugal.

Há, ainda e por último, um ponto da organização, para além dos salientados no relatório do Anexo II, que merece particular referência.

Trata-se do alinhamento desses cursos, quer no seu desenho, quer na sua concretização, com as áreas académicas e, em particular, com Conselho Científico da UAL, do qual esses cursos estavam quase completamente alienados.

Esse alinhamento permitirá, a um tempo, conferir um selo de garantia de qualidade aos cursos a ministrar e torná-los uma parte potencial para a frequência futura de cursos conferentes de grau.

Assim, todos os cursos de pós-graduação a propor ganharão por conferirem ECTS (unidades de crédito, no sistema da Declaração de Bolonha), em certas áreas ou disciplinas que serão transferíveis para cursos conferentes de grau, a pedido do aluno.

Para que isso possa acontecer, esses cursos têm de ser fundamentados e apresentados em sede de Conselho Científico, respeitando, nas áreas em que os ECTS podem ser concedidos, as exigências de avaliação e de curricula dos docentes dos graus a que as disciplinas ou áreas a que esses ECTS se referem.

Como refere o seu Diretor, Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro, no final do seu relatório (Anexo II), espera-se da Autónoma Academy a prossecução de um “caminho de melhoria da oferta, de qualidade e de desempenho desta escola”.

1.1.3. O papel do Conselho Científico

O Conselho Científico, neste segundo ano do seu mandato trienal, realizou 9 reuniões plenárias (integram-se nestas 9 reuniões plenárias, 2 realizadas em setembro de 2014, pois o seu conteúdo essencial era já todo virado para o funcionamento do ano letivo 2014/2015 e não se incorpora a realizada em setembro de 2015 por já abordar essencialmente matérias relativas a 2015/2016).

O Presidente do Conselho Científico convida sempre o Reitor para estar presente nas reuniões do Conselho Científico, sem embargo de referir que o interesse da presença é diferente consoante a natureza e a urgência das matérias que constam da agenda de cada reunião do Conselho Científico.

O Reitor esteve presente em 7 das 9 referidas reuniões, tendo tido oportunidade para testemunhar e ratificar aquilo que já havia referido no relatório relativo ao ano letivo anterior: “O papel do Conselho Científico é crucial para o bom funcionamento da Universidade, tanto mais quanto os seus membros nele se empenharem aberta e ativamente, sem esquecer a necessidade de garantir o regular e bom funcionamento das diversas Comissões Científicas dos Departamentos, de cuja qualidade muito dependerá o bom funcionamento do Conselho Científico”.

Com toda a naturalidade, o conteúdo normal das diversas reuniões, em geral, semelhante ao registado no relatório relativo ao ano anterior, em consonância, aliás, com as atribuições específicas do Conselho Científico. É, designadamente o caso das nomeações de júris de mestrado e de doutoramento e de progressão na carreira, de reconhecimento de especialistas, de aprovação de cursos e de distribuição de serviço docente.

A intensa atividade regulamentar do ano letivo transato em que foram elaborados regulamentos de importância fundamental para o normal funcionamento da UAL (dois dos quais já referidos no relatório anterior e aprovados em setembro de 2014 – Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso), estabilizou no ano letivo de 2014/2015, pois estava praticamente completado o quadro regulamentar relevante, impondo-se, antes, avaliar a sua correta e eficaz aplicação.

Globalmente, são de relevar a atenção dada aos cursos de pós-graduação e à aprovação dos ECTS atribuíveis por esses cursos, com verificação formal das exigências que tal atribuição comporta. Nesse processo foram convidados os coordenadores desses cursos a fazer a sua apresentação e justificação perante o Conselho, garantindo-se assim uma sintonia e uma relação mais próxima entre as áreas de graduação e de pós-graduação.

Idêntica posição foi seguida, na generalidade na nomeação de Júris de Doutoramento, em que se pediu ao Orientador para apresentar a tese e as razões por que considerava estarem reunidas as condições para que tivesse sentido a

nomeação desse Júri, responsabilizando, e bem, os Orientadores pelas decisões assumidas.

A discussão sobre a apresentação de novos cursos dos diversos ciclos foi, também, tema de fundo, suscitando, por vezes, debates vivos e nem sempre consensuais, em particular os Doutoramentos em Psicologia dos Media, de Ciências Informáticas Aplicadas ao Mar e às Empresas, Programa Doutoral em Psicologia, Relações Internacionais, Geopolítica e Geoeconomia e Arquitetura, Paisagem e Crítica.

Parte destes cursos foram propostos em parceria com outras universidades e institutos de ensino superior, tendo implicado reuniões e esforços de cooperação que merecem ser relevados, independentemente do resultado final desses esforços.

Contudo, há que referir a não concretização do Doutoramento em Arquitetura, Paisagem e Crítica por inesperada decisão do Conselho Científico da Universidade de Évora (um dos parceiros, após aprovação pelo Conselho Científico da UAL, na presença e na sequência da intervenção nesse Conselho de um dos elementos da Universidade de Évora ligado à Arquitetura, que evidenciou o seu empenho no curso e o seu interesse para a universidade, sem embargo de ter chamado a atenção para as formalidades internas à Universidade de Évora que ainda havia a ultrapassar). Não foram ultrapassadas alegadamente por falta de informação suficiente para o Conselho Científico dessa universidade poder aprovar a parceria já desenhada, o que evidencia bem as dificuldades de criar parcerias, cada vez mais desejáveis, mas ainda com fortes barreiras à sua criação.

Outro ponto alto do Conselho Científico foi a reunião de 25 de fevereiro, especialmente convocada para abordar os problemas da Investigação Científica na UAL. Foi uma reunião de participação quase plena, com convidados de todas as áreas, com intervenções abertas e às vezes dissonantes, mas que contribuíram para um diagnóstico e criação de elementos para uma estratégia que será devidamente tida em conta neste relatório no ponto dedicado à Investigação.

A presença nas reuniões, sem pôr em causa a existência de quórum, foi, nalguns casos, menos assídua que no ano letivo anterior, culminando na reunião de 21 de

janeiro de 2015, em que houve dificuldade em constituir quórum, tendo o Presidente do Conselho Científico, muito atempada e acertadamente, chamado a atenção para esse facto e para as faltas sistemáticas de alguns conselheiros que devem ser devidamente avaliadas. Essa chamada de atenção teve efeitos positivos no nível de presença das reuniões posteriores.

Uma nota menos positiva é a manutenção da referência, já recorrente, à falha de não se ter concretizado ainda a presença de membros exteriores à UAL no Conselho Científico, em conformidade com os seus estatutos.

No ano letivo anterior o assunto foi discutido em Conselho mas houve dificuldade em conseguir consenso sobre as pessoas a convidar.

No relatório precedente referia-se que era um problema a rever, mas em 2014/2015 o assunto não foi retomado, possivelmente pelas dificuldades que a discussão revelou, ainda por cima num contexto em que a pressão dos novos cursos, de investigação, dos muitos júris e da nova abordagem que os cursos de pós-graduação, não deu grande espaço para uma discussão difícil à partida.

Parece-nos, contudo que a evolução da UAL no ano letivo de 2015/2016 poderá permitir reabrir esse ponto, à luz das novas parcerias criadas ou potenciais e, ainda, às novas áreas em que a UAL se lançou.

Uma palavra final de muito apreço pelo modo como o Presidente do Conselho Científico assumiu, como é já hábito, o seu papel, dando grande dinâmica ao Conselho que se tem tornado pedra angular na estruturação e funcionamento da UAL.

Mas o seu papel tem ido bem para além disso, empenhando-se fortemente na concretização dos cursos de doutoramento e nas relações com outras instituições de ensino superior, em perfeita sintonia com o Reitor, assegurando uma cooperação com toda a lealdade e frontalidade que o Reitor enaltece e agradece.

1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico

Na sequência dos anteriores relatórios do Reitor salienta-se a missão integradora da UAL que o Conselho Pedagógico tem, sendo único para toda a universidade, a exemplo do que sucede com o Conselho Científico.

O facto de ser único não significa uma preocupação de uniformização pedagógica dos cursos (cuja especificidade poderá ser assegurada pelas Comissões Departamentais, quando tal fizer sentido) mas antes a criação de uma unidade de funcionamento que respeite princípios fundamentais comuns, definidos em consenso pela participação de todas as áreas disciplinares.

Como se diz no anterior relatório, “Esta preocupação de assegurar a unidade respeitando a diferenciação arrasta consigo a necessidade de garantir uma representação diferenciada – docentes e discentes – neste Conselho, o que não está a ser conseguido.”

Ora, o “Relatório de Atividades” do Conselho Pedagógico para o ano 2014/2015, que se apresenta no Anexo III e que servirá de referência para a redação deste ponto, evidencia, com clareza reforçada, que esta preocupação está longe de ter sido adequadamente respondida. E essa desadequação da composição do Conselho está tanto do lado dos docentes, como dos alunos, com ênfase particular nestes últimos.

Isto com a agravante de se ter podido, de algum modo, mitigar a primeira deficiência, através de convites específicos aos docentes de departamentos que não têm membros permanentes no Conselho Pedagógico, à semelhança do que acontece no Conselho Científico, cuja iniciativa, regulamentar, aliás, se louva, mas não concretizável para a situação dos alunos.

Tendo, ainda, em atenção a iniciativa do presidente do Conselho Pedagógico em convidar os seus membros para as suas reuniões, não se pode aceitar ausências reiteradas daqueles, mesmo quando confirmam a presença e com saliência negativa, de acordo com o relatório do Anexo III, para Arquitetura. O Reitor entende, neste caso, que a descontinuidade geográfica (aliás, de pequena dimensão) não justifica estas ausências.

Outro ponto negativamente saliente do relatório é a não realização de 3 das 10 reuniões previstas para o ano letivo, por falta de quórum. Se numa dessas reuniões (a do dia 30 de janeiro de 2015) essa falta de quórum pode ser justificável pelas condições meteorológicas inesperadamente muito adversas, as outras suas situações merecem reflexão séria, bem como ações de correção.

Contudo, elas não podem ser consideradas inesperadas (o que não é o mesmo que justificadas!) tendo em atenção a situação de assimetria de representação que existe entre docentes e alunos, por inadequada e pouco clara representação destes, que, segundo o referido relatório, “não se encontra de acordo com os Estatutos da UAL, nem com o disposto no Regimento do Conselho”.

Perante estas referências, cabe, naturalmente, ao Reitor olhar para o diagnóstico da situação no sentido de procurar dar-lhe a solução adequada.

Nesse sentido, o Reitor consultou os dois documentos citados no Relatório do Conselho Pedagógico concluindo, desde já, pela difícil conciliação daquilo que neles está estabelecido com a realidade de funcionamento da universidade no que toca aos seus alunos.

Com efeito, no Regimento do Conselho Pedagógico estabelece-se que (Artigo 3º, nº1) o mandato dos membros do Conselho é de três anos e que o mandato do presidente acompanha o mandato dos restantes membros do Conselho (Artigo 8º, nº 2).

Põe-se, desde logo, o problema de um dos discentes eleitos pertencer ao último ano de um ciclo de estudos logo no primeiro ano do mandato, situação não pouco plausível, se se atender ao seu maior conhecimento do curso, para uma melhor representação dos seus interesses gerais. A ser assim, justifica-se que o aluno complete os outros dois anos do mandato, em particular se não continuar a ser aluno (não transitando, por exemplo, para o ciclo subsequente)?

Na opinião do Reitor tal não deve acontecer, impondo-se a substituição desse elemento no início do novo ano letivo, ou por nova eleição, ou por substituição prevista na lista eleita, e devidamente desenhada para antecipar estas situações, no início deste ano letivo.

A não ser assim, desvirtua-se a representação dos alunos, desincentiva-se a sua participação e criam-se, naturalmente, problemas de governo como é bem assinalado no referido relatório.

Acresce que se optasse pela primeira opção (nova eleição) o mandato do presidente poderia estar em causa porque está ligado ao mandato dos restantes membros, designadamente se o entendimento dos “restantes” por “o de todos e de cada um”.

Os acontecimentos referidos no relatório do Anexo III e estas reflexões apontam para a necessidade de reequacionar, através de um regime claro, as condições e o processo das eleições de representantes destes no Conselho Pedagógico.

O processo desenvolvido, como tem sido prática, no âmbito da Associação Académica da UAL, não tem dado, como é patente, os resultados pretendidos. Aliás, sem pôr em causa o papel importante da Associação como entidade aglutinadora dos alunos atuais e dos ex-alunos, conforme consta dos atuais estatutos da UAL, não se encontra nesses estatutos, nos artigos relativos ao associativismo (Artigo 68º e 69º), qualquer direito específico de representação dos discentes em órgãos da universidade, nem qualquer mandato para escolha desses representantes.

Ao contrário, na secção III – Direitos e Deveres dos Estudantes, designadamente no Artigo 66º, d) é bem claro esse direito de representação:

“Eleger delegados de turma para assegurar a representação dos estudantes perante os docentes e junto dos competentes órgãos da UAL”.

Parece ao Reitor não ser legítimo extrapolar que poderá ser dentro dos delegados de turma, eleitos por processos democráticos transparentes, que deve ser encontrado, com critérios adequados aos problemas acima descritos, a representação dos estudantes no Conselho Pedagógico, sendo urgente estabelecer um regimento nesse sentido, sem o que o Conselho Pedagógico padecerá sempre das deficiências apontadas no relatório do Anexo III.

Estas referências podem esconder a perplexidade do Reitor perante a referência às “ausências dos Senhores Conselheiros Docentes sem justificação adequada”.

O Reitor entrará em contacto com o Secretariado para ter conhecimento específico destas situações e resolvê-las, em coordenação com a Direção da CEU, por forma a assegurar a dignidade do Conselho Pedagógico e, em resultado, a legitimidade e aceitação generalizada das suas decisões.

É que, cumpre salientar, neste caso, ao contrário do que sucede com os Discentes, as regras e os processos de eleição têm sido claros e não têm levantado reparos ou reclamações significativas.

Esta referência à aceitação das decisões do Conselho Pedagógico (e o ponto 3.1. do relatório é um elemento importante para o entendimento deste reparo do Reitor) resulta de várias queixas e reclamações recebidas pelo Reitor quer de Docentes quer de Discentes, alegando falta de representatividade para a tomada dessas decisões ou, ainda, falta de atenção à diferenciação entre os cursos, designadamente no que toca ao processo de aplicação do Regime de Avaliação de Conhecimentos, cuja última versão, aprovada em 6 de julho de 2015, será submetida a um teste de experiência, para melhor se poder avaliar da sua adequação.

Nesta difícil conjuntura, o Reitor quer agradecer ao Presidente do Conselho Pedagógico, Prof. Doutor João Hipólito e à sua Secretária, Mestre Telma Ruas, todo o empenho e dedicação que têm votado ao funcionamento deste Conselho, garantindo, nessas difíceis situações um funcionamento regular.

O relatório que ora apresentam é um bom exemplo desse esforço e da cooperação que o Reitor tem sentido da sua parte, no sentido de se poderem superar as deficiências transparentemente evidenciadas.

1.1.5. A Biblioteca e a Editora (EdiUAL)

A visão do papel da Biblioteca na estrutura e no funcionamento da UAL já foi amplamente apresentada nos relatórios anteriores, designadamente no relativo ao ano letivo de 2013/2014, pelo que não será necessário reescrever o que aí foi dito e continua plenamente válido.

Importa, isso sim, verificar se houve progresso ou retrocesso nos vários pontos em aberto para se poder avaliar até que ponto o seu papel essencial no contexto da UAL está a ser assumido, bem como quais as melhorias e eventuais processos de as concretizar que se afiguram mais importantes ou mais urgentes.

Essa análise é possível pela leitura atenta do relatório das atividades do ano letivo 2014/2015, que figura no Anexo IV, permite, em larga medida, fazer o confronto entre os dados reais e os desejáveis.

Saliente-se, uma vez mais, que nesse relatório estão abordados não só o funcionamento da Biblioteca, mas também dos Serviços Editoriais e, ainda, corporizada pela Diretora, Mestre Madalena Mira, a delicada função, de grande relevância para os graus académicos mais ligados à investigação, da verificação de originalidade das teses e das dissertações.

Assim, em termos do funcionamento global da Biblioteca, verifica-se o crescimento significativo do número de inscrições (25,6%) face ao ano anterior, valor que não pode deixar de se considerar significativo.

Contudo, esse crescimento não se verificou no Atendimento, com o número de entradas a diminuir, embora muito ligeiramente (menos de 1%), o que, em termos estatísticos significará nível de atendimento semelhante ao do ano letivo anterior que, como foi apontado na altura, já era apreciável. Esse ligeiro abaixamento também se verificou (diminuição ligeira de menos de 2%) nos Empréstimos, Renovações, Devoluções e Reservas.

A quebra é mais acentuada no caso do EIB (Empréstimo Inter-Bibliotecário) quer ao nível dos pedidos com origem na Biblioteca da UAL (o número de pedidos caiu para metade) e menos ligeiramente nos pedidos feitos à Biblioteca da UAL (apenas uma quebra de 16,6%).

Apesar do número de pedidos deste tipo ser pequeno e, portanto, as suas variações percentuais terem pouco significado por estarem muito sujeitas a flutuações conjunturais, não deixa de ser relevante que uma posição de assimetria de pedidos favorável aos pedidos a partir da UAL no ano precedente se transformou numa

relação assimétrica de sentido contrário. Apesar de não haver indicações em concreto sobre a natureza e as motivações deste tipo de pedidos, o Reitor quer assinalar este facto para melhor entender as razões e o papel destas trocas que podem ser expressão de maior intensidade ou maior diversificação da procura de fontes (nesse caso com perda de “vitalidade” da “origem” UAL), sendo sempre de salientar que a partilha entre Bibliotecas é, em princípio, uma relação a saudar e a aprofundar.

Outro dado a merecer relevo no que toca à quantidade, mas não tanto à intensidade, foi o Acesso às Bases de Dados. Com efeito, o número de acessos mais que duplicou, o que é notável, mas o número de pesquisas sobre ela efetuadas quase se manteve, o que, obviamente, evidencia uma intensidade de exploração dessas bases de dados claramente diminuída.

O tratamento documental, se apresenta valores muito próximos do ano precedente (aumento de 5%), tem, no entanto, uma estrutura bem diferente. Enquanto no ano anterior cerca de 94% (a quase totalidade, portanto) desses registos bibliográficos era de monografias, em 2014/2015 elas caíram significativamente para cerca de 65%, tendo, portanto, aumentado muito os registos analíticos.

Ao contrário, no contexto da obrigatoriedade de envio de cópias das teses em papel e suporte digital para a Biblioteca Nacional, o número de envios caiu 1/3, passando de 18 par 12, refletindo uma menor produção da UAL em 2014/015.

A maior diferença, em sentido positivo, registou-se no Repositório Institucional que aumentou mais de 5(!) vezes em relação ao ano anterior, constituindo-se já um stock de 1608 registo no total, isto é, cerca de 4 vezes o existente no final do ano letivo precedente.

As consultas e os *downloads* a partir desse repositório, como era de esperar, também aumentaram significativamente (respetivamente cerca de 3 vezes mais e 1,5 mais), mas, também naturalmente, com menor expressão que o crescimento do número de registos pelo relativamente diferenciado interesse de acesso que normalmente acompanha um aumento de quantidade.

De qualquer modo, e tendo em atenção as observações feitas no relatório do ano anterior, há que manifestar satisfação pelo maior empenho dos docentes da UAL em responder às solicitações para constituição do repositório, sem embargo de não esquecer que esse trabalho tem de continuar com regularidade.

Numa visão mais qualitativa não pode deixar de ser assinalada com muito apreço a preocupação pela formação ligada à Biblioteca que esta tem proporcionado.

São de realçar, em particular, as ações de formação para alunos e docentes sobre Navegação e Exploração das Bases de Dados, Acesso Aberto e Arquivo no Repositório Institucional, o que evidencia que não é por falta de formação e de tentativa de criação de incentivos ao uso da Biblioteca que a utilização desta não cresce em quantidade, variedade e qualidade de busca.

Para isso contribui, também, a preocupação com a formação dos próprios funcionários, sendo de assinalar a participação de 3 pessoas na 5ª Conferência Luso-Brasileira sobre o Acesso Aberto.

Esta preocupação de formação estendeu-se ao Regime de Mobilidade Profissional ERASMUS STAFF, tendo a Biblioteca da UAL acolhido 2 bibliotecários da Polónia (Lublin University of Technology) e 2 de Espanha (Universidad Castilla-La-Mancha).

Finalmente, uma nota importante sobre os montantes votados a aquisições, que, em termos globais, não se afastaram dos valores aplicados no ano trasato. Contudo, o Anexo IV fornece uma discriminação da aquisição de livros por áreas.

Notando, desde já, que o valor global aplicado em livros está longe de ser muito significativo, é de notar o baixo valor aplicado em livros de áreas do Direito. Tendo em atenção a expressão que as publicações em livros têm nesta área, a existência de 3 ciclos na UAL, de um elevado número de alunos e de docentes e, ainda, de necessidade de ter as várias edições atualizadas devido à constante evolução legislativa, é com grande preocupação que o Reitor assinala este facto, que só pode ser sinal de pouca investigação e até, no limite, de pouca atualização pedagógica nesta área.

Apesar de a resposta por parte dos utilizadores da UAL não ser tão boa como se desejaria, não há dúvida que a Biblioteca, também muito graças ao dinamismo da sua Diretora e da sua equipa, se tem afirmado no seio da UAL, ao mesmo tempo que, gradualmente, se vai transformando em resposta aos novos meios de informação e de consulta, sem esquecer as tradições.

No campo da informação, o problema das bases de dados, hoje essenciais em investigação, continua a desafiar o encontro das melhoras e não muito dispendiosas soluções. A procura de parcerias e de partilhas continua a ser fundamental e há que prosseguir nesse sentido.

O papel da Biblioteca e, em especial, da sua equipa, estende-se à EdiUAL (que tem duas colaboradoras a acumular com o Serviço da Biblioteca). A edição de produção universitária pela própria universidade é sempre uma prova da sua vitalidade, independentemente das condições, do mérito e da qualidade, críticas que muitas vezes são apontadas por, em princípio, poder não haver um teste de qualidade exógena à própria universidade, o que é, facilmente, ultrapassável, fazendo passar essas publicações pelos crivos normais de seleção universitária e editorial.

A estratégia seguida pela EdiUAL é impulsionar as publicações *online*, condicionando a edição em papel às co-edições, tendo-se para isso procurado estabelecer parcerias com editoras.

No ano letivo 2014/2015, como se verifica no Anexo IV, foram editados ou estão em preparação 13 títulos impressos de várias naturezas, vários deles editando comunicações apresentadas em seminários ou congressos temáticos realizados no âmbito da UAL e outros com textos pedagógicos ligados aos cursos da UAL.

De notar a presença de duas revistas *online*, “Galileu” e “Psique” (esta última com indexação na EBSCO), que muito se saúda, salientando e agradecendo o papel essencial da Prof^a Doutora Iolanda Galinha nessa indexação, bem como o apoio da Mestre Madalena Mira no processo de indexação.

Quanto à Revista “Galileu”, a mais antiga revista da universidade portuguesa, é mister dar-lhe nova vida e nova visibilidade, algo que terá de ser estrategicamente abordado no futuro próximo.

Finalmente, cai na Biblioteca, mais especificamente na pessoa da sua Diretora, a tarefa de Verificação de Originalidade das diversas produções científicas realizadas no âmbito da UAL.

É uma tarefa da maior relevância, cujos problemas já foram pormenorizadamente abordados no relatório anterior e que passam, também, pela colaboração de todos os envolvidos no processo, em particular os Orientadores e Co-Orientadores.

É uma tarefa que deve ser, e tem sido, executada em cooperação com o Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos, cabendo a este, designadamente, a produção de estatísticas nesta matéria.

Com o objetivo de melhorar os instrumentos que mais adequadamente permitam identificar eventuais plágios, efetuou-se a mudança de *software*, estando agora a ser usado o URKUND.

Uma palavra final do Reitor de agradecimento e apreço por toda a energia, motivação e disponibilidade da Diretora da Biblioteca, Mestre Madalena Mira, para dar à Biblioteca todo este trabalho multifacetado e de grande alcance na integração das várias áreas da universidade e de todos os que nela vivem. E, neste campo, uma palavra particular para os espaços criados que propiciam aos estudantes, designadamente aos alunos deslocados do seu meio, condições adequadas de estudo em grupo.

1.1.6. O Provedor do Estudante

O Provedor do Estudante, Dr. Ruy Seabra, em conformidade ao seu relevante trabalho já iniciado no ano letivo precedente, manteve sempre um contacto estreito com o Reitor, garantindo assim o necessário equilíbrio de competências e até, ousado dizê-lo, proporcionar uma original aplicação do esquecido princípio da subsidiariedade.

Com efeito, este princípio, vital em democracia descentralizada, ao mesmo tempo que distribui adequadamente níveis de competência e de responsabilidade, configura-se como um importante crivo na resolução de conflitos que, inevitavelmente, ocorrem no meio de todas as organizações.

Aliás, o relatório que o Provedor fez, e que consta do Anexo V, é claríssimo sobre o mérito e os bons resultados desta lógica de subsidiariedade. Vale a pena ilustrar esta afirmação com uma citação desse relatório:

“No mais, o habitual foi a regra, e as questões foram resolvidas em contactos diretos e aconselhamento sobre as vias de superação e outras, ainda, em articulação com Diretores de Departamento e Delegados de Turma.”

O Reitor está particularmente sensibilizado para este papel essencial porque recebe, com frequência, pedidos de audiência e reclamações cuja primeira instância de contacto e de eventual decisão, nem nunca sequer foi contactada, atirando para níveis de decisão superior (atenção!, “superior” aqui quer dizer de âmbito mais alargado e não específico como deve ser o caso dos níveis “inferiores”, mais específicos e especializados) aquilo que pode, e deve, claramente, ser resolvido em instâncias mais próximas e, por isso, mais habilitadas para resolver um potencial conflito.

Olhando para o relatório do Provedor, é patente a diversificação de situações que lhe são postas e que, na generalidade, se resolvem a esse nível.

Quando tal não é possível, o Provedor tem já uma visão do problema que, com conjugação com as entidades a quem, pelo alcance do problema em causa, compete a decisão, potencia uma decisão mais informada e mais rápida. Exemplo disso é o caso referido no relatório do provedor da identificação por uma docente da UAL do que, nesse relatório, se designa por “fraude organizada de copianço” que, de imediato comunicada ao Provedor, teve um tratamento que não só permitiu resolver o problema e responsabilizar os prevaricadores, mas também, e essa é a razão deste exemplo, ao Provedor emitir (e cita-se) “uma Recomendação para alterar o Artigo 5º do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos”, para atalhar o mal pela raiz,

o que já foi feito, após deliberação do Conselho Pedagógico, como é do Regulamento da UAL.”

Ainda neste campo de identificação de problemas, que podem ter maior generalidade e a necessidade de uma eventual resposta de organização, em lugar de uma decisão particular para uma dada situação, o relatório do Provedor refere (e cita-se) “Assunto interessante, pela incidência técnico-jurídica que suscitou foi o levantado pelo aluno Dr. Vitor Basto, sobre a questão do estatuto discente de trabalhador-estudante”.

Com estes exemplos, procura-se evidenciar o papel de “charneira” do Provedor do Estudante, não só para a resolução particular de questões que envolvem os alunos individuais, mas também para a deteção precoce de situação que deixam de ser individuais para passarem a ser de preocupação institucional, quer pela sua eventual dimensão quantitativa, quer pela novidade dos assuntos envolvidos no conflito, que podem reclamar novas abordagens ou decisões a nível da instituição.

Por isso mesmo, nunca é demais enfatizar e divulgar o papel do Provedor do Estudante, parecendo ao Reitor, pelo número de casos reportados, e, sobretudo, pelos seus contactos pessoais mediante as audiências solicitadas ou as reclamações que lhe são feitas diretamente, que os alunos não têm ainda plena consciência do relevante e eficaz papel do Provedor do Estudante, para não arriscar a hipótese mais arrojada de não terem conhecimento da sua existência e do seu papel central de mediador, cuja imagem, por isso, urge reforçar.

Para isso não ajuda nada o facto de, durante o ano letivo de 2014/2015, não ter sido ainda publicitado o Regulamento do Provedor do Estudante, situação para a qual o Relatório do Provedor chama, com toda a legitimidade, a atenção, referindo “estranheza” pela situação.

Não quer o Reitor terminar este ponto sem a reafirmação e apoio ao papel central do Provedor do Estudante, não só na relação dos alunos entre si, da relação destes com os docentes e, ainda da relação dos alunos com as várias instâncias da UAL, mas

também, na organização da própria UAL, em particular, na identificação de situações ou de problemas que obriguem um repensar do funcionamento existente.

Para esta convicção e este diagnóstico muito contribui o papel do Dr. Ruy Seabra, a quem, por isso mesmo, o Reitor quer agradecer a sua disponibilidade e, sobretudo, o sentido de proporcionalidade das suas abordagens e recomendações, para além, e não menos relevantemente, da descrição e da prudência com que os assuntos do seu foro são tratados.

1.2. As atividades de Investigação

Nos relatórios relativos aos dois anos letivos anteriores foi feita uma reflexão aprofundada sobre o papel da investigação numa universidade, ligando-o às exigências de investigação (nível, métrica e calendário) presentes na avaliação dos cursos dos diferentes ciclos, quer pelas Comissões de Avaliação, quer pela A3ES, disjunção esta que se justifica porque os critérios nem sempre coincidem.

Nesses relatórios salientou-se a necessidade de ter em conta a história das universidades privadas em Portugal que aponta para a necessária gradualidade na transformação de instituições vocacionadas prioritariamente para o ensino, incorporarem na sua matriz de formação e funcionamento normal a investigação, com a necessária criação de um ambiente que a potencie, do qual o elemento central é o capital humano cientificamente apetrechado e motivado.

Esta gradualidade tem uma dupla vertente: a temporal e a da alteração da estrutura dos ciclos do ensino universitário.

Na primeira vertente, há que dar tempo à formação do capital humano cientificamente apetrechado e à definição de áreas e centros de investigação com desenho de projetos consistentes, o que leva tempo e exige financiamento adequado. Ora este financiamento não é questão menor numa universidade privada, criada com lógica de ensino e, por isso, vivendo basicamente das propinas dos seus alunos que não podem ser “empoladas” para financiar a investigação.

Isto equivale a dizer que também a busca de fontes alternativas de financiamento (incluindo a capacidade de disputar numa lógica absolutamente concorrencial (“level playing field” com as instituições públicas) os financiamentos de natureza comunitária, para não dizer mesmo, questão mais controvertida, os próprios financiamentos públicos nacionais para fins de investigação, exige tempo, incluindo o tempo já referido de construir o capital humano e os projectos capazes de realmente competir nas condições referidas.

Esta gradualidade temporal não deve, contudo, ser usada como justificação continuada para a deficiência da investigação nas universidades privadas, sendo, obviamente, necessário mostrar uma clara evolução nessa área.

A segunda vertente tem a ver com a ligação entre o nível e as exigências de investigação curricular dos docentes nos vários ciclos de estudos, tendo em atenção, também, os outros e não menos relevantes aspetos de missão das universidades, isto é, a transmissão dos conhecimentos, a produção de meios pedagógicos atualizados, a capacidade de responder aos desafios que a sociedade impõe, designadamente através da formação contínua (pós-graduações) e serviços prestados à comunidade (investigação aplicada).

Ora, como bem se especifica no relatório do Reitor relativo ao ano transato, as exigências curriculares devem ser bem diferenciadas para os 3 ciclos, sendo a investigação fundamental prioritária para os 3^{os} ciclos e, em menor escala, para os 2^{os} ciclos que se apresentam como ante-câmara da preparação para os 3^{os} ciclos e menos ainda para aqueles que visam um maior aperfeiçoamento e completitude dos 1^{os} ciclos, sendo os Mestrados Integrados o exemplo acabado deste tipo de 2^o ciclos.

Há, assim, uma diferenciação clara dos 3^{os} ciclos, apresentando-se o nível e o ambiente de investigação como característica distintiva.

Como se refere ainda nesse relatório, “Os 3^{os} ciclos assentam fundamentalmente, como se viu, na existência de um clima propício de investigação e na autonomia (para não dizer independência) do doutorando na criação do seu próprio tema e no seu desenvolvimento e concretização, de tal modo que a EUA (European University

Association) aponta para a autonomização destes ciclos em escolas próprias, no seio das universidades, designando-as como Escolas Doutorais”.

Esta citação, complementada com o reconhecimento de que poucas universidades na Europa deram ainda este passo, até pelas exigências de dimensão crítica que implicam, tem encontrado algumas visões contraditórias no que toca à opinião sobre a autonomia dos temas de investigação por parte dos doutorandos, defendendo antes a sua inserção nas linhas de investigação ou nos projetos existentes nos Centros de Investigação ou nos Departamentos em que o 3º ciclo é ministrado.

O Reitor reconhece as motivações legítimas subjacentes a esta visão, já que ela cria condições para a tal dimensão crítica que tantas vezes é invocada como condição necessária à criação de um ambiente comum de investigação e ao sucesso dessa investigação. Mas se, pragmaticamente, reconhece isso, também não pode deixar de invocar o cercear da criatividade e da motivação individual, que estiveram e estarão sempre na base da busca de rotas para a criação de novos problemas e de novas soluções.

No entender do Reitor, alguns destes “trade-offs” podem ser resolvidos por uma nova abordagem que as Escolas Doutorais incorporarão com maior facilidade, por poderem romper com as barreiras científicas que a insistência em dividir o saber em áreas (formalmente disjuntas, sem que isso corresponda à realidade) não tem permitido.

É hoje cada vez mais evidente a necessidade de confluência das diversas áreas da ciência, incluindo humanidades e ciências sociais, para inovar, respondendo aos desafios da sociedade. Isso implica projetos de investigação transversais e multidisciplinares, com convivência diária de várias valências, acabando com a ideia de “massa crítica” por área científica e abrindo, assim, a porta à conciliação entre a liberdade de definição do objeto de investigação por parte dos doutorandos e a sua inserção em projetos de investigação.

Contudo, este passo decisivo não esconde a necessidade de garantir dimensão crítica, só que essa é agora a da Escola Doutoral, que incita à busca de soluções

inter-institucionais, designadamente de parcerias entre instituições universitárias para constituição destas escolas.

Mas voltemos ao princípio da gradualidade, com o duplo objectivo de lembrar que essas escolas são objetivos de médio prazo, e que é importante avaliar os passos que se têm dado até agora e os que se podem dar no curto prazo. E é a essa luz que se deve avaliar o caminho feito na UAL na criação deste ambiente de investigação.

Neste ponto avaliar-se-á apenas a abordagem mais institucional que deve ser lida em conjugação com a apreciação da evolução da “performance” científica dos docentes que será apresentada no ponto seguinte deste relatório.

Esta parte da avaliação institucional assenta, fundamentalmente, no relatório resumo Anual das Atividades Desenvolvidas pelos Centros de Investigação no ano letivo de 2014/2015, que se apresenta no Anexo VI.

Fundamentalmente, há duas linhas de abordagem das ações empreendidas: a primeira descreve as novas iniciativas de criação ou reforço desses centros e a segunda o que foram as suas atividades durante o ano letivo em apreço.

De entre as primeiras, há a referir a criação de dois novos centros de investigação na UAL, em áreas de óbvia relevância estratégica: o Autónoma Tech Lab – Centro de Investigação em Tecnologias (unidade integrada no Departamento de Ciência e Tecnologias) e o Centro de Investigação INNOVARE – Center of Research of Managment, Economy and Finance (unidade integrada no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais).

Além disso, a UAL concorreu em janeiro de 2015 ao concurso promovido pela FCT para candidaturas de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos, com 4 projetos, um ligado ao Ratio Legis – Centro de Investigação em Ciências Jurídicas e 3 ao CIP – Centro de Investigação em Psicologia, que embora tendo obtido avaliação bastante positiva, não conseguiram ainda assim a atribuição de financiamento.

Também o OBERVARE – Observatório de Relações Exteriores procurou juntamente com a METU de Ankara submeter um projeto a um programa internacional, mas a

candidatura gorou-se por questões burocráticas na Turquia, o que evidencia, se se atender ao que sucedeu com a tentativa de criação de um doutoramento com a Universidade de Évora, as dificuldades que, infelizmente, ainda se colocam à concretização de parcerias.

É sempre apontado esse objetivo, mas as barreiras burocráticas, institucionais, corporativas e mesmo individuais, continuam a impor-se.

Finalmente, e ainda nesta linha, foi concretizado na sequência da classificação – Bom – atribuída pela FCT ao OBSERVARE, um financiamento no valor de cinquenta mil euros (financiamento base, financiamento de unidades de I&D e pelo financiamento atribuído no âmbito do Regulamento do Fundo de Reestruturação), com o período de execução do financiamento estendendo-se por 24 meses, e ao CIP um financiamento de quinze mil euros (no âmbito do financiamento da unidades de I&D), estendendo-se o período de execução do financiamento por 36 meses. Ambos os prazos são eventualmente renováveis por iguais períodos, de acordo com a avaliação intercalar prevista.

Estes resultados, sem serem ainda os desejáveis, revelam um crescimento em profundidade e em qualidade do nível e da extensão da investigação na UAL. Em particular, os financiamentos acima referidos, embora de valor pouco mais que simbólico, são um incentivo à continuação da busca de melhoria e, em termos relativos, se atendermos às possibilidades de autofinanciamento da UAL no campo da investigação, têm algum significado.

Espera-se que daí saia maior produção e mais qualidade, não podendo esquecer que a Avaliação Intercalar vai, por certo, ser exigente.

Quanto à segunda vertente – outra medida e não menos relevante da realidade da investigação na UAL, porque traduz o que se fez durante o ano letivo 2014/2015- a maior atividade surge naturalmente no OBSERVARE, consistentemente com a sua dimensão, (50 investigadores, dos quais 23 integrados) e a multidisciplinaridade que já cultiva.

A existência da revista Janus.net (indexada na Scopus) permite dar maior visibilidade e credibilidade à produção científica, embora ainda assim o número de artigos com origem nos investigadores da UAL seja aí relativamente restrito. É certo que a revista tem ganho visibilidade e credibilidade pela publicação de artigos de autores de outras nacionalidades, mas verifica-se ainda, em contraponto, que os investigadores da UAL quase não publicam em revista científicas estrangeiras indexadas.

Reconhece-se, entretanto, a existência clara de um ambiente em que a investigação e a internacionalização estão presentes e se procura a sua promoção crescente de que são evidência a realização e a presença de vários congressos e seminários nacionais e internacionais, muitos deles com submissão de artigos sujeitos a “referee”, que é um primeiro passo relevante para a submissão futura de artigos a revistas referenciadas.

De ressaltar, ainda, a multiplicidade e atualidade dos temas das conferências, sinal da atenção à atualidade e aos problemas nacionais e internacionais, bem como a manutenção de cátedras de professores visitantes que enriqueceram substancialmente as temáticas internacionais. De entre os vários temas e publicações, destacam-se pela sua oportunidade as conferências sobre “Estado Islâmico/Islamic State”, e “O restabelecimento das Relações Diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos e o futuro do Sistema interamericano”.

Também o CIP, que partilha com o OBSERVARE a condição de financiado pela FCT, tem tido uma atividade apreciável, tendo em atenção a sua menor dimensão (16 investigadores), apresentando diversas linhas de investigação. Também aqui se nota um número ainda pequeno de publicações em revistas com *referee*, embora, em termos relativos, a sua presença em revistas internacionais seja de salientar, designadamente no âmbito do projeto “Repositório de Instrumentos de Avaliação para Aprendentes de Língua Portuguesa”, coordenado pela Prof^a Doutora Sandra Figueiredo, que apresenta 3 artigos em revistas internacionais com *referee* e o projeto “Preditores Transculturais do Bem Estar”, coordenado pela Prof^a Doutora Iolanda Galinha, que submeteu 4 artigos em revistas científicas internacionais com “peer-review”.

Os sete projetos de investigação mostram também atividade intensa sem resultados visíveis em termos de publicações internacionais, mas as conferências e seminários realizados, para além de capítulos de livros, são sempre um passo importante para se manter e avançar no caminho da investigação que leva a uma produção científica de maior qualidade.

A existência da “Psique” pode constituir um passo relevante para avançar neste caminho.

A situação do Ratio Legis – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas é bem diferente na sequência do não reconhecimento do seu mérito pela FCT e pelo peso que os ciclos de Direito têm na UAL.

A descrição das atividades deste Centro no Anexo VI é elucidativa da situação, parecendo evidente que tem sido mais um centro de desenvolvimento, o que não é irrelevante em termos pedagógicos e em melhoria das condições de ensino/aprendizagem nos 1^{os} e 2^{os} ciclos, mas que também evidencia uma incipiente situação no campo da investigação.

Há linhas de investigação definidas, há alguns docentes que individualmente publicam nacional e internacionalmente, mas é preciso muito mais numa área em que o 3^o ciclo existente é vital para a UAL.

Há uma boa capacidade de organização de conferências, colóquios e seminários, uma boa ligação ao Departamento de Direito, mas, como reconheceu a Diretora do Departamento, Prof^a Doutora Constança Urbano de Sousa, ela própria com bom nível de publicações, na reunião do Conselho Científico dedicada à investigação científica que já foi referida e que será retomada adiante: “Um Centro de Investigação é diferente de um Centro de Organização de Encontros Científicos”.

O Reitor reconhece que o tipo de investigação e até das publicações a que dá origem é muito específico, o carácter nacional ou europeu tem (e provavelmente deve ter) uma atenção especial e a publicação de livros é, muitas vezes, o resultado de atividades de investigação. Mas, mesmo a esse nível, os resultados estão longe de

ser os desejados, e o nível de aquisições propostas à Biblioteca que já referimos é disso um indício preocupante.

Em contrapartida, a recente aquisição de Bases de Dados de Direito pode ser uma indicação de que algo está a mudar.

É essa uma mudança que deve, no entender do Reitor, ser estudada e posta em prática.

Noutro contexto, o CICH – Centro de Investigação em História, com um acervo de publicações significativo, apresenta, na descrição do Anexo VI, uma atividade durante o ano letivo 2014/2015 relativamente reduzida, apesar da produção de uma obra de grande fôlego, “Guia da História Financeira em Portugal”, com fundada e profícua produção na linha de investigação “História e Cultura das Organizações: Passado, Presente e Futuro”.

Razões conjunturais de organização interna do Departamento com reflexos no Centro de Investigação e falta de financiamento explicam em boa parte esta desaceleração de produção, mas a nomeação de um novo Diretor, Prof. Doutor Miguel Faria, com grande experiência no campo da investigação histórica e a presença de vários investigadores com provas dadas, são a garantia que, com uma adequada estratégia de investigação global para a UAL, o nível de investigação aumentará e será um sustentáculo relevante para a garantia de manutenção do 3º ciclo em História, crucial para a afirmação da UAL.

O CEACTION – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidadania e Território tem, graças também muito à dinâmica da sua Diretora, Profª Doutora Filipa Ramalhete, desenvolvido atividades relevantes, com uma publicação *online*, estudoprevio.net, de características muito próprias, que se vai afirmando, sendo importante tentar passar para indexação em bases de dados de maior visibilidade e reconhecimento. A leitura da linha de investigação mostra bem que as áreas relevantes do Centro têm sido ligadas à Cidade e ao Território, como aliás o reconheceu a sua Diretora, na já referida reunião do Conselho Científico, ao afirmar que “A investigação no

Departamento de Arquitetura é normalmente nas áreas de História da Arte e Urbanismo, embora o nosso curso seja vocacionado para o “Projeto”.

Há mérito na interdisciplinaridade do Centro e no estabelecimento de relações e parcerias com outros centros e com docentes de outras instituições como bem revela a composição do Centro (15 investigadores, mas apenas 2 (!) da UAL), como o há na profunda ligação à sociedade e ao urbanismo, com intervenções na “cidade” que dão visibilidade (e também financiamento) e abrem excelentes perspectivas de parcerias futuras.

Mas é importante que a vertente Arquitetura no seu sentido mais estrito marque presença no Centro e nas publicações, sem o que a desejável concretização de um 3º ciclo poderá estar em causa. Aliás, foi por reconhecer esta fragilidade e esta assimetria de capacidades e ações reveladas pelo Centro, que o putativo doutoramento nesta área que, como referimos, acabou por não se concretizar, tinha um bom suporte em Urbanismo e História da Arte.

Dois pequenos centros de características mais concentradas e específicas – o CARS – Centro de Análise Económica e de Regulação Social e o CELCT – Centro de Estudos Linguísticos, Comparados e Multimédia, têm atividades reduzidas em volume mas de apreciável densidade, vivendo muito da dinâmica dos seus Diretores, respetivamente o Prof. Doutor Arlindo Donário e a Prof^a Doutora Isabel Silva, que o Reitor saúda e felicita pela sua atividade.

A natureza e o enquadramento dos dois centros no contexto da UAL são, contudo, bem diferentes. O CARS atua numa área que se enquadra num departamento de importante expressão na UAL – Departamento de Ciências Económicas e Empresariais - enquanto o CELCT tem apenas expressão transversal em diversos cursos, mas não se insere num departamento ou área específica da UAL, evidenciando, no entanto uma ligação às Ciências da Comunicação que pode e deve ser potenciada. Aliás, o lançamento de cursos em *e-learning*, em particular os cursos de tradução e a excelente ligação com a Autónoma Academy, conferem-lhe um papel bem aproveitado e enquadrado quer no campo pedagógico (sobretudo nos

cursos de pós-graduação e na sua contribuição transversal nos chamados “soft skills” nos 1^{os} ciclos e nos *e-learning*), quer no de investigação.

Finalmente, uma palavra para os 2 centros recentemente criados em áreas com expressão na UAL e estrategicamente relevantes como já foi assinalado.

Na realidade estes novos centros vêm substituir outros já anteriormente existentes nas áreas, mas sem qualquer atividade relevante.

Espera-se deles uma capacidade de dinamização e de enquadramento dos atuais docentes na definição e concretização de linhas de investigação, bem como de busca de redes de cooperação que proporcionem os resultados desejados.

A leitura da descrição dos centros, se cotejada com os princípios relativos à investigação apresentados no início deste ponto do relatório, sugere que algo tem de ser feito para um melhor enquadramento estratégico da investigação na UAL.

Esse sentimento é generalizadamente partilhado e levou o Presidente do Conselho Científico a convocar uma reunião para discussão do problema, como já repetidamente se referiu.

O Reitor entende que ele constitui um primeiro passo, participado, nesse reenquadramento estratégico, pelo que recupera neste relatório algumas reflexões aí feitas.

Nessa reunião foi dada a palavra a todos os Diretores dos Centros já mencionados e um tempo especial ao Prof. Doutor Miguel Faria, não só como Diretor de um dos Centros mas, sobretudo, pelo seu papel institucional no campo da investigação e aí se incluindo a experiência da sua representação em órgãos externos à UAL.

Das diversas apresentações há alguns pontos a salientar (para além dos poucos que já se introduziram na descrição precedente).

- i) A necessidade de articular a investigação científica com a formação avançada, em particular com os doutorandos que devem ser integrados nos Centros de Investigação mais diretamente ligados às áreas do doutoramento.

- ii) A necessidade de ser assegurado o financiamento da Investigação, sem embargo de se reconhecer que a CEU tem capacidade limitada para o fazer. Neste ponto levantaram-se algumas vozes discordantes que se podem reunir em duas vertentes: a concentração versus a desconcentração dos recursos para investigação e os meios de obter esses recursos, sendo que, nalguns casos, uma foi assumida como consequência da outra.

É, designadamente, o caso de propostas para que se concentrem os recursos de investigação em áreas cujos doutoramentos já estão reconhecidos e cuja acreditação é vital manter para o reconhecimento da Universidade, deixando os outros centros dependentes da sua própria capacidade de obter financiamento através do empenhamento em investigação aplicada capaz de gerar fundos para a investigação fundamental.

Saliente-se, em particular, a posição da Prof^a Doutora Filipa Ramalhete que mostrou que o centro de que é Diretora enveredou por esse caminho, sendo o financiamento resultante da investigação aplicada e de protocolos com a sociedade civil numa parte muito significativa do financiamento total do centro.

Na opinião do Reitor, esta posição, que se aplaude, contrasta significativamente com a tradicional posição passiva dos docentes universitários que reclamam financiamento para investigação, sem lutar objetivamente por concretizar esse financiamento. E se nas instituições públicas isso foi comum (e já está em clara mutação!) por procurarem “sentar-se à mesa do Orçamento”, é absolutamente insustentável numa universidade privada, sem embargo de também esta, como instituição, procurar conquistar meios específicos para o financiamento da investigação fundamental.

O outro ponto mais sensível foi a defesa, por alguns, naturalmente os mais ligados a essas áreas, da concentração do financiamento nas áreas em que existem terceiros ciclos – Direito, História e Relações Internacionais.

Importa, desde já, clarificar que o Reitor entende que esta posição, em termos de estratégia da UAL na atual conjuntura, assenta em bases bem mais legítimas que a simples e potencial “queixa” de “corporativismo” dos cursos já reconhecidos.

É que há que reconhecer que, sendo a existência de 3 doutoramentos fundamental para a manutenção do estatuto de universidade, e estando ciente das dificuldades e barreiras postas à criação de cursos do 3º ciclo, a manutenção desses 3 doutoramentos nas próximas avaliações é absolutamente crucial. E sabendo que a investigação realizada nessas áreas vai ser um dos principais elementos de sustentação de uma avaliação positiva, não se pode pedir aos docentes, aos departamentos e aos centros de investigação dessas áreas que consigam uma resposta positiva sem meios minimamente adequados.

Contudo, entende o Reitor que as outras áreas não podem ser abandonadas, quer porque a universidade, para o ser tem de cumprir requisitos que também as abranjam – o que significa, afinal, ser universidade – quer mesmo porque, em termos estratégicos, é mau não se prepararem caminhos alternativos e defensivos, alargando a possibilidade de criar doutoramentos noutras áreas, incluindo doutoramentos interdisciplinares e também intra-institucionais (isto ainda antes de antecipar escolas doutorais em parceria).

É um assunto que todos reconhecem exigir uma profunda reflexão e um caminho crítico de decisão que tem de passar pela identificação dos meios de financiamento, dos processos de os conseguir (aí sendo fulcral os concursos – só ou, sobretudo, em parcerias para os projetos no âmbito

nacional e europeu), bem como o desenvolvimento da investigação aplicada que muito ganhará com a ligação a empresas e outras organizações que há que procurar intensamente. Aí poderá jogar papel fundamental a Autónoma Academy como ponte entre ensino pós-graduado e investigação aplicada, com esta a servir tanto de fonte de financiamento como “ponte” para projetos de investigação fundamental e consequentes publicações devidamente acreditadas.

Neste ponto, e é bom princípio para a área informática, as relações com a Cisco e potencialmente também com a Microsoft e a Oracle, referidas pelo Prof. Doutor Mário Marques da Silva, são um bom exemplo de passos nesse sentido.

- iii) O ponto anterior suscita a questão da organização interna da investigação na UAL, para além do próprio processo de financiamento, obviamente central á sua concretização.

Foi neste sentido que o Prof. Doutor Miguel Faria centrou a sua intervenção, lembrando os esforços anteriores feitos na UAL, a criação do IPUAL que procurava responder a esta preocupação de organização integrada, vindo a ser substituído pelo IAID já numa lógica completamente diferente de mero gestor em termos orçamentais dos centros existentes.

Esta alteração não foi, saliente-se, fruto de uma mudança provocada internamente, mas antes pelo processo “aberrante” de avaliação do IPUAL, que perverteu a lógica das regras anunciadas da multidisciplinaridade como critério básico de organização.

Também na fase em que estamos e, acrescenta o Reitor, em futuro próximo previsível, muito do que se vai passar neste campo vai resultar da posição da A3ES que usa indicadores e regras de jogo sobre investigação inaceitáveis, diferentes da FCT (mas prevalecendo sobre elas no campo da acreditação dos cursos!) e, que ainda por cima, de vez em quando muda as

regras a meio do “jogo”, pondo mesmo em causa as decisões dos pares, o que evidencia uma discricionariedade inaceitável.

Essa posição obrigou e obriga a condicionar as estratégias, mesmo as que acharíamos mais adequadas, impondo publicações indexadas num estrito grupo de bases de indexação, nomeadamente a ISI e a SCOPUS.

Independentemente da estratégia a adoptar futuramente face à A3ES e que, reconhece o Reitor, não pode ser seguida isoladamente pela UAL, há que procurar traçar algumas linhas para o futuro, algumas das quais já foram levantadas nas alíneas anteriores.

Reconhece-se que é fundamental procurar conjugar a investigação ao nível das universidades privadas, sendo sintomático o facto de nenhuma delas ter conseguido nenhum Centro de Investigação acreditado pela FCT com Muito Bom ou Excelente.

Esta última apenas foi conseguida pelo ISPA e a primeira pelo Instituto Piaget.

Este facto obriga, naturalmente, a uma reflexão: É que esses institutos universitários concentram-se em áreas muito específicas, conseguindo, porventura, resultados bem positivos, a julgar pela avaliação feita.

Este facto reforça a ideia de concentrar a investigação, mas as universidades não podem deixar de o fazer em várias áreas como impõe o seu estatuto o que, uma vez mais, reforça a necessidade de parceria e partilha de recurso, que tem de ser procurada afincada e urgentemente.

Para terminar este ponto impõem-se, no entender do Reitor, a abordagem a dois assuntos: o papel da investigação aplicada e do “serviço à sociedade”, por um lado, e o funcionamento dos doutoramentos, por outro, no contexto do processo de investigação.

No que toca à primeira, já foi devidamente abordado o seu papel no financiamento global da investigação, mas ele vai muito para além disso. É que estimula o uso de

conhecimentos de ponta na resolução de problemas concretos postos à sociedade, uma situação que tem pleno cabimento na concretização de relatórios e, sobretudo, de dissertações do 2º ciclo, podendo e devendo envolver reconhecidos especialistas de fora da universidade, preferencialmente ligados a empresas.

Mas mais! Quando se estudam problemas concretos levantam-se, frequentemente, situações novas para cuja solução há que fazer apelo ao desenvolvimento de abordagens teóricas, típicas do 3º ciclo, ou proporcionam matéria para publicações de qualidade, já para não falar da criação de protótipos ou patentes numa ótica de maior ligação empresarial.

Este reconhecimento terá estado na base de uma de algum modo frustrada iniciativa da FCT, já abordada no relatório anterior, de lançamento de concursos para acreditação de centros de investigação aplicada.

Como se salientou nessa altura, e se repete agora, as decisões continuam a basear-se nos *curricula* científicos dos participantes e não têm em conta as suas aptidões, experiência e competências específicas de reformulação e resolução de problemas que exijam conhecimentos aprofundados e atualizados.

Acresce ainda a natural dificuldade de criar novas métricas e critérios para avaliação de produção desses centros, sendo de salientar os problemas de confidencialidade e de direitos de propriedade da maioria dos estudos e relatórios produzidos. Essa situação impede a replicabilidade dos estudos para confirmação dos resultados apresentados, para além, desde logo, desses resultados não serem geralmente apresentados por serem informação privada de quem os encomendou e pagou. Desta forma, não podem surgir como publicação dos docentes neles envolvidos.

Curiosamente, no ano letivo transato, e como se referiu no relatório relativo ao ano anterior, a UAL realizou vários estudos no âmbito dos modelos contratuais em portos, bem como os mecanismos de regulação do setor portuário, sendo uma das publicações mais relevantes a designada por “Revisão do Modelo Contratual e Mecanismos de Regulação do Setor Portuário”, de José Amado da Silva, Eduardo

Cardadeiro e Tiago Souza d'Alte (Agosto de 2013), encomendado pelo IMT (Instituto da Mobilidade e Transportes).

Cerca de um ano depois, o IMT decidiu fazer uma apresentação pública do documento (com uma versão já corrigida, de outubro de 2014) em 12 de novembro de 2014, tornando, pois possível a explicitação da autoria desse estudo.

O IMT foi, ainda, mais além e disponibiliza a versão integral do estudo no seu *site*.

Decisões desta natureza, se se tornarem correntes, facilitarão, em muito, a apreciação dos méritos dos centros que realizam esses estudos.

Mas os efeitos deste estudo, a título de exemplo, não ficaram por aqui. Para além de uma significativa divulgação na imprensa e dos efeitos concretos que teve sobre a política pública, dois dos autores, informados sobre a realização de um grande congresso internacional sobre transportes em Antuérpia, apresentaram o “Abstract” de um potencial artigo baseado em conceitos fulcrais do estudo desenvolvido, tendo sido selecionados por “referee” para apresentação de artigo na 1ª sessão desse congresso. Posteriormente, foram contactados por uma revista internacional de Elsevier convidando-os a colocar nela esse artigo, escolhido entre os 10 melhores das várias centenas dos apresentados para publicação.

Este facto procura apenas relevar e exemplificar a profunda relação que pode existir entre a investigação aplicada e a investigação publicável em revista de mérito, ainda por cima com o problema do financiamento solucionado.

Uma palavra última, agora, sobre os doutoramentos e a investigação. O Reitor concorda inteiramente em que os doutorandos são um elemento fundamental no processo de investigação e é muito através deles que novas ideias e novas publicações podem surgir. Mas para isso é necessário um ambiente que os integre, sendo aí vital o papel dos orientadores e dos co-orientadores que, com o seu empenho, acompanhamento e, também, estudo, criarão condições de sucesso de investigação.

A experiência já significativa do Reitor neste campo, resultante do seu total empenhamento no funcionamento dos Júris de Doutoramento e da presidência de

todos os Júris de provas públicas de doutoramento realizadas na UAL desde que é Reitor, mostra claramente o papel determinante da orientação dos doutoramentos, embora a sua avaliação, variável é certo consoante as áreas e os diversos candidatos, não seja, infelizmente, tão boa quanto desejaria.

Vale, então, a pena fazer também uma reflexão sobre o papel e as condições dadas aos orientadores, bem como a sua inserção nos processos de doutoramento e áreas de investigação, sob pena de se pôr em causa o sucesso do processo de investigação na UAL.

Ao terminar este ponto do relatório, o Reitor tem plena consciência que terá extravasado os limites normais de um relatório anual, ao nele incorporar factos algo avulsos e reflexões, algumas delas ainda seminais, sobre problemas ainda com contornos eventualmente indefinidos.

Mas fá-lo com a certeza de que, obtidas as condições exigidas à UAL para se manter como universidade, a conservação desse estatuto vai depender crucialmente da capacidade de investigação que a UAL e os seus docentes estejam associados, sendo importante avançar sem delongas, atentas as condicionantes existentes, no processo da sua organização e funcionamento eficiente.

1.3. O corpo docente

Como já se referiu nos relatórios precedentes, o corpo docente é “pedra angular” de todo o edifício universitário, “pois toda a atividade pedagógica, científica e de investigação radica no corpo docente e na sua “performance” nas várias áreas”.

Se é “pedra angular” deveria, então, ser a “primeira pedra” do edifício a ser evidenciada, mas também, como se mostra nesses relatórios, a opção por colocar o “corpo docente” no final do capítulo tem como objetivo confrontá-lo com o que se escreveu nos vários pontos e, em particular, com o problema da investigação em que o papel dos docentes é insubstituível.

A descrição pormenorizada dos docentes e a sua caracterização em várias vertentes (grau, área científica, departamento em que estão integrados, categoria e regime de contratação) consta do Anexo VI, enquanto as suas atividades mais ligadas à investigação e à sua promoção, aí se incluindo a participação em júris de mestrado e de doutoramento, a participação em congressos, seminários ou “workshops”, bem como na organização deste tipo de eventos e, ainda, as publicações durante o ano letivo constam do Anexo VII.

Em termos gerais, 51,3% dos docentes está no regime de tempo integral, uma subida não desprecianda face ao ano letivo precedente (em que essa percentagem foi de apenas 43,4%), 45,7% em tempo parcial (50,2% no ano letivo precedente) e 3,0% em colaboração (6,4% no ano letivo precedente).

Estes dados refletem o esforço da UAL no sentido da consolidação e qualificação do corpo docente, já que o número total quase não variou (197 em 2014/2015 e 203 no ano precedente), sendo essa diferença mesmo inferior à redução dos docentes “em colaboração”, que passou de 13 para 6, eliminando situações menos tipificadas no ordenamento de carreiras docentes do ensino superior, mas respeitando ainda situações históricas que não podem ser eliminadas instantaneamente. Em particular é de salientar que a “meta” de ter a maioria dos docentes em tempo integral (mais de 50%) foi superada pela estratégia de aumento dos docentes nessa situação e não pela redução do número total de docentes. Não é demais, entretanto, lembrar que “em termos de tempos letivos de contacto, estas percentagens se alteram claramente, pois como é normal, as cargas letivas dos docentes em tempo integral são claramente superiores às do regime de tempo parcial, o que tornaria os rácios calculados em função do serviço docente bem diferentes dos baseados no número de docentes. Também aqui há que procurar uma solução mais adequada, mas há, sobretudo, que interpretar os dados com objetividade, isto é, medir as condições dos tempos de contacto dos docentes com os alunos e não apenas o número de docentes que os alunos contactam” (do Relatório do Reitor 2013/2014).

Um outro dado importante que reflete o esforço gradual da UAL no sentido de melhorar a qualificação do corpo docente, quer por contratação no exterior, quer por

melhoria do seu próprio corpo docente, é o crescente número de doutorados, de tal modo que já constituem hoje 60,4% do total de docentes, estando ainda 64,7% desses doutorados em regime de tempo integral. De salientar, também, que os doutorados representam mais de $\frac{3}{4}$ (76,2%) dos que estão no regime de tempo integral.

As melhorias de qualificação e de modo de ligação à UAL vão sendo, assim, visíveis, colocando-a gradualmente na trajetória desejável para uma estrutura equilibrada.

Isso não significa que não seja necessário continuar a percorrer este caminho, não só globalmente, mas também procurando um maior equilíbrio entre as diversas áreas científicas e departamentos, que ainda não é evidente.

Assim, no que toca à presença de doutorados nos diversos departamentos, em termos percentuais, há uma diferença assinalável, com o Departamento de Ciências e Tecnologia a apresentar o maior valor (85,7%), seguido do Departamento de História, Artes e Património com 76,5% e de Relações Internacionais com 66,7%. Estes três departamentos têm algumas características comuns, mas outras claramente distintas, sendo de relevar que são aqueles que incorporam $\frac{2}{3}$ ou mais de doutorados no seu seio. A semelhança é a dimensão relativamente reduzida desses departamentos, mas com a diferença de percursos “históricos” dentro da UAL bem diferentes. Os dois últimos (História, Artes e Património e Relações Internacionais) são constituídos por doutorados com larga tradição universitária (e as percentagens assinaladas não poderiam ser muito diferentes face à necessidade da sustentabilidade dos 3^{os} ciclos), enquanto o de Ciências e Tecnologia incorpora todas as novas áreas de Informática, Telecomunicações e Electrónica, tendo a UAL contratado, de raiz, vários doutorados.

Em sentido contrário, é preocupante a situação do Departamento de Arquitetura com o menor número de doutorados em termos absolutos (apenas 10, a par de Relações Internacionais) e apenas 38,5% (pouco mais de $\frac{1}{3}$) do total de docentes do departamento.

Estes dados mostram bem a fragilidade de partida para concretização de um 3^o ciclo em Arquitetura, se ainda atendermos que na área nuclear de Arquitetura e

Construção apenas existirem 5 doutorados (e, destes, só 3 no regime de tempo integral). Todos os outros departamentos têm mais de 50% de doutorados, variando entre 56,8% do Departamento de Direito e 61,1% do Departamento de Ciências da Comunicação, evidenciando-se assim, uma relativa homogeneidade entre os restantes departamentos.

Estes resultados relativos aos doutorados em termos globais estão longe de ter uma correspondência razoável quando se tem em atenção o regime em que se encontram, refletindo, assim, a heterogeneidade que já havia sido assinalada.

Assim, a maior percentagem de doutorados em tempo integral (tendo por referência os doutorados enquadrados no departamento) é a do Departamento de Relações Internacionais (90%), seguido do de Psicologia e de Ciências e Tecnologia (85,7%).

Também aqui Arquitetura ocupa o último lugar (apenas 50%) com três outros departamentos a apresentarem percentagens algo baixas, mesmo tendo por referência a média global da UAL. São eles, por ordem crescente de percentagens, Ciências Económicas e Empresariais (53,6%), História, Artes e Património (53,8%) e Ciências da Comunicação (54,5%).

Os outros departamentos, Direito (71,4%) e Ciências e Tecnologias (66,7%) apresentam valores razoáveis, iguais ou acima de 2/3 dos seus doutorados em regime de tempo integral.

A análise destes rácios não é despicienda quando se tem em conta a necessidade de cumprir as exigências formais para acreditação dos ciclos de estudos, designadamente os 2^{os} ciclos e, crucialmente, os 3^{os} ciclos.

Essas exigências devem, ainda, ser conjugadas com outras imposições específicas das áreas científicas de doutoramento, tais como se encontram definidas, e o seu peso na estrutura de cada um dos ciclos, em particular quando há grande inflexibilidade (e ela é frequente) na interpretação do alcance destas áreas, obliterando radicalmente as competências dos docentes doutorados adquiridas noutras áreas, inclusivamente quando há produção científica de valia nessas outras áreas.

Com esta preocupação procurou-se identificar, para o conjunto dos docentes, as áreas científicas que se integram.

A identificação dessas áreas científicas é importante porque o processo de acreditação invoca sistematicamente essas áreas para identificação de rácios específicos dentro de cada ciclo, em particular nos 3^{os} ciclos, sendo, por isso, necessário prevenir situações antecipadamente. Isto sem embargo de , mesmo assim, haver exigências que vão para além destas áreas, que são “substituídas” por exigências ao nível de sub-áreas, o que, em princípio, só fará sentido em especializações que invocam essas sub-áreas.

Tendo em atenção as informações do Anexo VI, o maior contingente de docentes da UAL é classificado na área de Ciências Sociais e do Comportamento (24,4% do total), com a maior quota a pertencer ao Departamento de Psicologia (31,3%), seguido do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (29,2%), de Relações Internacionais (18,8%) e de Ciências da Comunicação (12,5%), com presenças mais pontuais em Arquitetura, Direito e História, Artes e Património.

Dentro desta área, 60,4% dos docentes estão em tempo integral, 77,1% são doutorados e, destes, 70,3% estão em tempo integral, isto é, os doutorados têm uma posição relativa no tempo integral claramente superior à média do conjunto dos docentes desta área científica.

A área científica do Direito ocupa, claramente, a segunda posição (18,3% do conjunto de áreas científicas), na sua quase totalidade no Departamento de Direito (apenas 8,3% estão em cursos do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais).

Nesta área científica a percentagem de docentes em tempo parcial supera, ainda que ligeiramente, a de tempo integral (44,4% contra 41,7%), com a já assinalada presença de docentes em colaboração que ainda representam 13,9% dos docentes inseridos nesta área.

Metade (50% exatamente) dos docentes desta área são doutorados (todos ligados aos cursos do Departamento de Direito), estando, no entanto e em sentido positivo, mais

de $\frac{3}{4}$ (77,8%) dos doutorados em tempo integral, uma percentagem que é quase dupla da do conjunto dos docentes desta área.

Estes são dados que revelam algum desequilíbrio que não ajuda a responder favoravelmente às exigências de rácios de acreditação dos ciclos, que, nesta área, são fundamentais para a sustentabilidade da UAL.

O Reitor entende que estes dados não podem deixar de merecer profunda reflexão que conduza a uma estratégia que vise ultrapassar estes desequilíbrios.

A área científica de Humanidades surge com a terceira percentagem (11,7%), estando 52,2% em tempo integral. Sem surpresa a maioria dos docentes está ligada ao Departamento de História, Artes e Património (52,2%), não sendo, no entanto, irrelevante a sua presença em cursos de outros departamentos, em especial Relações Internacionais (21,7%) e, ainda, Ciências da Comunicação, Arquitetura, Direito e Psicologia.

A percentagem de doutorados é significativa atingindo quase os $\frac{3}{4}$ (73,9%), mas apenas 58,8% desses doutorados estão em tempo integral, com grande concentração nos cursos do Departamento de História, Artes e Património.

Em seguida, e com uma “fatia” muito próxima, surge a área de Arquitetura e Construção (11,2%), com apenas 40,2% em tempo integral, valor que não pode deixar de ser considerado preocupante quando se pretende construir uma área de referência, com características próprias, na universidade.

Mas mais grave que isso é a percentagem de doutorados da área (apenas 27,3%), com apenas 50% deles em tempo integral.

Todos os docentes ligados a esta área estão direta e exclusivamente ligados ao curso do Departamento de Arquitetura, embora este, como já é patente na descrição que se vem fazendo, tenha colaboração de noutras áreas científicas como sejam, a História, as Artes, as Ciências Sociais e de Comportamento, Ciências Físicas, Humanidades e Proteção do Ambiente.

Esta participação revela as características do curso de Arquitetura que impõe um elevado grau de interdisciplinaridade, mas, ao mesmo tempo, descrevem uma situação de algum isolamento da área em termos de fluxos bidirecionais de partilha com outras áreas científicas.

Tendo sido já salientada a reconhecida visibilidade do curso e o seu mérito, a situação dos docentes, quer em termos dos graus, quer em termos da sua inserção formal na UAL, deixa sérias preocupações, atrás já assinaladas no ponto sobre investigação, sobre a possibilidade de cimentar esta área, designadamente através de acreditação de um 3º ciclo de qualidade, o que exige reflexão estratégica urgente.

A área científica de Ciências Empresariais, que representa 10,2% das áreas científicas dos docentes, é também uma situação que causa grande preocupação, até pela dimensão e o peso que os cursos de Gestão têm na UAL. Por isso mesmo, é fácil concluir que esta área científica *de per se* está muito sub-representada face ao peso dos cursos dessa área no âmbito da UAL. O retrato agrava-se ainda quando se verifica que apenas 35% dos docentes desta área (pouco mais de 1/3) estão em tempo integral.

À guisa de compensação 65% (cerca de 2/3) dos docentes da área são doutorados, embora menos de metade (46,2% em tempo integral).

Todos estes docentes estão afetados aos cursos do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, com exceção de um deles, que leciona cursos ligados ao Departamento de Ciências e Tecnologia.

Estes dados relativos a este departamento são, naturalmente, preocupantes dado o peso que a área tem na UAL e a necessidade de acreditar sustentadamente os três ciclos de estudo, o que não tem sido tarefa fácil. Em particular, o 3º ciclo nunca se concretizou em termos de acreditação e tem sido um problema de contornos muito difusos que serão também abordados adiante.

O problema de identificação, candente para os processos de acreditação, de “doutoramentos na área”, encontra, neste caso, sérios desfasamentos em relação à realidade e à prática comum quer de investigação, quer profissional dos docentes.

Assim, conforme é visível no Anexo VI, os cursos deste departamento estão entre os que mas ligações têm a outras áreas, como sejam, em primeiro lugar, as Ciências Sociais e do Comportamento, que apresentam 14 docentes ligados a esses cursos (isto é, 70% (!) dos que têm a área específica como área de formação, com presença também, do Direito, Engenharia e Técnicas Afins, Matemática e Estatística, Saúde e Serviços Pessoais.

Contudo, as razões para esta situação que parece estanha ficam razoavelmente identificadas se se tiver em atenção, por um lado, que as Ciências Empresariais implicam o envolvimento de todos os fenómenos ligados à sociedade e que, por isso mesmo, a gestão em termos gerais pode cobrir as várias áreas da sociedade, designadamente a saúde e os desportos (estranhamente incluído na área de Serviços Pessoais !). Mas mais relevante que isso é a radical separação por áreas entre Economia e Gestão. Esta é incluída em Ciências Empresariais; aquela em Ciências Sociais e do Comportamento. Como a maioria dos doutorados em Economia trata, de facto, de assuntos ligados à Gestão, com teses que são, mais adequadamente, de Gestão que de Economia, o resultado é este.

Mais uma razão para se repensar o enquadramento na UAL dos diversos departamentos e, bem assim, pôr em causa as atuais definições e aplicações cegas destas áreas nos critérios e processos de acreditação dos diversos cursos universitários.

Contudo, nada desta discussão deve obnubilar o facto de ser crucial robustecer o corpo docente desta área científica.

A área científica de Ciências e Tecnologia incorpora apenas 5,1% dos docentes, com a vantagem de 80% estarem em tempo integral e também 80% serem doutorados, $\frac{3}{4}$ dos quais em tempo integral.

A pequena dimensão desta área em termos do número de docentes esconde, de algum modo, a natureza da transversalidade com outras áreas, muitas delas de grande proximidade, como sejam a Informática, que ora constitui uma área científica afim e na qual existem apenas 3 docentes, todos doutorados, todos em tempo

integral e todos afetos aos cursos que integram o Departamento de Ciências e Tecnologias, bem como docentes pertencentes a áreas de menor expressão e que se repartem pela generalidade das áreas científicas de maior expressão na UAL.

As áreas científicas nestas condições são as de Matemática e Estatística (4 docentes na UAL, 3 dos quais doutorados em tempo integral), Ciências Físicas (2 docentes na UAL, ambos em tempo integral, um dos quais doutorado), Artes (2 docentes, ambos em tempo parcial, um dos quais doutorado), Proteção do Ambiente (1 docente, doutorado, em tempo integral), Serviços de Segurança (1 docente em tempo integral) e Serviços de Transporte (1 docente em tempo parcial).

De referir ainda que a área científica de Informação e Jornalismo, com cursos de expressão crescente no seio da UAL, tem uma percentagem relativamente reduzida de docentes (4,6% do conjunto de docentes da UAL), com o dado positivo, entretanto, de 88,9% estarem em tempo integral e 66,7% serem doutorados, 83,3% dos quais em tempo integral.

Também aqui a natureza da grande transversalidade dos cursos que incorporam esta área científica, que, por isso mesmo, têm contribuição significativa de docentes de outras áreas, designadamente Ciências Sociais e de Comportamento e Humanidades. De qualquer modo, vale a pena salientar que aqui, como nalguns outros departamentos, mas não em todos, a concentração de doutores em tempo integral na área científica nuclear dos cursos é um bom ponto de partida para a qualidade e sustentabilidade deste tipo de cursos, sem embargo da necessidade de continuar a garantir esse núcleo, ou aumentá-lo mesmo se possível.

Uma reflexão final sobre esta descrição das áreas científicas leva-nos à conclusão de que a sua definição leva a áreas de dimensão e alcance muito diferenciadas, que suscitam uma atenção muito particular quanto às exigências formais de acreditação no que toca aos rácios de doutores das áreas, sobretudo quando se aplica uma visão muito estrita da definição destas.

Do mesmo modo, a definição dos departamentos e do seu alcance deve ser tida em conta perante a identificação destas áreas e a sua expressão na UAL. Mas talvez

mais relevante e urgente que esta revisitação da estrutura dos departamentos, seja a necessidade de que estes troquem entre si os seus recursos específicos para responderem às necessidades de docência dos cursos que sempre ultrapassam a área científica nuclear subjacente à denominação de cada departamento em que cada curso se ancora.

Como se escreveu e salientou no relatório relativo ao ano letivo de 2013/2014, a descrição do corpo docente que se acaba de fazer não chega para uma avaliação do seu papel dentro da UAL.

Em particular, importa verificar a “performance” dos docentes nos três aspetos fundamentais da sua missão: o pedagógico, o científico e a sua inserção em atividades mais ligadas à sociedade, sem embargo de o Reitor considerar não haver uma separação rígida, antes pelo contrário, entre estas três vertentes.

Também se salientou no relatório anterior que, tendo em atenção a natureza e as condições específicas da UAL como universidade privada que é, é curial encontrar docentes que, embora com pesos diferenciados, tenham capacidades e experiências nestes três campos. Se esse relatório evidenciou preocupações por situações de clara inaptidão pedagógica face a maior capacidade de investigação, neste ano, embora nem tudo seja sempre como desejável, não se detetaram casos de preocupante desempenho pedagógico. Neste campo, em termos gerais, os alunos da UAL manifestam apreço pelas capacidades e atitudes pedagógicas dos docentes, sem que com isto se queira ignorar algumas situações pontuais que caem no foro da atuação corretiva dos respetivos departamentos.

O ponto mais frágil do corpo docente, devidamente assinalado nos relatórios precedentes, é o seu desempenho científico, razão pela qual se apresenta o Anexo VII com as atividades ligadas a esse desempenho, designadamente os júris relativos aos 2º e 3ºs ciclos, a participação e organização de seminários, conferências e *workshops* bem como, e não menos relevantemente, as suas publicações.

A leitura dos elementos constantes desse Anexo VII impõe umas reflexões prévias à sua interpretação, sob pena de se tirarem conclusões que os dados fornecidos, em bom rigor, não permitem.

Em primeiro lugar, é de salientar, em sentido negativo, já apontado no ano precedente, a baixíssima taxa de respostas dos docentes ao questionário que lhes foi apresentado e pedido com insistência. Apenas 35% dos docentes (portanto, pouco mais de um terço, fornecem indicações, pelo menos um dos campos do questionário).

Esta baixíssima taxa de respostas pode dever-se a uma de duas situações (ou, mais provavelmente, a ambas, sem que seja possível identificar com um mínimo de rigor em que proporção): ou uma total inatividade nas matérias que constam do questionário ou uma falta, em princípio inaceitável, de resposta ao questionário. O cautelar “em princípio” da frase anterior justifica-se apenas por se admitir que os docentes em tempo parcial, isto é, que, na sua maioria, tenham a sua atividade centrada noutras instituições, não tenham preenchido o questionário, por entenderem que se lhes não aplicava. Contudo, entende-se que assim não deve ser, porque o seu acervo científico é um contributo relevante para a UAL e para o clima que nela se gera. É evidente que esse clima deve ser fundamentalmente criado pelos docentes em tempo integral, mas o papel dos docentes em tempo parcial não pode ser nulo ou insignificante. Contudo, se nos centrarmos apenas nos docentes em tempo integral (que, manifestamente, não poderiam ter dúvidas sobre a necessidade do preenchimento do questionário) a situação também não é aceitável.

De facto, do total dos docentes em tempo integral, só cerca de 50% responderam ao questionário, embora constituíssem, naturalmente, grande parte (cerca de 74%) dos que responderam. Isto também evidencia que vários docentes em tempo parcial entenderam o alcance do questionário, respondendo.

De salientar que estas percentagens se distribuem heterogeneamente pelos vários departamentos a que os docentes estão ligados. O que apresenta maior percentagem de respostas face ao número total de docentes do departamento é o de

Psicologia (58,3%), seguido de Arquitetura (46,1%), de História (41,1%) e de Ciências da Comunicação (38,8%). Todos os outros estão abaixo dos 30%, com evidência negativa para Ciências e Tecnologia (14,2%), seguido de Direito (21,6%) e de Ciências Económicas e Empresariais (28,2%).

É claro que estas heterogeneidades são, em boa parte, fruto das diferenças existentes no tipo de ciclos em cada departamento, da sua idade relativa (o de Ciências e Tecnologia é muito recente) e, ainda, da estrutura relativa de tempos integrais/tempos parciais, no regime dos seus docentes.

Esta última relação pressupõe que departamentos com maior proporção de docentes em tempo integral terão maior expressão relativa no preenchimento dos questionários.

Em qualquer dos casos, estes motivos são insuficientes para explicar a falta de resposta aos questionários, sendo que, quando nenhuma atividade tiver ocorrido nesse ano letivo, essa informação deve ser dada do mesmo modo, como alguns (poucos) fizeram.

Daqui resulta que a informação do Anexo VII, como também se referiu em relatórios anteriores, não refletirá totalmente a atividade científica dos docentes da UAL, havendo que corrigir esta deficiência de informação para melhor se poder ajuizar da “performance” nesta área.

Mas as reservas a esta avaliação não se ficam só pelo número de respostas ao questionário, mas também pela qualidade de informação que dele consta.

Uma leitura atenta dessa informação evidencia entendimentos diferentes dos docentes e, portanto, respostas não comparáveis a várias das rúbricas aí apresentadas.

Assim, o entendimento da penúltima coluna do questionário (“Seminários, Conferências, Workshops, organizados pelo docente”) teve, nalguns docentes, um alcance muito largo, incorporando participações em conferências, apresentação de comunicações, moderação de sessões, não sendo claro que a organização foi desse docente isoladamente ou em parceria.

Acresce que nalgumas dessas organizações estão integradas em seminários doutorais ou de mestrado dos respetivos ciclos da UAL e, como tal, são matéria considerada ligada aos cursos, embora alguns deles possam ter sido abertos ao exterior.

Também se verificou aí a referência de pertença de docentes a comissões técnicas internacionais ou a outras organizações nacionais, que são de salientar, embora não se integrem rigorosamente nos termos de organização própria ou em parceria.

Finalmente, mas não com menos relevância, a heterogeneidade das publicações apontadas é de tal monta que retira algum significado ao valor global que é atingido, designadamente no que toca ao reconhecimento científico das publicações que são apresentadas.

Feitas estas referências que, como se salientou, arrastarão alguma incerteza às conclusões que se podem extrair das informações do Anexo VII, passemos à sua análise.

Começamos com a participação em Júris de Mestrado e de Doutoramento que são expressão essencial, sobretudo os de doutoramento, do nível e do empenhamento dos docentes da UAL em atividades científicas.

No que toca à participação de docentes em Júris de Mestrado, registam-se 342 participações, sendo cerca de 2/3 (65,2%) na UAL e cerca de 1/3 (34,8%) fora da UAL. Desse conjunto de participações, 41,8% foram intervenções como Orientadores de dissertações de mestrados.

Tendo em atenção a distribuição dos 2^{os} ciclos pelas várias áreas da UAL, não é surpresa registar grande heterogeneidade entre os diversos departamentos. Assim, a maior percentagem é de Arquitetura (38,9%), seguida de Ciências Económicas e Empresariais (22,8%) e de Psicologia (17%). Apresentam valores muito diminutos Ciências da Comunicação (4,1%), Relações Internacionais (3,5%), História, Artes e Património (2,3%) e Ciências e Tecnologia (0,6%). Mas o resultado mais preocupante, em termos relativos, é o de Direito (apenas 10,8%), atendendo à expressão numérica dos seus 2^{os} ciclos. É um resultado que confirma que um número não irrelevante de

docentes não respondeu ao questionário, não mencionando, portanto, as suas participações em Júris de Mestrado.

A participação de Arquitetura não é surpresa dada a natureza do mestrado integrado que incita, naturalmente, a todo e qualquer aluno que inicie o curso de Arquitetura em terminá-lo e isso significa obter o mestrado. Acresce que alguns dos docentes em regime parcial também evidenciaram as suas participações fora da UAL.

Um dos problemas a ter em particular atenção é a orientação dos mestrados, pois o Anexo VII revela, com clareza, que, por detrás dos números e percentagens absolutas que se apresentam, há uma significativa concentração de orientações (e também de presenças em júris) em poucos docentes, o que pode pôr em causa a qualidade dessas orientações, sem embargo de se manifestar aqui, sem equívocos, um grande apreço pela disponibilidade, generosidade e preocupação pela garantia de qualidade desses docentes.

De notar, ainda, que as grandes percentagens relativas de presenças em mestrados fora da UAL são de docentes integrados em departamentos em que não funcionam ainda 2ºs ciclos, ou que têm poucos alunos nos seus mestrados. É sempre de relevar essas presenças que são sinal de reconhecimento do mérito dos docentes da UAL e um bom princípio de partilha e de cooperação interinstitucional que urge intensificar.

A situação dos doutoramentos na UAL é bem diferente da dos mestrados, não só quantitativamente (o que é absolutamente normal) mas também qualitativa e institucionalmente.

Antes de mais deve lembrar-se que, no ano letivo 2014/2015, estavam em funcionamento na UAL 4 cursos de doutoramento (Direito, Economia, História e Psicologia), dois dos quais, em descontinuação por não terem conseguido acreditação (Economia e Psicologia).

Acresce que essa descontinuação implica a possibilidade de os doutorandos inscritos nesses cursos terminarem os seus doutoramentos dentro de limites temporais estabelecidos e relativamente estreitos, sendo o ano letivo de 2014/2015, para

muitos deles, o último ano do prazo para entrega das suas teses, o que, como é óbvio, pode condicionar a qualidade das teses apresentadas.

Por todas essas razões, não surpreende que 85,8% das respostas dos docentes (Anexo VII) relativas à presença em júris em doutoramentos, caia nesses 4 cursos acima assinalados, em particular em Psicologia, dada a pressão temporal acima referida.

Já poderá surpreender o facto de cerca de 43% dessas presenças serem exteriores à UAL, o que se deve (e é bom assinalá-lo já que evidencia a cooperação interinstitucional e o reconhecimento dos docentes envolvidos) em parte, mas não em maior percentagem, à participação dos docentes de áreas em que não existem ainda doutoramentos na UAL.

De facto, a maior participação vem de História, Artes e Património, de Ciências Económicas e Empresariais (em igualdade com Relações Internacionais, a que tem maiores participações entre as áreas em que não há doutoramentos na UAL) e de Direito.

Os dados relativos a História, Artes e Património evidenciam, a um tempo, a ausência de doutoramentos nesta área no ano letivo de 2015/2016, mas também uma participação não despreciable dos docentes da área em doutoramentos exteriores à UAL.

Em sentido contrário, tendo em particular atenção o volume relativamente elevado de presenças de docentes em júris de Psicologia, a participação em júris em instituições fora da UAL é muito diminuta, o que se se pode justificar pelo acréscimo de volume de doutoramentos internos, pelas razões já assinaladas, não deixa de evidenciar um certo “fechamento” da área que se espera seja ultrapassado. Esta preocupação é também justificada pelo facto de haver alguma concentração em orientações (e até presença em júris) de docentes da UAL, que evidencia uma assimetria de participação interna que não se entende completamente.

Deve assinalar-se, ainda, como um passo incipiente, é certo, no sentido de alguma expressão internacional com a presença de docentes da UAL em júris de doutoramento em universidades estrangeiras.

Finalmente, salientar dois pontos relativos ao desenvolvimento dos doutoramentos na UAL que não podem ser esquecidos. Em primeiro lugar, evidenciar que o processo de doutoramento ora em vigor tem todas as condições de garantir um maior acompanhamento da produção das teses e, conseqüentemente, um maior controlo sobre o seu resultado final, sem a volatilidade que no processo precedente apresentava.

Daí a presença de informações no Anexo VII sobre a situação de “Presidente do Júri de apreciação do projeto de tese”. Estes júris de apreciação intercalar da evolução das teses dos doutorandos são, efetivamente, uma participação não despicienda no processo científico que é a produção de uma tese de doutoramento. Contudo, nos dados atrás apresentados, estas participações não foram contabilizadas nas percentagens de participação em júris de doutoramentos, pois apenas se consideraram os processos terminados no ano letivo 2014/1015.

Há, no entanto, que ter em atenção que a não consideração destas participações poderá omitir uma boa parte do esforço de investigação realizado no âmbito da UAL, pelo que se terá de ter isso em conta em relatórios futuros.

A referência à volatilidade dos resultados de doutoramento desenvolvidos segundo o modelo anterior (embora alguns deles já tenham incorporado a nova “filosofia” de acompanhamento das teses) é bem evidente no Anexo VIII.

O Reitor, que presidiu a todos os doutoramentos realizados na UAL desde a sua tomada de posse, tem sempre a preocupação de realizar uma primeira reunião de júri para se poder avaliar previamente a situação da tese.

Essa avaliação funciona, de algum modo, como um (pálido, é certo) substituto dos tais júris de acompanhamento do atual processo, até nas conseqüências potenciais.

De facto, o júri pode recomendar, com orientações concretas, uma reformulação da tese para a qual o doutorando tem cerca de seis meses para concretizar, se assim o entender.

Infelizmente, nem sempre esta possibilidade tem sido devidamente aproveitada, havendo, por vezes, um mau entendimento das críticas que se fazem, criando tensões nos júris que, depois, se repercutem nas provas finais, em quem vezes demasiadas, aparecem dissonâncias de classificação entre os elementos do júri que podem minar a confiança no mérito dos diplomas doutorais obtidos. Esta situação foi particularmente aguda no Doutoramento em Economia, onde no conteúdo de muitas das teses era de áreas marcadamente de Gestão, em resultado de prévias e discutíveis orientações estratégicas, gerando conflitos de interpretação.

A descontinuação de alguns doutoramentos pelo seu não reconhecimento e a acreditação de um novo doutoramento na área de Relações Internacionais, possibilitará, espera-se, um maior e melhor acompanhamento de todas as fases, sem esquecer o aprofundamento do papel central da orientação e da relação entre o Orientador e o candidato ao doutoramento.

A atividade de investigação realizada globalmente pelos docentes que responderam ao questionário lançado consta também do Anexo VII.

Deixando, agora, de lado as fragilidades e alguns equívocos interpretativos do questionário para os quais já se alertou atrás, é bem visível que, em termos quantitativos, a atividade já é significativa, evidenciando que o papel dos docentes da UAL vai muito para além da lecionação de aulas e seminários, começando a ganhar corpo uma participação científica individual e coletiva, mais intensa.

É certo que essa atividade se reflete mais na presença em congressos, seminários e *workshops* do que na produção de publicações, mas essa presença é um primeiro passo que tem de se estimular, sobretudo quando a participação é ativa, designadamente através da apresentação de comunicações (em particular quando a apresentação da comunicação é sujeita a prévia aprovação por pares), moderação de mesas e discussão de outras comunicações. Neste ano letivo há passos

interessantes a salientar, já que mais de uma centena de comunicações foi apresentada pelos docentes da UAL que responderam ao questionário, refletindo-se esse facto na publicação de algumas dessas comunicações em atas dos congressos ou seminários, alguns deles (a maioria) com expressão internacional, posto que, em número absoluto, ainda com uma expressão baixa.

Ainda neste campo de congressos/seminários/*workshops* se verifica (com as ressalvas já feitas anteriormente) uma atividade com alguma visibilidade, sendo referenciada cerca de meia centena de organizações encabeçadas por docentes da UAL (é uma correção à apresentação dos docentes no Anexo VII, em que nessa rubrica, incluem a maior parte das vezes, comunicações).

Neste campo é de salientar a presença claramente maioritária dos docentes de Arquitetura nestas conferências, seminários e *workshops* (quer nacional, quer internacionalmente), seguida da Psicologia. Em sentido contrário, e tendo em atenção o peso dessas áreas na UAL, são relativamente baixas as presenças de docentes de Direito e de Ciências Económicas e Empresariais.

No que toca às publicações, os critérios diferenciados usados pelos docentes na sua apresentação leva a um sincretismo de informação, por vezes de difícil interpretação e discernimento.

É, no entanto, razoavelmente seguro afirmar que cerca de 2/3 do que é apresentado como publicações diz respeito a publicações em revistas ou outros meios de difusão não indexados e a capítulos de livros, em ambos os casos com fraca expressão internacional.

A presença de docentes da UAL em publicações de artigos em revistas indexadas é ainda algo incipiente, embora crescente (em termos aproximados serão menos de 20%, que, atendendo a que muitas têm vários autores da UAL em conjunto, fará cair significativamente esta proporção), embora já vão aparecendo revistas internacionais de relevo.

A indexação de revistas *online*, com sede na UAL, é um primeiro passo importante para estimular a produção dos docentes da UAL e a presença de investigadores

estrangeiros nessas revistas, sem o que a sua expressão no campo científico internacional perde peso significativo.

A janus.net, de maior expressão e com uma indexação SCOPUS, tem de se afirmar neste campo, até como imagem viva e ativa do Centro de Estudos classificado pela FCN com Bom, e ambos como garantia de visibilidade e qualidade do novo doutoramento da UAL em Relações Internacionais – Geopolítica e Geoeconomia.

As outras duas revistas, com indexação de grau diferente, PSIQUE (Psicologia) e estudo previo.net são também uma esperança de maior afirmação da investigação nessas áreas.

Sendo a investigação fulcral nos 3^{os} ciclos, tem de se evidenciar a preocupação pelo défice que ela apresenta em Direito, que tem de ser, urgentemente, ultrapassada, quer reformulando o Centro Ratio Legis, quer estimulando colaborações em centros de investigação acreditados, de modo a aumentar criticamente a produção científica da UAL nesse campo.

Também o 3^o ciclo de História precisará de evidenciar uma produção científica significativa, para o que basta, como se espera, revitalizar o seu centro de estudos e as suas ligações a outras instituições de investigação, para retomar o ritmo apreciável de publicações de mérito que já teve.

Nas outras áreas que ainda não têm centros de investigação acreditados ou não têm 3^{os} ciclos (ou até 2^{os} ciclos) ainda em funcionamento, há que estimular a inserção científica dos seus docentes nesses centros para lhes conferir “massa crítica” ou, alternativamente, procurar a sua ligação a unidades de investigação exteriores à UAL. Aliás, o futuro da investigação universitária na UAL (e não só) tem de passar pela inserção em redes de investigação e, portanto, em acordos interinstitucionais que urge intensificar.

2. Representação da UAL

Estatutariamente compete ao Reitor a representação da UAL junto dos outros organismos e instituições. Essa representação não deve ser meramente protocolar, mas antes ativa, corporizando a aproximação da universidade às suas congéneres, nacionais e estrangeiras, bem como à sociedade em que se insere.

Os convites e solicitações que apelam a essa representação são inúmeros e de toda a ordem, impondo opções equilibradas que tenham em conta os objetivos estratégicos (por vezes, mesmo os circunstanciais) da UAL.

As participações que se apresentam no Anexo IX procuram corresponder a essas prioridades, sem que, contudo, o desejado equilíbrio seja sempre alcançado.

A primeira e inalienável preocupação é a presença em atos promovidos por outras universidades e instituições de ensino superior ou entidades a elas ligadas, que corresponde, afinal à preocupação estratégica de cooperação institucional que este relatório tem continuamente relevado.

Disso são expressão clara as presenças na investidura do novo Reitor da Universidade Lusíada, bem como em Doutoramentos “Honoris Causa” em outras universidades. Ainda neste plano, a presença em ações de ordens profissionais, designadamente em áreas relevantes da UAL, também foi sistematicamente assegurada. Tem especial relevo a presença na tomada de posse dos órgãos sociais da APESP (Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado), em que passou a integrar a Direção da Associação, como representante do colégio universitário das instituições associadas.

Ainda no plano das ligações universitárias, relevar a presença, como participante e orador convidado, no IV Congresso do SNESup (Sindicato Nacional do Ensino Superior), sinal do reconhecimento do papel e da dignidade do docente universitário, bem como no seminário promovido pelo Conselho Nacional da Educação sobre o tema “Acesso ao Ensino Superior – Desafios para o século XXI”.

No plano interno, o Reitor teve a preocupação de estar presente em várias iniciativas dos departamentos e dos docentes e das associações dos alunos, com particular expressão no lançamento de livros da autoria de docentes da UAL, quer na própria UAL, quer noutras instituições. Estas, então, são particularmente significativas porque evidenciam cooperações institucionais que há que cultivar em permanência.

Há uma presença específica, de natureza mais conjuntural, em eventos ligados ao setor portuário, consequência da participação ativa da UAL em estudos e atividades de formação promovidas em colaboração com instituições públicas e privadas desse setor. Os efeitos dessas atividades podem tornar a UAL, e já há indicações claras nesse sentido, como um centro importante de estudo dos problemas portuários, nacionais e estrangeiros.

Esta é, afinal, uma das evidentes relações e presenças da UAL na sociedade civil, mas que não se esgota aqui, como o Anexo IX bem evidencia.

Saliência em especial para dois tipos de presença de natureza diferente. A primeira, a presença em embaixadas nos dias nacionais dos respetivos países, designadamente Angola e Brasil pelo evidente peso que os alunos com origem nesses dois países têm na UAL.

A segunda, pela presença assídua nas Conferências do Estoril, de organizações de fóruns industriais e sobretudo, da Fundação Calouste Gulbenkian. Neste último caso, o Reitor não pode deixar de destacar a sua presença na conferência de Fernando Henrique Cardoso, “Desafios Atuais do Brasil”, lembrando que Fernando Henrique Cardoso é, até agora, o único Doutor *Honoris Causa* da Universidade Autónoma de Lisboa.

Finalmente, ainda no campo da representação institucional, compete ao Reitor a assinatura de protocolos de cooperação com outras instituições. Os protocolos assinados durante o ano letivo 2014/2015 constam do Anexo X e têm alcances muito variados.

Uma boa parte respeita a colaboração dessas instituições em estágios dos alunos da UAL (com grande presença da área de Psicologia). Outras, também em número

significativo, dizem respeito a protocolos com outras instituições universitárias, nacionais e estrangeiras, visando a cooperação em atividades de índole académica, científica e cultural em áreas de interesse comum, neles se potencializando também a troca de docentes, investigadores e alunos.

Alguns desses protocolos foram estabelecidos para melhor sustentação de ciclos de estudos e de áreas de investigação cuja natureza reclama maior nível de internacionalização.

Finalmente, um outro tipo de protocolos visa a sociedade civil, em particular organismos ligados à atividade económica, ligação essa considerada fundamental para maior inserção da Autónoma Academy nesse meio.

Tendo em atenção o volume de protocolos já celebrados, não pode o Reitor deixar de chamar a atenção para a necessidade de garantir o eficiente funcionamento desses protocolos, sem o que toda esta atividade é completamente vazia. O protocolo não pode ser um mero repositório de intenções que, depois, não levam a qualquer ação concreta, muitas vezes porque nada se fez nesse sentido.

Por isso, entende o Reitor ser necessário fazer uma inventariação de todo o acervo de protocolos, analisá-los com rigor e com pragmatismo, eliminando os que não façam sentido, para melhor se poder operacionalizar aqueles que correspondem a necessárias ações estratégicas.

3. A internacionalização da UAL

As exigências de internacionalização das instituições e, em geral, das universidades é algo que já nem se discute, de tal modo que é uma orientação que tem de ser rigorosamente seguida, inclusivamente como condição necessária para a acreditação generalizada dos seus ciclos de estudos.

Naturalmente este processo de internacionalização tem de ser algo de gradual e que integra vários vetores de desenvolvimento, uns mais institucionais e outros mais pessoais, mas ambos importantes.

Assim, a internacionalização concretiza-se por ações institucionais, de docentes, de discentes e até, e a experiência da UAL evidencia, de funcionários ligados a áreas de funcionamento cruciais para uma universidade.

Do lado das ações institucionais há, ainda, que distinguir e impulsionar as que se fazem ao nível global das reitorias e entidades institucionais das universidades das que se fazem (e são muito importantes, pela maior proximidade que implicam) ao nível de unidades orgânicas, em particular departamentos e unidades de investigação.

Há, no entanto, que assegurar, sem perder de vista o interesse e o mérito das iniciativas espontâneas e até surgidas por circunstâncias ocasionais, que haja uma visão estratégica de conjunto do problema para toda a universidade, sobretudo quando está em causa uma afetação de recursos escassos ou, ainda, a busca específica de financiamentos, designadamente os que estão disponibilizados por programas de apoio nacionais ou internacionais.

Neste contexto, parte da informação relativa à internacionalização da UAL já está veiculada nos pontos anteriores deste relatório, designadamente no que diz respeito à presença de alunos estrangeiros à participação de docentes em congressos, bem como a sua presença em júris e publicações.

Institucionalmente existe o Gabinete de Relações Internacionais (GRI) que coordena formalmente as ligações internacionais e cujo relatório relativo ao ano letivo 2014-2015 se apresenta no Anexo XI.

Daí há a salientar as medidas visando o que é denominado por “Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional”, do qual há a destacar o programa Erasmus+ que tem uma descrição mais pormenorizada noutro ponto desse relatório.

De ressaltar o sucesso da candidatura da UAL, feita através do GRI, ao financiamento para bolsas Erasmus+ 2014/2015, tendo-se realizado 15 mobilidades Erasmus+ (mais uma do que nas atribuídas pela agência nacional) e uma mobilidade no Brasil, com uma louvável gestão/execução de projeto de 100%. O número de alunos *in coming* foi de 39 e o de professores e funcionários visitantes foi de 17. De louvar ainda a criação do sistema interno destinado aos atuais alunos da UAL ajudarem a integrar os alunos Erasmus+ na comunidade UAL, sendo de relevar a adesão dos nossos estudantes.

De referir ainda que os alunos da UAL em mobilidade se deslocaram, prioritariamente, para Espanha (Ciências da Comunicação) e Noruega (Arquitetura) e os professores (14) para Espanha e Itália.

Quanto aos alunos que visitaram a UAL através do programa de mobilidade Erasmus+, a maioria é de Arquitetura, com origem em Espanha, Itália, Alemanha, Noruega, Suíça e Brasil, estando ainda presentes alunos provindos da Itália (Psicologia e Relações Internacionais), Brasil (Direito), República Checa (Gestão), Eslováquia (Gestão) e Espanha (Economia).

Ao nível da mobilidade dos alunos, Arquitetura revela-se já uma assinalável “performance”, bem distante de todos outros de movimentação ainda algo incipiente, mas assinalável em termos de progresso face a anos precedentes e face ao financiamento externo disponível, todo utilizado.

Em termos de internacionalização de estudantes é, no entanto, bom recordar que o papel da mobilidade é reduzido face ao grande número de estudantes estrangeiros

que frequentam com normalidade e integralmente os diversos ciclos de estudos da UAL, designadamente angolanos e brasileiros, como já foi relevado.

No que toca a docentes e pessoal administrativo estrangeiro visitante na UAL ao abrigo do programa Erasmus+, há que referir 8 docentes, vindos prioritariamente de Espanha, exceto um que proveio da Turquia, dividindo-se pelas áreas de Gestão, Ciências da Comunicação, Direito e Relações Internacionais.

De notar que o número de professores estrangeiros que visitaram a UAL no ano letivo de 2014/2015, vai bem para além disso pois não estamos a considerar todos os que se integram nos programas de mestrado e doutoramento e de cátedras de departamentos, bem como dos projetos e centros de investigação que não vieram ao abrigo deste programa.

Interessante também é o número de funcionários administrativos estrangeiros (9) que visitaram a UAL, com origem prioritária em Espanha, para além da Polónia, Eslováquia e a Itália. As áreas funcionais visitadas para formação foram sobretudo o próprio GRI e a Biblioteca e ainda o Gabinete de Mestrados e Doutoramentos e a Secretaria de Mestrados e Doutoramentos.

O Reitor reconhece e agradece todo o esforço do Gabinete de Relações Internacionais nestas missões específicas, mas também no importante apoio a todas as outras áreas, designadamente no que toca a necessidade de tradução.

De referir, finalmente, que as relações internacionais ao nível institucional têm também uma expressão que importa aproveitar plenamente através da inserção da UAL em organizações nacionais e internacionais de âmbito universitário. As solicitações são muitas e variadas, mas a opção estratégica vai para a prioridade das que nos ligam à Europa, em particular à EUA (European University Association), à AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa) pela óbvia ligação aos países lusófonos, cuja expressão na UAL não é por demais salientar e ainda à UNIVERSIA, patrocinada pelo Banco Santander, com particulares ligações à América Latina e Espanha.

O Reitor tem participado sempre nas reuniões do Conselho de Administração da UNIVERSIA, onde se tem manifestado pela necessidade de produção científica bilingue português/espanhol, com acolhimento geral e já algum efeito prático e a UAL tem aproveitado alguns dos programas propostos pela UNIVERSIA, sem embargo de poder ainda dar passos mais largos no sentido de um maior aproveitamento.

No âmbito da AULP, o Reitor participou, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, no encontro anual, tendo verificado um desejo de cooperação interinstitucional que, contudo, não tem sido adequadamente posto em prática.

Quanto à EUA, reconhece-se um dinamismo e um poder de agregação a que a UAL ainda não teve capacidade de responder em pleno. Contudo, a produção de documentos da EUA de âmbito universitário é de relevar e tem sido útil na formulação de estratégias da UAL, designadamente nos campos da qualidade e da formulação e acreditação de cursos e ciclos de estudos.

4. A inserção dos alunos da UAL na sociedade

Uma das exigências que com cada vez maior intensidade aparece na sociedade civil e até nos processos de acreditação dos ciclos de estudos das instituições de ensino superior é o chamado critério de “empregabilidade”.

Desta forma a universidade passa a assumir a função de “escola profissional” se não se tiver cuidado em enquadrar esta “empregabilidade” no contexto mais geral da missão da universidade.

Assim, ao atender a essa missão, faz sentido, isso sim, que se enquadre essa “empregabilidade” como uma das componentes, importante é certo, da inserção da universidade na sociedade, sem esquecer as outras componentes, como por exemplo, a contribuição a capacidade de criar e gerir empresas e outras instituições da sociedade civil, a criação de condições para a conceção de novos produtos e de novos serviços, de novos modos de organização e de novas tecnologias, o que impõe o desenvolvimento de investigação teórica aplicada.

Esta conjugação de componentes deve, ela própria, ter expressões diferenciadas, consoante os ciclos de estudos, os tipos de área científica e os objetivos específicos de cada ciclo, sendo que a “empregabilidade” deve ser mais relevante nos primeiros ciclos (e, mesmo aí tem de ser temperada com uma formação de base que permita o desenvolvimento curricular consistente para cumprir as outras vertentes da missão em ciclo de estudos mais avançados) e, muito também, em mestrados integrados. Aliás, esta componente “profissional” após implementação do “processo de Bolonha” está, cada vez mais, a impor o mestrado como condição de empregabilidade para várias profissões, o que implica uma boa ligação da universidade às diversas estruturas socioprofissionais.

Mas esta exigência de “empregabilidade” e mais geralmente, do aumento da capacidade de “inserção dos alunos na sociedade” não pode estar desligada dos

curricula dos diversos ciclos e, ainda mais relevantemente, das competências dos docentes.

Por isso, estas condições de empregabilidade evidenciam, cada vez mais, a ligação dos 1^{os} e 2^o ciclos de estudos e a consequente necessidade de se avaliarem as competência dos docentes com base em critérios que têm muito em comum, distinguindo os 3^{os} ciclos, sem deles se separarem, como é evidente. Isto não significa que os 3^{os} ciclos se isolem do problema de “inserção dos alunos na sociedade” (basta reler o que atrás fica escrito), mas que as exigências de formação serão de outro nível.

Tudo isto implica processos de acreditação que não se podem isolar destes objetivos, o que nem sempre acontece.

Feito este enquadramento, importa verificar qual a “performance” da UAL neste campo no ano letivo 2014/2015.

No relatório relativo ao ano letivo anterior (2013/2014) discutiu-se a necessidade de a UAL promover a inserção dos alunos na sociedade tendo em atenção os vários objetivos mas também o contacto futuro com eles, não só para promover a continuidade da formação dos alunos, com regresso à universidade, para frequência de cursos de pós-graduação mais dirigidos para as profissões em que os antigos alunos se integram, ou como criação de capacidades profissionais alternativas, cada vez mais relevantes num mundo em mudança, mas também para ter o registo do verdadeiro papel da UAL nesta matéria.

E, aí, como se recorda no último relatório, importa, e têm-se feito esforços com algum sucesso neste sentido, recuperar a ligação aos antigos alunos, o tal trabalho inadiável de “recuperação histórica”.

No Anexo XII apresentam-se as atividades do CEP que, de algum modo, absorve e estende à lógica de um Gabinete de Inserção Profissional, as ações mais diretamente envolvidas no objetivo de “empregabilidade”.

Assim, é de referir a celebração de protocolos com dez empresas, de 21 estágios curriculares, de 3 estágios remunerados ao abrigo do “Programa de Bolsas do

Santander Universidade” e de 4 estágios remunerados ao abrigo da “Medida Estágio-Emprego” do IEFP.

Estes dados objetivos devem ser complementados pelos esforços de divulgação junto dos alunos de estágios curriculares, profissionais e de empregos de 22 empresas e a perspetiva de continuação do curso de “Programador de Informática” financiado pelo IEFP (com 23 candidatos confirmados). [Este curso não veio a realizar-se por equívocos de calendário e outras razões que estão a ser devidamente aclaradas].

No entanto, o ponto mais interessante das informações do Anexo XII é a “Criação e Instalação da Oficina do Empreendedor” que visa, afinal, lançar nos alunos e nos docentes a preocupação pela criação de emprego e não somente da capacidade de se candidatar a empregos já existentes.

É uma aventura relevante que deverá ser acompanhada com grande empenho e entrosamento com toda a universidade, papel especial neste campo poderá ter a Autónoma Academy, ela própria um agente de potencial integração dos alunos na sociedade em vários planos, pela reciclagem e abertura de novos horizontes que pode proporcionar.

Por último, convém não ignorar o papel que nesta inserção dos alunos na sociedade podem e devem ter os estudos em que as várias unidades orgânicas da UAL realizam para instituições públicas e privadas, na qual os alunos, designadamente dos 2ºs e 3ºs ciclos, podem colaborar ativamente.

5. Avaliação/Acreditação

Nos relatórios anteriores, foram comentadas as decisões da A3ES relativas aos diversos ciclos de estudos e, nalguns pontos deste mesmo relatório, são feitas, também, circunstancialmente, algumas observações às decisões e, sobretudo, à adequação dos critérios que estão a ser aplicados.

Entende o Reitor que essa é uma questão magna, que deve ser alvo de um debate muito alargado, que incorpore a generalidade das instituições de ensino superior e que, por isso mesmo, não cabe nas fronteiras de um relatório anual que descreve e avalia toda a atividade universitária de um ano letivo.

No entanto, não é demais chamar a atenção para a constituição e o papel das Comissões de Avaliação Externa e, sobretudo, para a relação entre as suas propostas de decisão e as decisões finais do Conselho de Administração da A3ES. Também não pode passar em claro a referência negativa quer à formação do Conselho de Revisão quer, sobretudo, às suas decisões que são de natureza meramente formal, não pondo em causa as decisões do Conselho de Administração.

Em consequência dessa estrutura de acreditação e do seu comportamento, há sempre uma incerteza pendente sobre a concretização da necessária acreditação dos cursos, o que implica uma insegurança estratégica por parte das instituições de ensino superior que, frequentemente, se vêem coagidas a alterar estratégias, correndo-se assim a consistência de qualquer plano de desenvolvimento a médio ou a longo prazo.

Neste contexto, é de assinalar uma evolução positiva para a UAL no ano letivo 2014/2015, graças à acreditação do Doutoramento em Relações Internacionais – Geopolítica e Geoeconomia, condicionalmente por 3 anos. Este facto, com conjunto com a decisão de acreditação do Doutoramento em História por seis anos e da acreditação, também condicional, do Doutoramento em Direito por mais dois anos,

dá alguma estabilidade à UAL no que toca à manutenção e sustentação do seu estatuto de universidade.

Contudo, há que ter em atenção três vetores de preocupação que não devem ser descurados.

Em primeiro lugar, as creditações condicionais vêm sempre acompanhadas de exigências formais e substantivas, que devem ser acompanhadas em permanência. É curial acabar com estes condicionalismos para que a estabilidade seja a situação normal de uma instituição universitária. A esse propósito, como tem sido sistematicamente relevado ao longo deste relatório, é particularmente preocupante a situação do Doutoramento em Direito, cuja consolidação tem de ser objetivo central da UAL e que, em particular, no campo da investigação e conseqüente volume e mérito de publicações, tem de sofrer uma clara evolução positiva.

É a existência desses condicionalismos e a eventual dificuldade em, com segurança, os superar que leva ao segundo vetor de preocupação – a quase sistemática não acreditação de novos terceiros ciclos, por parte da A3ES, por vezes, naquilo que o seu Conselho de Administração considera ser “em discordância desfavorável” do sentido de decisão recomendado pelas CAEs.

Isso tem como consequência, um espartilho à flexibilização da estratégia das universidades, que fere, profundamente, o conceito de autonomia universitária, sem embargo de reconhecer que essa autonomia não pode ignorar a responsabilização das decisões e, sobretudo, o cumprimento de critérios, claros e consistentes, da avaliação do mérito dos cursos.

Assim, a rejeição liminar por parte da A3ES de todos os 3^{os} ciclos (exceptuando o já referido de Relações Internacionais, cujo contexto, dados os antecedentes de uma inexplicada anterior decisão negativa, é bem diferente) propostos pela UAL, em cooperação com outras instituições universitárias, é preocupante ou, até mesmo, inaceitável.

Os esforços de cooperação interuniversitária na proposta de 3^{os} ciclos conjuntos que sempre têm sido referidos como desejáveis, ou mesmo imprescindíveis, foram

conseguidos superando-se barreiras (algumas históricas) externas e internas, mas, pelos vistos, em vão, mesmo quando as CAEs valorizam e dão relevo ao mérito desses ciclos em cooperação.

Identicamente, é matéria corrente de evolução estratégica nos vários pareceres internacionais, a necessidade de se criarem doutoramentos interdisciplinares, o que uma vez mais, a UAL também procurou concretizar.

Na generalidade, os doutoramentos propostos têm ambas as valências: são interinstitucionais e interdisciplinares. Sem qualquer sucesso.

Particularmente preocupante é a decisão tomada pela A3ES relativamente ao Doutoramento em Comunicação e Psicologia dos Media, proposto em conjunto pela UAL e pelo ISPA. Não se pode resistir a citar a recomendação de “acreditação condicional” que fundamenta nos seguintes termos:

“O curso apresenta uma proposta inovadora numa perspetiva interdisciplinar. O corpo docente é doutorado nas áreas científicas do curso e tem uma ligação firme às instituições. O curso está associado a unidades de investigação bem avaliadas pela FCT. Parte do corpo docente tem um forte curriculum de investigação. As instituições têm uma forte vocação de ensino nestes domínios, têm instalações apropriadas e estão estruturadas para a formação pós-graduada”.

De seguida apresenta naturais fragilidades que, justificam o condicionalismo imposto à decisão em lugar da sua aprovação incondicional.

Mas, tendo em atenção a pronúncia feita pelas instituições promotoras ao relatório preliminar, a CAE acrescenta no seu relatório final:

“Analisada a pronúncia ao relatório preliminar da CAE sobre a proposta de criação do 3º ciclo em Comunicação e Psicologia dos Media, ..., apraz-nos registar o reconhecimento das fragilidades do projeto e o empenho em melhorar. A CAE mantém o parecer previamente formulado de acreditação condicional por um ano.”

A decisão final da A3ES é de não acreditação, invocando as fragilidades enunciadas, desconsiderando, radicalmente, todos os pontos positivos da CAE, numa

demonstração de desconsideração quer do parecer da CAE, que ela própria (A3ES) nomeou, quer, sobretudo, do princípio da gradualidade que sustenta a lógica da condicionalidade.

É evidente que um curso novo e inovador, com cooperação interuniversitária, precisará de ajustamentos e tempo de lançamento de novos projetos e novas publicações.

Então só se aceitarão doutoramentos com todas as condições preenchidas, mesmo que inovadores?

Que sentido terá então a acreditação condicional?

E não é relevante, sobretudo em áreas novas, dar tempo aos jovens doutorados, com manifesta capacidade de investigação, de darem os seus frutos? Criam-se, assim, barreiras à entrada de novos, protegendo-se os instalados?

Perante o resultado obtido nesta proposta de doutoramento já foi sem surpresa que se receberam as decisões de não acreditação dos outros 3^{os} ciclos propostos, pois apresentam, de facto, menor produção científica e curricular que o de Comunicação e Psicologia dos Media.

O terceiro vetor de preocupação tem a ver com o que se está a passar com a acreditação (ou melhor, a não acreditação) de mestrados, com base em alegada falta de nível de produção científica, com critério de exigências que, sem sentido, praticamente igualam as dos 3^{os} ciclos (e aí há que reconhecê-lo, a revisão da legislação foi nesse sentido). Todo o conteúdo do relatório dá exemplos concretos de que essa é uma visão perigosa e com fundamentos claramente questionáveis, cuja aplicação pode pôr em causa vários mestrados da UAL, situação a que é necessário prestar, desde já, toda a atenção.

Preocupa-nos, em particular, a não acreditação, reiterada, do Mestrado em Engenharia Informática, uma peça de relevo na estratégia de afirmação da UAL em áreas técnico-científicas, com um corpo de doutorados jovens e dinâmicos que, naturalmente, não têm ainda produção científica quantitativamente relevante, mas que têm todas as condições para acompanhar dissertações de mestrado ou

relatórios, construindo, assim, passo a passo, a sua carreira pedagógica e de investigação.

Há, contudo, que assinalar factos positivos, alguns deles evidenciando, o que se salienta e aprecia, um comportamento mais aberto em relação à acreditação dos ciclos de estudos.

Assim, o 2º ciclo de Gestão, de óbvia importância para a UAL, viu uma decisão negativa inicial ser, após a pronúncia da UAL, reconfigurada em positiva, embora, naturalmente, condicionada.

Do mesmo modo se saúda a reversão da decisão, nas mesmas circunstâncias, no que toca ao 1º ciclo de Engenharia Electrónica e de Computadores, que vem dar novo fôlego ao Departamento.

Em termos de consolidação de acreditação dos cursos da UAL, vale a pena referir a acreditação do 1º ciclo de Economia, renovado, por seis anos, sem quaisquer condições, um sinal positivo para o desenvolvimento do curso, bem como o da licenciatura em Psicologia por cinco anos, tal como a de Relações Internacionais.

Uma palavra final nesta matéria para apresentação conjunta de um Doutoramento em Resolução Alternativa de Conflitos em conjunto por três universidades privadas: UAL, Lusíada e Portucalense. Este curso foi fruto de aturado e difícil cooperação entre as várias unidades orgânicas, relevantes para o objeto do curso, das três universidades, esforço esse que é de saudar e que vai, pelo menos nas intenções manifestadas, ao encontro da necessidade e utilidade de as universidades, para obtenção de massa crítica, cooperarem na formulação de 3ºs ciclos, mas cujo resultado de avaliação ainda não é conhecido.

Como se referiu no início deste ponto, não está em causa uma discussão aprofundada da estrutura e funcionamento da A3ES, nem sequer, e muito menos, do mérito e da imprescindibilidade de avaliações construtivas que assegurem minimamente a qualidade dos ciclos que as instituições ministram, mas o Reitor da UAL não pode, em consciência, sem pôr em causa a existência e a função essencial de uma Autoridade de Regulação neste campo, referir aquilo que considere decisões

menos consentâneas com o que uma adequada atividade de regulação e até de supervisão pressupõe.

Para uma completa visão da situação dos cursos da UAL face à A3ES apresenta-se no Anexo XIII um conjunto de quadros que a ilustram, bem como os calendários a respeitar.

Finalmente, neste âmbito mais específico da qualidade e retomando o que a este propósito foi comentado no relatório relativo ao ano letivo de 2013/2014, importa destacar os claros avanços na implantação de um Sistema de Garantia da Qualidade na UAL, passo importante para uma futura acreditação desse sistema pela A3ES que, espera-se, possa tornar mais fluído, mas menos volátil, potenciar um desenho estratégico verdadeiramente autónomo.

O Reitor não pode deixar de apelar a todos para o empenho e o respeito pela concretização deste sistema, com o objetivo atrás referido, mas também com contribuições críticas no sentido de procurar garantir verdadeiramente a qualidade do funcionamento, sem submissão a regras exageradas e, quiçá, desnecessárias.

Esse é o papel do aperfeiçoamento continuado do sistema, no sentido de uma qualidade cada vez mais visível.

O papel do Gabinete da Qualidade e em particular do seu coordenador, Eng^o Vela Bastos, tem sido crucial e o seu denodo e empenho garantia de que estes objetivos serão atingidos.

6. Perspetivas estratégicas e plano de ação

Como já se referiu na Introdução e foi pormenorizadamente discutido no relatório precedente, a especificidade da UAL e, em geral das universidades privadas, não confere ao Reitor, isoladamente, o papel de traçar um plano exequível (em termos administrativos e financeiros) para a UAL. Esse papel cabe, em última análise, à entidade instituidora, tendo, naturalmente, em atenção a posição do Reitor e demais autoridades académicas, em particular no que respeita às estratégias pedagógica e científica.

Assim, este ponto do relatório deve ser conjugado com a leitura do “Plano e Orçamento 2015/2016” da CEU, que já traça as linhas desse plano, especificando objetivos e medidas que incorporam os campos pedagógico e científico, que o Reitor, obviamente, subscreve e dos quais salienta:

- i) Prosseguir o lançamento de novos produtos de formação conferente de grau, a submeter à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) numa perspectiva sustentada e adequada ao contexto e necessidades do mercado;
- ii) Prosseguir o necessário cumprimento de *ratios* e demais requisitos, designadamente na manutenção das condições de acreditação dos cursos existentes, determinados pela A3ES;
- iii) Prosseguir a contratação de doutorados com *curricula* relevante e a sua adequação face às presentes especificidades em termos de lecionação, investigação e apoio departamental;
- iv) Incrementar o número de orientadores de teses e dissertações face à crescente afluência de candidatos em certas áreas científicas;
- v) Desenvolver um mais eficaz acompanhamento e coordenação dos diversos intervenientes na área de I&D, no sentido de um maior aproveitamento dos recursos disponíveis e de potencial produção académica, designadamente

no caso dos Departamentos Académicos em que ainda se observam fragilidades em termos de manutenção das acreditações dos cursos, desenvolvendo, em simultâneo, novas linhas de investigação aplicada e de prestação de serviço à comunidade.

Estes objetivos, se comparados com a situação no ano precedente, e independentemente do nível de concretização das metas e das ações referidas no relatório anterior, têm um enquadramento, sobretudo no campo científico, algo diferente. Essa diferença reside na concretização das condições que se impunham à UAL para manter o seu estatuto de universidade.

A concretização dessas condições e, em particular a acreditação do seu terceiro doutoramento, trazem um outro desafio à UAL: o de garantir a sustentabilidade do seu estatuto. Os objetivos i) a v) atrás indicados corporizam, naturalmente, esse objetivo fulcral.

Entende o Reitor que, tendo por base as observações descritas neste relatório e as perspetivas que, para o ano letivo de 2014/2015 estavam referidas no relatório precedente, deve o Reitor chamar a atenção para alguns pontos em concreto que se podem (devem?) transformar em ações prioritárias neste campo científico.

Em primeiro lugar há que reforçar a capacidade de investigação científica e de publicações em áreas em que existem doutoramentos.

Neste sentido, há que dar particular atenção ao Departamento de Direito, até porque tem as condições mais apertadas em termos de prazos e mais alargadas no âmbito das exigências.

É importante reforçar o corpo docente e garantir um aumento da sua produção científica. O Centro de Investigação *Ratio Legis* tem de ser devidamente reequacionado, estudando alternativas estratégicas credíveis, uma das quais é a busca da sua ligação a centros de investigação acreditados noutras instituições, o que vem ao encontro de outro objetivo estratégico, sempre relevado - o de cooperação reforçada com outras instituições.

Independentemente disso, ou até em alternativa, estimular a integração dos docentes noutros centros de investigação da UAL ou fora dela, de forma a que a sua capacidade de investigação ou publicação venha reforçada.

Noutro plano, e como passo seminal de estímulo à publicação, dar novo fôlego e maior visibilidade à revista “Galileu”, estimulando, em particular, a publicação de artigos com base nas teses doutorais dos alunos dos 3^{os} ciclos.

Para que estes objetivos possam ser atingidos com realismo é fundamental que aos doutorados em tempo integral sejam dadas condições de estabilidade de modo a que seja melhorada a sua disponibilidade e o seu empenho em orientações de qualidade dos doutorandos e na capacidade para maior e melhor produção científica.

Neste aspeto, a homologação do Regulamento da Carreira Docente e o Regulamento da Avaliação e Desempenho dos Docentes da UAL são passos imprescindíveis a que deve acrescer, naturalmente, um maior financiamento à área de investigação.

O aspeto do financiamento, tendo em atenção as óbvias restrições financeiras da CEU, tem de ser profundamente reequacionado, implicando também a diligência e o esforço dos docentes nesse campo, através da busca de fontes alternativas exteriores à UAL. No que diz respeito ao robustecimento das disponibilidades internas, entende o Reitor que parte das receitas (que também urge incrementar) de áreas de serviço à comunidade e de investigação aplicada podem ser canalizadas para as outras áreas de investigação, de modo a aumentar o “bolo” que lhes pode ser atribuído.

Sem embargo de reconhecer que não se deve ignorar qualquer área científica da UAL, deverá haver uma prioridade no futuro imediato, às áreas em que os doutoramentos estão acreditados, em particular o Direito (que não tem qualquer financiamento por via do seu centro), pelas razões já devidamente referenciadas.

Não se deve, contudo, ignorar a necessidade de financiamento a áreas em que se propõem novos doutoramentos (e há necessidade de o fazer, como se procurou mostrar atrás), designadamente em cooperação com outras universidades, de que são exemplo marcante a de Resolução Alternativa de Conflitos e o do Comunicação e

Psicologia dos Media, devendo, em particular, ser equacionada a reapresentação deste último curso.

Acresce que a sustentabilidade não se pode limitar a ações no âmbito dos 3ºs ciclos, sendo mister olhar com muito cuidado para os 2ºs ciclos, fundamentais não só para robustecer certas áreas, mas também por causa das crescentes exigências de inserção na vida profissional em várias áreas.

Daí a necessidade de reformular alguns dos cursos e de responder com rigor às exigências feitas em situação de acreditação condicional de alguns dos 2ºs ciclos. Sem prejuízo de outras áreas, é necessário robustecer a área de Gestão e de Ciências e Tecnologias. Neste campo, em particular, é curial a reapresentação, com cuidadosa adequação às observações da Comissão de Avaliação do Mestrado em Engenharia Informática.

Também no campo dos 1ºs ciclos, há que estar atentos às transformações e exigências da sociedade, alargando, eventualmente, o leque de ofertas e abdicando de outras em clara queda.

Só que, neste campo, deve dar-se grande prioridade à investigação pedagógica e à melhoria contínua dos processos pedagógicos assentes nas capacidades de formação e informação atuais.

Aqui há um papel fundamental dos departamentos e dos coordenadores científicos no acompanhamento dos docentes, pugnando pela atualização dos currícula, da disponibilidade e da acessibilidade às fontes de informação e criação de hábitos de frequência da Biblioteca por parte dos alunos.

Um papel fundamental neste campo cabe ao Conselho Pedagógico que tem de ser revitalizado e reequacionado o modo por que se escolhem os seus membros, em particular no que toca à representação dos alunos, situação que deve ser normalizada urgentemente.

No entanto, a consolidação e a afirmação da UAL não passa só pelos cursos conferentes de grau, porque a investigação aplicada, os serviços à comunidade e a

formação contínua, conforme pode ser lido no “Plano e Orçamento 2015/2016” são também áreas a merecer especial atenção.

No campo da formação contínua a Autónoma Academy aparece como entidade nuclear. No relatório relativo ao ano de 2013/2014, referia-se que: “A opção pela criação da Autónoma Academy é um passo que tem, no entanto, de ser acompanhado com uma estrutura consequente que seja pró-ativa mas, ao mesmo tempo, facilitadora da iniciativa dos diversos departamentos e centros na criação desses cursos de formação, respeitando e integrando a autonomia científica e pedagógica.” No presente relatório já se assinalou o relativo fracasso inicial e as mudanças que, no final do ano letivo de 2014/2015, foram introduzidas.

A opção pelo seu fortalecimento e pela sua valorização, na vertente de formação contínua, mas também como potencial antecâmara da escolha de ciclos de estudos conferentes de grau, em estreita cooperação com o Conselho Científico, já foi claramente evidenciado.

Daí aposta da CEU/UAL bem expressa no “Plano e Orçamento 2015/2016” quando refere como objetivo: “Ampliar a oferta de cursos no âmbito da Autónoma Academy e prosseguir o lançamento de novos formatos de formação pós-graduada, designadamente em lógicas de ensino à distância”.

Estrategicamente, este objetivo conjugar-se-á, também, em ações de cooperação com entidades exteriores à UAL, desde outras instituições universitárias até empresas, passando, e com prioridade, por associações empresariais, autarquias e associações profissionais, que darão visibilidade e consistência aos cursos a desenvolver.

Esta cooperação é expressão da ligação da UAL à comunidade que se deverá estender ao campo dos serviços e à investigação aplicada. Neste campo, há que, do ponto de vista da organização institucional, reequacionar e concentrar os meios de abordagem do problema.

Do “Plano e Orçamento 2015/2016” constam vários objetivos e ações neste campo que devem ser devidamente conjugadas entre si e compatibilizadas com a “história” recente da UAL nesta matéria.

Em particular, a aposta na revitalização e extensão da responsabilidade ao já existente CEP (Centro de Estudos e Projetos), com uma estrutura própria e com ações específicas, designadamente a criação de uma Incubadora Virtual e de uma Oficina do Empreendedor, “como elementos estruturantes do empreendedorismo na nossa instituição” (citação do “Plano e Orçamento 2015/2016”) a que, numa fase posterior, se associaram outras potenciais competências, como os Serviços de Consultoria e até Investigação Aplicada, obrigam a repensar se faz sentido manter um (inorgânico e, por isso, de fácil reconfiguração e assimilação numa estrutura que se considera adequada) do Centro de Estudos Económicos e Institucionais, que tem sido um dos veículos de investigação aplicada e de serviços de consultoria prestados ao exterior.

Havendo uma estrutura orgânica, de mais amplo espectro, criada e a operacionalizar, há que estudar as vantagens de incorporação nessa nova estrutura, desde que devidamente respeitado o seu acervo histórico e a sua lógica de abordagem à sociedade.

Uma última palavra de desígnio estratégico global vai para a necessidade de, em todos estes vetores, a UAL se dever pautar pela busca de melhoria de qualidade em todos os seus âmbitos.

A concretização final do Sistema de Garantia da Qualidade e a sua operacionalização são um passo importante, mas não suficiente, na busca desse objetivo, que depende de todos os membros da UAL.

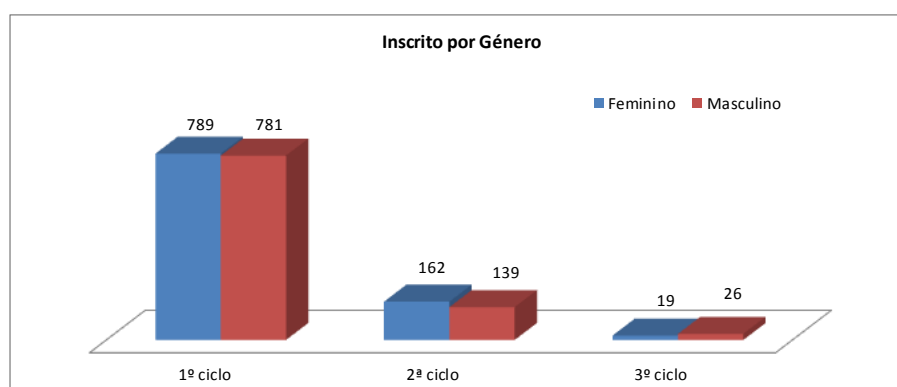
Anexo I – Cursos que conferem grau

Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015										Total
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
8157	Administração e Gestão Desportiva	18	2	15		9	3					47
8523	Administração de Unidades de Saúde	4	6				2					12
9023	Ciências da Comunicação	20	57	18	36	17	32					180
9078	Direito	43	79	47	70	126	134					499
9081	Economia	10	6	5	6	8	8					43
9119	Engenharia Informática	39	4	26	5	55	5					134
9147	Gestão	60	42	33	41	52	62					290
9165	Gestão e Administração Pública			1	1	3	4					9
9181	História	6	8	4		6	2					26
9186	Informática de Gestão	7	2	6		9	2					26
9219	Psicologia	9	32	6	23	13	31					114
9229	Relações Internacionais	14	10	4	3	16	6					53
9257	Arquitetura	11	5	12	21	14	9	12	9	23	21	137
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		241	253	177	206	328	300	12	9	23	21	1570

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015										Total
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
M494	História, Arqueologia e Património	1	1	2	2							6
6045	Ciências Documentais											0
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas											0
9298	Gestão de Empresas	6	6	23	23							58
9279	Direito	43	36	33	47							159
9463	Psicologia			13	32							45
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	3	4									7
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica											0
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	2		3	1							6
M692	Comunicação Aplicada	2	3	6	5							16
M716	Economia das Organizações e Competitividade											0
9329	Relações Internacionais	2	2									4
TOTAL (2º ciclo de estudos)		59	52	80	110	0	0	0	0	0	0	301

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015										Total
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
9341	História			1	2	3	1					7
9339	Economia			1		11	5					17
9338	Direito	7	3	2	2	1	1					16
9343	Psicologia						5					5
TOTAL (3º ciclo de estudos)		7	3	4	4	15	12	0	0	0	0	45
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		615	581	655	21	44	1916					

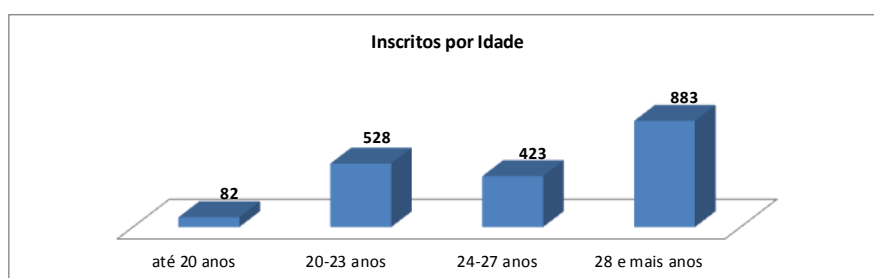


Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015				Total
		até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
8157	Administração e Gestão Desportiva	3	19	13	12	47
8523	Administração de Unidades de Saúde		3	1	8	12
9023	Ciências da Comunicação	32	101	33	14	180
9078	Direito	24	147	83	245	499
9081	Economia	4	17	10	12	43
9119	Engenharia Informática	1	31	41	61	134
9147	Gestão	12	110	69	99	290
9165	Gestão e Administração Pública		2		7	9
9181	História		1	4	21	26
9186	Informática de Gestão		2	1	23	26
9219	Psicologia	3	37	23	51	114
9229	Relações Internacionais	1	8	14	30	53
9257	Arquitetura	2	38	74	23	137
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		82	516	366	606	1570

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015				Total
		até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
M494	História, Arqueologia e Património			1	5	6
6045	Ciências Documentais					0
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas					0
9298	Gestão de Empresas		3	12	43	58
9279	Direito		2	28	129	159
9463	Psicologia		4	8	33	45
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento			2	5	7
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					0
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais				6	6
M692	Comunicação Aplicada		3	4	9	16
M716	Economia das Organizações e Competitividade					0
9329	Relações Internacionais			1	3	4
TOTAL (2º ciclo de estudos)		0	12	56	233	301

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015				Total
		até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
9341	História			1	6	7
9339	Economia				17	17
9338	Direito				16	16
9343	Psicologia				5	5
TOTAL (3º ciclo de estudos)		0	0	1	44	45
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		82	528	423	883	1916
Percentagem		4,28%	27,56%	22,08%	46,09%	

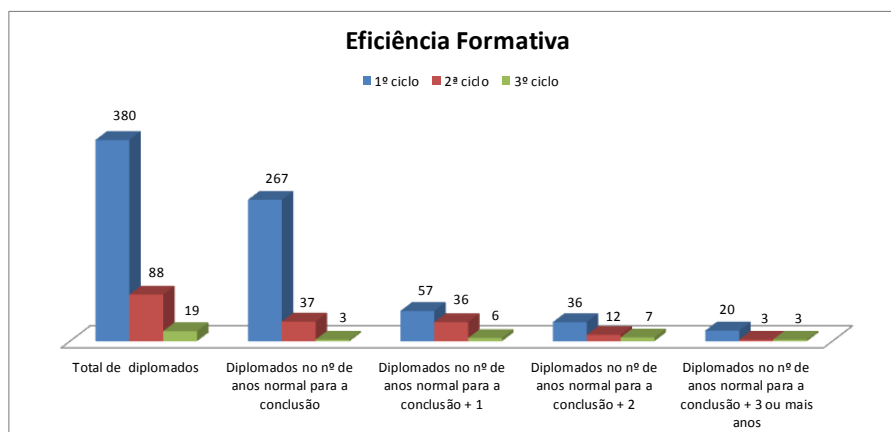


Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
8157	Administração e Gestão Desportiva	14	11	2	1	
8523	Administração de Unidades de Saúde	3	2	1		
9023	Ciências da Comunicação	39	34	5		
9078	Direito	145	118	12	11	4
9081	Economia	9	9			
9119	Engenharia Informática	18	12		2	4
9147	Gestão	59	38	13	5	3
9165	Gestão e Administração Pública	1	1			
9181	História	6	5			1
9185	Informática					
9186	Informática de Gestão	2			1	1
9219	Psicologia	23	21	2		
9229	Relações Internacionais	10	6	4		
9240	Sociologia					
9614	Estudos de Arquitectura	11	2	3	6	
9257	Arquitectura	40	8	15	10	7
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		380	267	57	36	20

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos	Diplomados no nº de anos	Diplomados no nº de anos	Diplomados no nº de anos
M494	História, Arqueologia e Património	1		1		
6045	Ciências Documentais	1	1			
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	3	2	1		
9298	Gestão de Empresas	17	12	4	1	
M048	História da Náutica e Arqueologia Naval	1			1	
9279	Direito	42	15	20	6	1
9463	Psicologia	19	7	8	3	1
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	1				1
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	3		2	1	
M692	Comunicação Aplicada					
M716	Economia das Organizações e Competitividade					
9329	Relações Internacionais					
6121	Mestrado em Estudos Portugueses					
M048	Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval					
TOTAL (2º ciclo de estudos)		88	37	36	12	3

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos	Diplomados no nº de anos	Diplomados no nº de anos	Diplomados no nº de anos
9341	História					
9339	Economia	9	3	4	1	1
9338	Direito	2				2
9343	Psicologia	8		2	6	
TOTAL (3º ciclo de estudos)		19	3	6	7	3
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		487	307	99	55	26

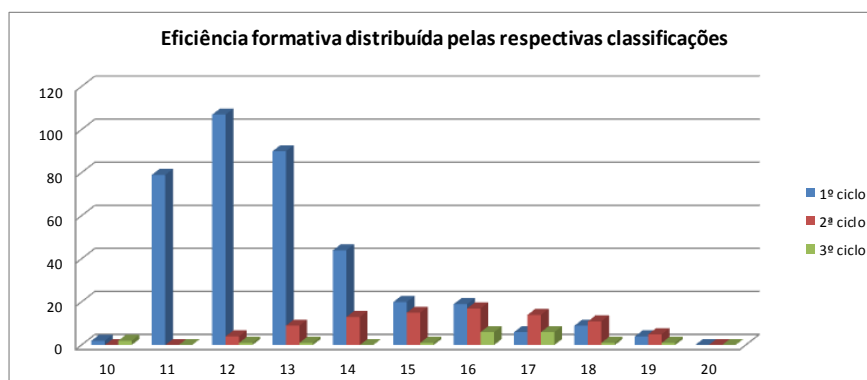


Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano lectivo 2014/2015, distribuídos pelas respectivas classificações

Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	Ano Lectivo 2014/2015																
				N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
8157	Administração e Gestão Desportiva	L1	14		2	4	7	1												
8523	Administração de Unidades de Saúde	L1	3				2	1												
9023	Ciências da Comunicação	L1	39		2	12	12	8	5											
9078	Direito	L1	145	2	53	46	28	13	3											
9081	Economia	L1	9		1	7		1												
9119	Engenharia Informática	L1	18		1	8	2	3	2	2										
9147	Gestão	L1	59		15	19	18	5	1	1										
9165	Gestão e Administração Pública	L1	1			1														
9181	História	L1	6				2			2	1	1								
9185	Informática	L1																		
9186	Informática de Gestão	L1	2					2												
9219	Psicologia	L1	23			2	7	5	6	3										
9229	Relações Internacionais	L1	10		2	1	4	3												
9240	Sociologia	L1																		
9614	Estudos de Arquitectura	LI	11			6	5													
9257	Arquitectura	MI	40		3	1	3	2	1	12	5	9	4							
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)			380	2	79	107	90	44	20	19	6	9	4	0						

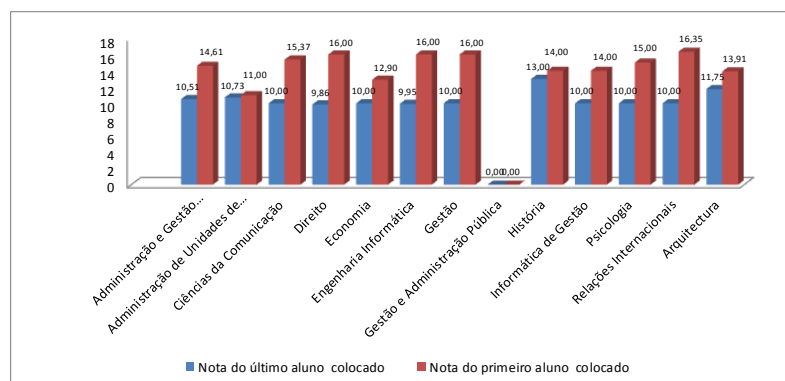
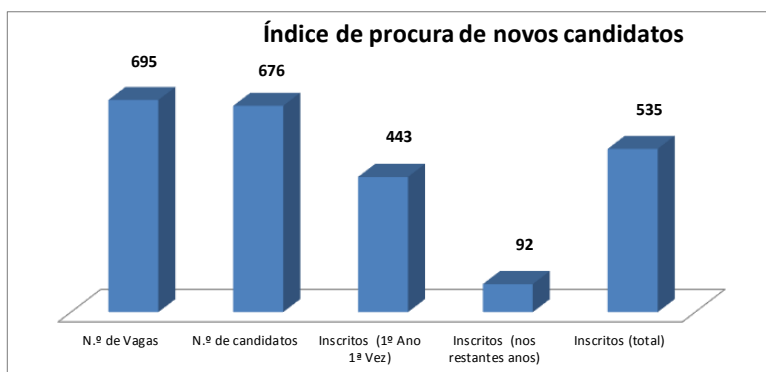
Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	Ano Lectivo 2014/2015																
				N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
M494	História, Arqueologia e Património	M2	1														1			
6045	Ciências Documentais	M2	1								1									
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	M2	3					1		1							1			
9298	Gestão de Empresas	M2	17					2	3	4	5	2	1							
M048	História da Náutica e Arqueologia Naval	M2	1														1			
9279	Direito	M2	42			2	7	8	10	8	6	1								
9463	Psicologia	M2	19			1	1	2	2	2	2	6	3							
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	M2	1							1										
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	M2	3			1	1					1								
M692	Comunicação Aplicada	M2																		
M716	Economia das Organizações e Competitividade	M2																		
9329	Relações Internacionais	M2																		
6121	Mestrado em Estudos Portugueses	M2																		
M048	Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval	M2																		
TOTAL (2º ciclo de estudos)			88	0	0	4	9	13	15	17	14	11	5	0						

Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	Ano Lectivo 2014/2015																
				N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
9341	História	D3																		
9339	Economia	D3	9	1					1	3	3	1								
9338	Direito	D3	2	1							1									
9343	Psicologia	D3	8			1	1				2	3				1				
TOTAL (3º ciclo de estudos)			19	2	0	1	1	0	1	6	6	1	1	0						
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS			487	4	79	112	100	57	36	42	26	21	10	0						



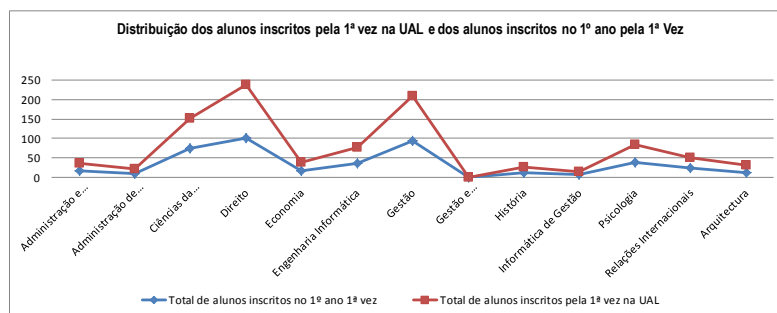
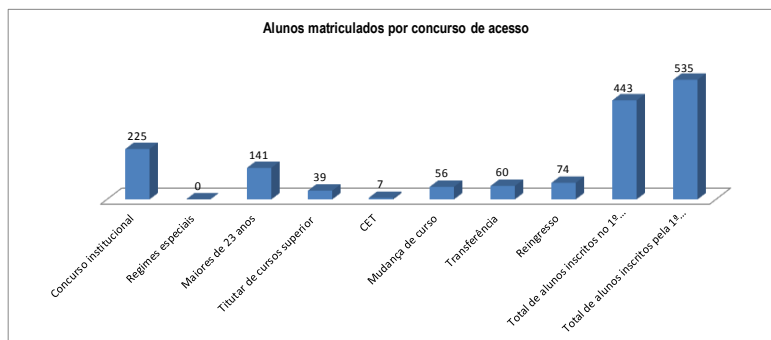
Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitectura

Ano lectivo 2014/2015											
Aluno matriculados pela 1ª Vez											
Cód. Curso	Curso	ECTS	N.º de Vagas	N.º de candidatos	Inscritos	Inscritos	Inscritos	Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
					(1º Ano 1ª Vez)	(nos restantes anos)	(total)				
8157	Administração e Gestão Desportiva	180	30	21	18	1	19	9,5	10,51	14,61	12,45
8523	Administração de Unidades de Saúde	180	40	15	10	2	12	9,5	10,73	11,00	10,94
9023	Ciências da Comunicação	180	75	84	75	1	76	9,5	10,00	15,37	12,76
9078	Direito	180	140	209	101	35	136	9,5	9,86	16,00	12,67
9081	Economia	180	25	29	16	7	23	9,5	10,00	12,90	11,70
9119	Engenharia Informática	180	65	44	35	7	42	9,5	9,95	16,00	12,61
9147	Gestão	180	120	139	93	22	115	9,5	10,00	16,00	12,49
9165	Gestão e Administração Pública	180	20	3				9,5	0,00	0,00	0,00
9181	História	180	15	14	13		13	9,5	13,00	14,00	13,33
9186	Informática de Gestão	180	25	7	7	1	8	9,5	10,00	14,00	12,00
9219	Psicologia	180	50	57	39	6	45	9,5	10,00	15,00	12,70
9229	Relações Internacionais	180	35	33	23	4	27	9,5	10,00	16,35	12,59
9257	Arquitectura	300	55	21	13	6	19	9,5	11,75	13,91	12,81
TOTAL			695	676	443	92	535				



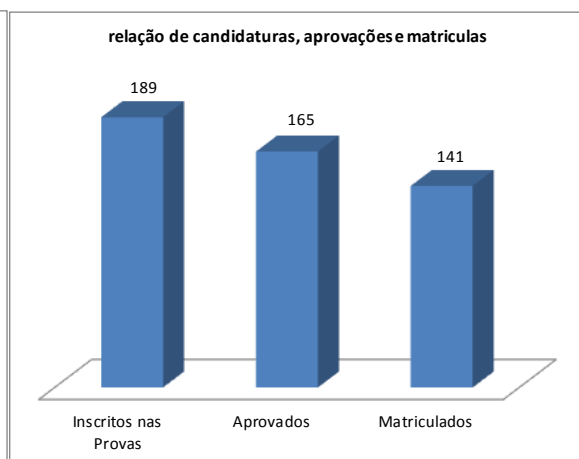
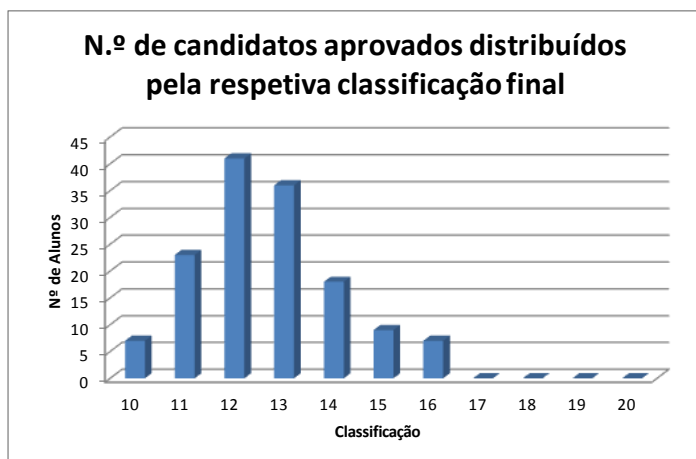
Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes

Cód. Curso	Curso	Concurso Institucional	Estudante Internacional	Regimes especiais	Concursos Especiais						Regime de MCTR						Alunos matriculados no 1º ano, pela 1ª vez	Alunos matriculados pela 1ª vez a UAL	Alunos matriculados na UAL
					Maiores de 23 anos		Titular de cursos superiores		CET		Mudança de Cursos		Transferência		Reingresso				
					1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.					
8157	Administração e Gestão Desportiva	9			6							3			1	3	18	19	47
8523	Administração de Unidades de Saúde	1			4		3	2				2					10	12	12
9023	Ciências da Comunicação	65			7	1			1			1		1		2	75	76	180
9078	Direito	63	4		26	7	2	21				1	3	5	4	32	101	136	499
9081	Economia	2			1	1			1			6	3	6	3		16	23	43
9119	Engenharia Informática	14	2		11	2		1	1	1	1	3	1	4	2	9	35	42	134
9147	Gestão	42			30	5					3	12	5	9	9	8	93	115	290
9165	Gestão e Administração Pública																		9
9181	História				3			4				6				1	13	13	26
9186	Informática de Gestão				4				1			1		2		2	7	8	26
9219	Psicologia	20			13	2	1	1				2		3	3	7	39	45	114
9229	Relações Internacionais	5			13	3					3	1	2		1	23	27	53	
9257	Arquitetura	4	1		1	1		3			3		4	2	9	13	19	137	
SUBTOTAL		225	7	0	119	22	10	29	3	4	43	13	36	24	74	443	535	1916	
TOTAL		225	7	0	141	39	7	56	60	74	443	535	1916						



Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos

Curso	CANDIDATOS													Matriculados		
	Inscritos nas Provas	Aprovados	N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final													
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Administração e Gestão Desportiva	8	8		1	3		2									6
Administração de Unidades de Saúde	6	4		4												4
Ciências da Comunicação	9	8	1		4	2		1								8
Direito	48	43		5	6	10	8	2	2							33
Economia	5	4	1		1											2
Engenharia Informática	15	15		1	5	2	1	2	2							13
Gestão	48	41	2	7	14	10			2							35
Gestão e Administração Pública	2															0
História	3	3				2	1									3
Informática de Gestão	3	3	1	1		1	1									4
Psicologia	20	17	1		4	4	3	3								15
Relações Internacionais	19	17	1	4	3	4	2	1	1							16
Arquitectura	3	2			1	1										2
TOTAL	189	165	7	23	41	36	18	9	7	0	0	0	0	0	0	141



Legenda:

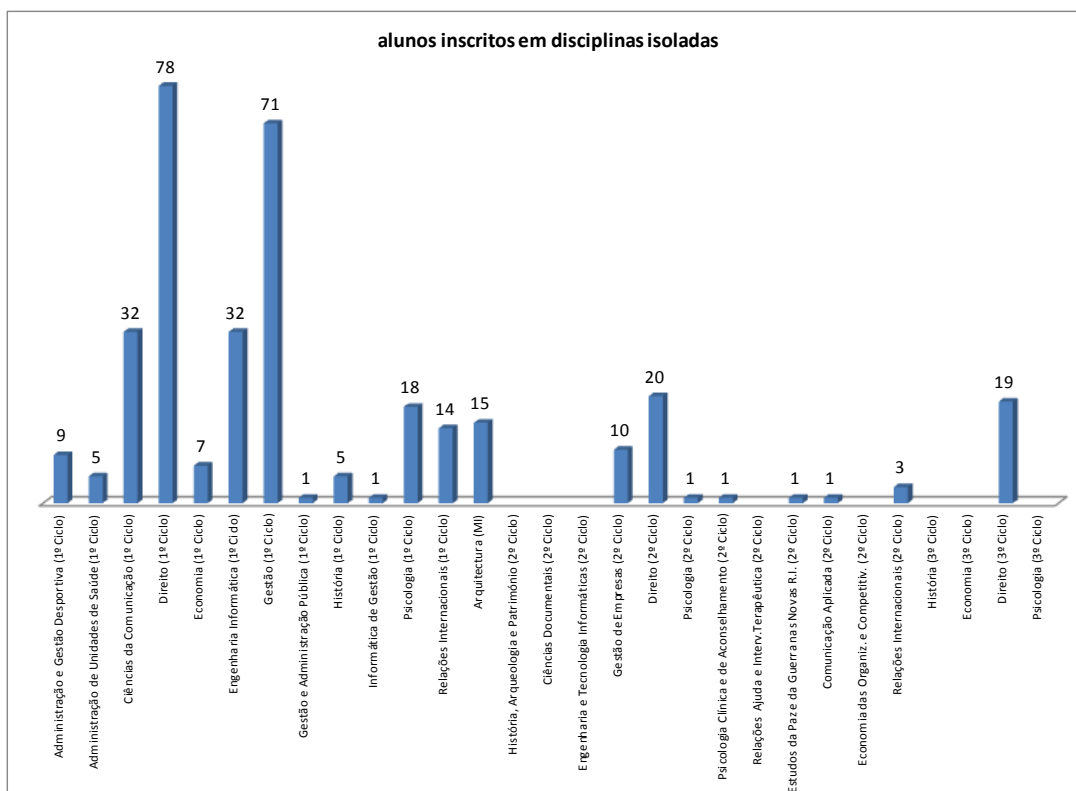
Inscritos nas provas: Alunos que manifestaram vontade para realizar a prova

Aprovados: Alunos que realizaram as provas e obtiveram aprovação

Matriculados: Alunos aprovados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

Quadro 9 - Alunos inscritos, no programa de acumulação de conhecimentos

Cód. Curso	Curso	Alunos Inscritos
8157	Administração e Gestão Desportiva (1º Ciclo)	9
8523	Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	5
9023	Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	32
9078	Direito (1º Ciclo)	78
9081	Economia (1º Ciclo)	7
9119	Engenharia Informática (1º Ciclo)	32
9147	Gestão (1º Ciclo)	71
9165	Gestão e Administração Pública (1º Ciclo)	1
9181	História (1º Ciclo)	5
9186	Informática de Gestão (1º Ciclo)	1
9219	Psicologia (1º Ciclo)	18
9229	Relações Internacionais (1º Ciclo)	14
9257	Arquitetura (MI)	15
M494	História, Arqueologia e Património (2º Ciclo)	
6045	Ciências Documentais (2º Ciclo)	
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas (2º Ciclo)	
9298	Gestão de Empresas (2º Ciclo)	10
9279	Direito (2º Ciclo)	20
9463	Psicologia (2º Ciclo)	1
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	1
6819	Relações Ajuda e Interv.Terapêutica (2º Ciclo)	
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas R.I. (2º Ciclo)	1
M692	Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	1
M716	Economia das Organiz. e Competitiv. (2º Ciclo)	
9329	Relações Internacionais (2º Ciclo)	3
9341	História (3º Ciclo)	
9339	Economia (3º Ciclo)	
9338	Direito (3º Ciclo)	19
9343	Psicologia (3º Ciclo)	
	TOTAL	344



Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade

Cód. Curso	Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	GB	GW	MO	CO	MZ	CV	LY	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CN	ZA	FR	RU
8157	Administração e Gestão Desportiva	47																							
8523	Administração de Unidades de Saúde	10	2																						
9023	Ciências da Comunicação	166	9		1	1							1							1			1		
9078	Direito	346	123			17	2		2				4				1		3			1			
9081	Economia	16	26			1																			
9119	Engenharia Informática	112	18			2	1																		1
9147	Gestão	205	62			8	5	1	3		1	1	3							1					
9165	Gestão e Administração Pública	5	4																						
9181	História	26																							
9186	Informática de Gestão	19	5										1												
9219	Psicologia	90	16			7			1																
9229	Relações Internacionais	28	12			6	2													3		1			1
9257	Arquitectura	103	14	11		5						1	1	1		1									
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		1173	291	11	1	47	10	1	6		1	2	10	1		1	5		4	1	1	1	1	1	1

Cód. Curso	Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	GB	GW	MO	CO	MZ	CV	LY	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CN	ZA	FR	RU
M494	História, Arqueologia e Património	5				1																			
6045	Ciências Documentais																								
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas																								
9298	Gestão de Empresas	36	18			2	1											1							
9279	Direito	80	21			55				1			1						1						
9463	Psicologia	37	4			3									1										
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	7																							
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica																								
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	5	1																						
M692	Comunicação Aplicada	14	2																						
M716	Economia das Organizações e Competitividade																								
9329	Relações Internacionais		3			1																			
TOTAL (2º ciclo de estudos)		184	49			62	1			1			1		1		1	1							

Cód. Curso	Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	GB	GW	MO	CO	MZ	CV	LY	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CN	ZA	FR	RU
9341	História	7																							
9339	Economia	15	1													1									
9338	Direito	5	1			10																			
9343	Psicologia	1				4																			
TOTAL (3º ciclo de estudos)		28	2			14									1										
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		1385	342	11	1	123	11	1	6	1	1	2	11	1	2	1	6	1	4	1	1	1	1	1	1

PT	PORTUGAL	NL	PAÍSES BAIXOS
AO	ANGOLA	BE	BÉLGICA
IT	ITÁLIA	RO	ROMÉNIA
UA	UCRÂNIA	US	ESTADOS UNIDOS
BR	BRASIL	MD	REPÚBLICA DA MOLDOVA
ST	SÃO TOMÉ	ZA	ÁFRICA DO SUL
GW	GUINÉ BISSAU	FR	FRANÇA
CO	COLÓMBIA	GB	Reino Unido
MZ	MOÇAMBIQUE	MO	Macao
CV	CABO VERDE	LY	Líbia
DE	ALEMANHÃ	CN	China
EC	EQUADOR	RU	Rússia (Federação da)

Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência

Ciclo de Estudos	Ano Lectivo 2014/2015									
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral
1º Ciclo	319	159	213	137	299	306				
2º Ciclo		111		190						
3º Ciclo		10		8		27				
Mestrado Integrado	16	0	33	0	23	0	21	0	44	0

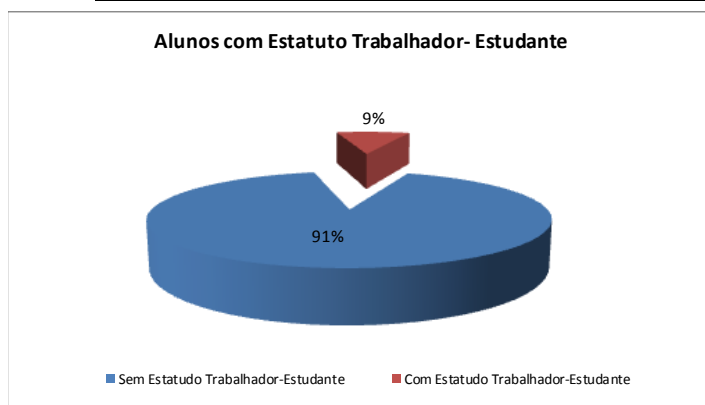


Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015
		Nº de Trabalhador Estudante
8157	Administração e Gestão Desportiva	3
8523	Administração de Unidades de Saúde	4
9023	Ciências da Comunicação	7
9078	Direito	77
9081	Economia	3
9119	Engenharia Informática	22
9147	Gestão	41
9165	Gestão e Administração Pública	
9181	História	
9186	Informática de Gestão	4
9219	Psicologia	2
9229	Relações Internacionais	6
9257	Arquitectura	1
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		170

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015
		Nº de Trabalhador Estudante
M494	História, Arqueologia e Património	
6045	Ciências Documentais	
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	
9298	Gestão de Empresas	1
9279	Direito	4
9463	Psicologia	
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	1
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
M692	Comunicação Aplicada	
M716	Economia das Organizações e Competitividade	
9329	Relações Internacionais	
TOTAL (2º ciclo de estudos)		6

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015
		Nº de Trabalhador Estudante
9341	História	
9339	Economia	
9338	Direito	
9343	Psicologia	
TOTAL (3º ciclo de estudos)		0
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		176



Anexo II – Cursos não conferentes grau



Relatório anual para a Reitoria - 2014/2015

O relatório solicitado pelo Senhor Reitor referente à atividade da Autónoma Academy no ano letivo transato, que aqui se apresenta, está fortemente marcado por uma significativa descontinuidade na coordenação desta escola de ensino não conferente de grau, ocorrida no segundo trimestre do corrente ano civil, que resultou na substituição integral da equipa da escola.

A entrada em funções da atual equipa iniciou-se no final de Abril e só se concretizou em pleno já na segunda semana de Maio, tendo sido acordado que a responsável pelo anterior secretariado continuaria a acompanhar os cursos que se encontravam a decorrer, para evitar eventuais perturbações resultantes de uma mudança no final desses cursos.

Essa descontinuidade manifesta-se desde logo pela informação a que a atual direção da Autónoma Academy logrou ter acesso quanto à atividade no período em questão, pois não dispõe de informação recolhida de forma sistematizada quanto aos vários aspetos da atividade desenvolvida. A informação apresentada resultou de uma solicitação feita à Dr.^a Cecília Dias, cuja resposta se encontra em anexo, bem como de dados fornecidos pelos serviços administrativos e financeiros da CEU.

Sem prejuízo da informação mais detalhada referente às inscrições, desistências e alunos que concluíram cada um dos cursos, destaca-se o facto de se terem registado 285 inscrições, relativamente às quais houve uma taxa de desistência média de cerca de 15%. As inscrições disseram respeito a 1 Workshop e 11 cursos, um dos quais com duas edições no mesmo ano letivo, tendo-se registado uma forte concentração nos cursos da área do direito (49% das inscrições e 63% dos cursos) e nos cursos ligados à segurança (38% das inscrições) realizados em parceria com a Associação dos Diretores de Segurança de Portugal.

Quanto aos dados económicos e financeiros da atividade, não existe um apuramento completo de proveitos e despesas, o que dificulta uma análise detalhada, mas da informação recolhida parece ser possível afirmar-se com razoável grau de certeza que os cursos que funcionaram no ano letivo em causa terão gerado uma receita total de cerca de 431 mil euros, o que corresponde a uma receita média por aluno inscrito de aproximadamente mil e quinhentos euros. Embora não seja possível ter uma noção muito rigorosa sobre os resultados proporcionados pela atividade da Autónoma Academy no período em causa, pode afirmar-se com segurança que teve um contributo líquido positivo para o financiamento da CEU.

Relativamente à atividade da equipa da Autónoma Academy entre Maio e Setembro, destaca-se a aposta num enorme esforço organização da informação de cada um dos cursos existentes no *portfolio* da escola, bem como dos que se encontravam a decorrer e dos que não se iniciaram naquele ano letivo, ou mesmo outros que vinham aguardando oportunidade de serem apresentados à direção da escola. Neste sentido, foi solicitado aos respetivos coordenadores um trabalho de compilação de informação sobre os cursos, de que a Autónoma Academy não dispunha, e foi revista a forma de divulgação dos mesmos, incluindo o planeamento de alguns eventos de divulgação/lançamento e uma atualização do *site* atual e a preparação de um novo site, o qual se espera vir a ser lançado brevemente.

Foi ainda realizado um enorme esforço de reativação do relacionamento da escola com entidades externas, umas com quem já existiam protocolos (alguns dos quais entretanto revistos), outras que se identificaram como relevantes para alguns cursos em especial (e que resultaram em novos protocolos de parceria), outras ainda que por sua iniciativa nos contactaram.

Neste particular, procurou-se dar resposta pronta a todas as solicitações, uma clara aposta numa vertente de conceção de cursos à medida na qual a Autónoma Academy poderá ter vantagem competitiva face a outras escolas associadas a universidades. Neste âmbito, o relacionamento com instituições do ensino superior brasileiras tem sido intenso e o desenvolvimento de uma proposta inovadora na

área da gestão hospitalar para a Academia BAI em Angola foi muito bem recebido, embora em nenhum dos casos ainda se tenha concretizado qualquer curso.

Também ao relacionamento com escola APEL no Funchal foi dado novo estímulo, tendo-se realizado várias reuniões para explorar oportunidades de formação locais, tendo sido possível reunir com o presidente do governo regional e alguns dos secretários regionais para apresentar algumas hipóteses de curso e recolher a sua sensibilidade sobre os mesmos. Acresce que na sequência dessas reuniões estão a decorrer alguns contactos exploratórios com associações empresariais da RAM no sentido de envolver parceiros locais em iniciativas de formação da Autónoma Academy no Funchal.

Ainda explorando a capacidade de resposta da Autónoma Academy, importa salientar a sua iniciativa de responder a um concurso público lançado pela ANACOM para elaboração de três edições anuais de um Programa Geral de Gestão, nos anos letivos 2015/16, 2016/17 e 2017/18, que a viemos a ganhar e cuja primeira edição já se iniciou no corrente mês de Novembro.

É nosso entendimento que existe uma grande margem de progresso tanto na organização interna e processos de trabalho da Autónoma Academy (e sua relação com os serviços da CEU e órgãos académicos da UAL), como na área de comunicação e comercial, bem como na qualidade dos cursos oferecidos, entre outras.

Com o curto tempo decorrido e com os meios limitados de que dispõe, a atual equipa desta escola apenas conseguiu iniciar esse processo de melhoria, mas os primeiros resultados, na medida em que sejam já reflexo dessa ação, parecem ser animadores, pois atualmente o número de inscrições é quase o triplo do registado em igual momento do ano letivo passado.

Para estes resultados tem também contribuído o total apoio do Senhor Reitor e da direção da CEU, bem como a progressiva recetividade dos serviços da mesma, que desde já agradecemos.

Concluo com a afirmação da inequívoca determinação da equipa da Autónoma Academy em prosseguir o caminho de melhoria da oferta, da qualidade e do desempenho desta escola, recentemente iniciado.

Lisboa, 20 de Novembro de 2015

Eduardo Cardadeiro
(Diretor da Autonomia Academy)

ACTIVIDADES RELATIVAS AO ANO LECTIVO 2014/2015
CURSOS LIVRES, MBAs e PÓS-GRADUAÇÕES

WORKSHOP TRADOS 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
5	---	5	Certificado Participação

MBA EM GESTÃO E ECONOMIA DA SAÚDE 2013/2015 (duração dois anos)			
Inscrições	Desistências	A frequentar	Média Classificações
17	5	12	Encontram-se a elaborar o projeto final do curso

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREÇÃO E GESTÃO DE SEGURANÇA (5ª Edição) 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
37	2	35	17 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E DIREÇÃO DE SEGURANÇA (6ª edição) 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
45	9	34	16 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM RECINTOS DESPORTIVOS (1ª edição) 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
27	2	25	16 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM TRADUÇÃO 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
14	4	9	16 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO BANCÁRIO E DIREITO DOS SEGUROS 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
14	2	8	16 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO FISCAL 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
38	4	34	14 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
14	4	8	16 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
15	2	10	15 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
18	2	14	15 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NOTARIAL 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
22	3	14	16 valores

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO EMPRESARIAL 2014/2015			
Inscrições	Desistências	Concluíram	Média Classificações
19	3	14	15 valores

Lisboa, 17 de Novembro 2015
Cecília Dias

Anexo III – Conselho Pedagógico

Relatório de Actividades - Conselho Pedagógico 2014 /2015

1. Reuniões

Durante o ano lectivo de 2014 2015, foram remetidas aos Senhores Conselheiros 10 (dez) convocatórias para reunião do Conselho. As reuniões foram agendadas para os dias 17 de Setembro, 9 de Outubro, 10 de Dezembro, 30 de Janeiro; 4 de Março, 10 de Abril, 20 de Abril, 6 de Maio, 25 de Maio e 6 de Julho.

Das 10 (dez) reuniões, só se efectuaram 7 (sete) encontros. As reuniões agendadas para os dias 30 de Janeiro, 4 de Março e 10 de Abril não se cumpriram, por falta de presenças.

As ausências dos Senhores Conselheiros Docentes sem justificação adequada, bem como a complexidade de substituição dos Senhores Conselheiros Discentes, que por motivo de conclusão de curso, ou por outra razão indeterminada, impediram a realização destas sessões. No que diz respeito à representação dos Discentes, neste órgão académico, asseveramos que a representação não se encontra de acordo com os Estatutos da UAL, nem com o disposto no Regimento do Conselho.

Sublinhamos ainda neste ponto das ausências, que o Senhor Presidente do Conselho, no início das sessões, de forma continuada estabeleceu contacto telefónico, para comprovação de presença.

Todavia, importa mencionar que a reunião de dia 30 de Janeiro, não se realizou pelo agravamento da meteorologia, impedindo a chegada da maioria dos Senhores Conselheiros.

2. Deliberações e Informações

Foram apreciados, discutidos e aprovados os seguintes documentos:

- 2.1 Regulamentos e Plano de estudos de novos Cursos (1º, 2º e 3º Ciclos) propostos para acreditação (Actas: 17 de Setembro e 9 de Outubro):
 - Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia
 - Programa Doutoral em Psicologia
 - Doutoramento em Comunicação e Psicologia dos Media
 - Mestrado em Engenharia Informática
 - Licenciatura Engenharia Electrónica e de telecomunicações
 - Doutoramento em Ciências Informáticas Aplicadas ao Mar e às Empresas
- 2.2. Deliberação e Aprovação dos Calendários escolares para o ano lectivo 2014/2015 (Acta 25 de Junho) e, para o ano lectivo de 2015/2016 (Acta 6 de Julho)
- 2.3. Deliberação e Aprovação dos Calendários de Exames para o 1º e 2º semestre (Actas: 10 de Dezembro, 6 de Maio e 25 de Maio)

- 2.4. Deliberação e Aprovação dos Questionários de Auto-avaliação aos Discentes (Acta 10 de Dezembro)
- 2.5. Deliberação e Aprovação dos Questionários de Auto-avaliação aos Docentes (Acta 25 de Maio)
- 2.6. Análise, Deliberação e Aprovação do Regulamento de Matrículas, Inscrições e Propinas (Acta 25 de Maio)
- 2.7. Revisão e Aprovação do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos (Actas 20 de Abril e 6 de Julho, após apresentação de propostas de alteração ao documento, pelo Mag^o Reitor)

3. Observações:

3.1. Informações

Na impossibilidade de realização da reunião agendada para 30 de Janeiro, a Direcção do Conselho emitiu uma informação permitindo que o ponto nº 2 do artigo nº 6 do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos fosse revogado.

Solicitou-se neste âmbito, o contributo dos Senhores Directores de Departamento para uma análise e revisão do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos.

Recebemos apenas os contributos dos Departamentos de Direito e de Ciências e Tecnologias e, o Aditamento do Departamento de Psicologia para a reavaliação do Regulamento.

3.2. Convites à Participação no Conselho Pedagógico

Foram convidados os Directores de Departamento de Arquitectura e História, Artes e Humanidades para participar nas reuniões de 25 de Maio e 6 de Julho.

O Director do Departamento de História, Artes e Humanidades comunicou ao Secretariado do Conselho, que a representação do Curso de História ficaria a cargo Senhora Professora Doutora Isabel Miguéns de Carvalho Homem.

A Senhora Professora participou nas duas reuniões.

O Director de Arquitectura, não respondeu ao 1^o convite para participar na reunião que se realizou a 25 de Maio. Aquando da 2^a convocatória para reunião a 6 de Julho, agradeceu o convite, e informou que na impossibilidade de participar enviaria Representante do Curso. Não compareceu, não notificou da sua ausência e, não enviou representante.

A extensão destes convites à participação nas sessões do Conselho Pedagógico estão relacionados com a inexistência de Representantes dos Cursos de História e Arquitectura no Conselho Pedagógico, mas também pela complexidade de articulação dos Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e o Regulamento de Matrículas, Inscrições e Propinas, com os eventuais Aditamentos pelos Cursos ou Departamentos ao Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos, conforme previsto no Capítulo V artigo nº 24.

Na última reunião do Conselho a 6 de Julho, seguiu-se um encontro informal que permitiu aos Conselheiros partilharem reflexões e avaliarem o final do ano escolar. Agradecemos à Direcção da C.E.U. o ter possibilitado a realização deste encontro em torno de uma refeição.

Lisboa, 24 de Julho de 2015

O Presidente do Conselho Pedagógico

(Professor Doutor João Evangelista de Jesus Hipólito)

Anexo IV – Relatório das atividades da Biblioteca e Editora (EdiUAL)

Relatório de Actividades Biblioteca e Editora (EdiUAL), 2014/2015

1. Biblioteca

A Biblioteca é a estrutura de apoio de acesso à informação, em qualquer suporte, presencialmente ou à distância e serve as seguintes comunidades:

1. Alunos, docentes e funcionários da UAL
2. Escola Superior de Enfermagem
3. Alunos Erasmus
4. Alunos de outras Escolas
5. Outras Bibliotecas (nacionais e estrangeiras)

A Biblioteca tem sete colaboradores, dos quais: uma está permanentemente em Campo de Ourique, duas acumulam com os Serviços Editoriais e uma destas acumula também com o serviço de verificação de originalidade.

Inscrições - Novas 456 (363 no ano anterior)

Atendimento – 68.974 entradas (69.492 em igual período de tempo no ano anterior)

Não contempla a Boavista / Campo de Ourique

Empréstimos, Renovações, Devoluções e Reservas – 16.610 (16.918 em igual período de tempo no ano anterior)

EIB (Empréstimo Inter bibliotecário):

Pedido por nós: 4

Pedido a nós: 5

Difusão Selectiva da Informação (DSI)

Envio de informação diária sobre legislação para todos os leitores inscritos neste serviço.

Formação de utilizadores

Promoveram-se várias acções de formação para alunos e docentes sobre navegação e exploração das Bases de dados, Acesso Aberto e Auto-Arquivo no Repositório Institucional, ministradas pelas Bibliotecárias.

Formação de funcionários

Participação de três pessoas na 5ª Conferência Luso-Brasileira sobre o Acesso Aberto, onde foi apresentado o *poster* COMUNICAR SEM BARREIRAS: CAMÕES, REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UAL.

Depósito Legal

Dando corpo à obrigatoriedade de envio das cópias das teses em papel e suporte digital para a Biblioteca Nacional, procedeu-se ao envio de 12 documentos.

Internet- Manutenção e actualização do sítio da Internet da Biblioteca.

Repositório Institucional

Integraram-se 1292 novos registos (tem 1608 no total). De Outubro 2014 a Setembro 2015 verificaram-se

138.042 consultas

125.548 downloads

Permutas:

Com entidades fixas: 35

Ocasionais - 19

Acesso às Bases de Dados

Registaram-se:

71.993 acessos

109.752 pesquisas

Tratamento documental

A Base de Dados foi aumentada em 1053 registos bibliográficos (dos quais 686 monografias e 367 analíticos, para além dos trabalhos académicos já referidos).

Aquisições

Revistas em papel – 632,65€

Bases de Dados da EBSCO – 54.326,64€

Bases de Dados (Direito) - 1.116,38

Livros - 8.545,66€, de acordo com o quadro seguinte:

ARQUITECTURA	632,57 €
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	175,25€
CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	41,58 €
DIREITO	586,97 €
HISTÓRIA	350,50 €
CIÊNCIAS ECONÓMICAS EMPRESARIAIS	2.346,08 €
PSICOLOGIA	3.189,40 €
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	655,25 €
DIR./REITORIA	0€
INST. ARTES E OFÍCIOS	0 €
AUTÓNOMA ACADEMY	157,55€
Cursos não conferentes de grau	410,51€

Erasmus

No âmbito do regime de mobilidade profissional Erasmus Staff, a Biblioteca recebeu duas bibliotecárias da Lublin University of Technology Library, na Polónia e dois bibliotecários da Universidad de Castilla-La Mancha, Espanha, cuja estadia foi acompanhada pela nossa equipa, num programa que incluiu todas as vertentes de funções desta estrutura.

Visitas de estudo à Biblioteca/Aulas na Biblioteca

Ao longo do ano, com maior incidência no início dos semestres: 14.

Apoio personalizado

Alunos do 2º e 3º ciclo – 9

Docentes - 11

Exposições

Apoio à exposição 'Sonhos de Vida, Relatos de Viagem': instalação, co-criação de textos, visitas guiadas, manutenção e limpeza periódica das vitrinas.

Encontros institucionais

Participação nos encontros sobre a instalação do Sistema Interno da Qualidade.

2. Serviços Editoriais

Estes serviços têm duas colaboradoras, ambas a acumular com o serviço de Biblioteca.

Continua a dar-se corpo à decisão de impulsionar a publicação *online*, estando a edição em papel condicionada às co-edições.

Encorajamento dos docentes para publicação *online* (títulos não constam da lista abaixo).

Promoveram-se reuniões e encontros diversos com o objectivo de se estabelecerem parcerias editoriais.

Manutenção e alimentação do *site* ual.journals.

Manutenção e arrumação do armazém e respetivo inventário.

Faz-se revisão de textos, edição técnica, edição, contactos com paginadores, revisores, tradutores, pedidos de orçamentos, etc.

Mapa de títulos 2014/2015

Título	Origem	Estado	Autores	Publicação / Co-edição
1. The Economic Analysis of Law	CARS	Editado	Arlindo Donário	Co-edição com Sílabos e Desafios
2. A segurança no Cáucaso sul	Observare	Recolha de textos	10	Publicação como e-book
3. Cabo Verde	DCC	Entrega de textos	10	Possível co-edição com Sílabos e Desafios
4. Henry L'Éveque	DHAH	Entrega de textos	2	Co-edição com ???
5. <i>In Memoriam</i> Justino Mendes de Almeida	DHAH	A paginar	19	Co-edição com ACD Editores
6. Norte Júnior	DA/ DHAH	Faltam 3 textos	14	Co-edição com ???
7. O Palácio dos Condes de Redondo	DHAH	Entrega de textos	8	
8. The Islamic State	DRI	Em tradução	Luís Tomé + 10	Co-edição com Media XXI
9. Introdução ao estudo do direito	DD	Em análise pelo eventual co-editor	Pedro Trovão do Rosário + 15	Eventual co-edição com Almedina
10. Manuel da Maia	DHAH	Em preparação		Parceria FCSH e FA/UTL
11. A Cidade Social	DA	Em edição	Ricardo Carvalho	Co-edição com Tinta-da-china
12. Galileu	DD	Publicada	Manuel Guedes Valente	Online
13. Psique	DP	Textos a chegar para traduzir	Iolanda Galinha	Online
14. Janus Anuário	DRI	Na gráfica	Luís Moita	Distribuição Média XXI
15. Introdução à Microeconomia: aplicações práticas	CARS		António Duarte Santos e Sandra Ribeiro	Autor aceitou ser editado através da Reprografia

Encontros institucionais

Participação nos encontros sobre a instalação do Sistema Interno da Qualidade.

3. Verificação de Originalidade

Este serviço é executado por uma pessoa, que acumula com a Biblioteca e os Serviços Editoriais.

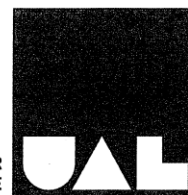
Efectuou-se a mudança de *software*, estando actualmente a ser usado o URKUND.

Face à quantidade de tarefas, e uma vez que o Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos providencia relatórios estatísticos, não se contabilizam as verificações.

23 de Outubro de 2015
Madalena Romão Mira

Anexo V – Relatório das actividades do Provedor do Estudante

PROVEDOR
DO ESTUDANTE



Conhecimento:

Exmos. Senhores
Professor Doutor António de Lencastre Bernardo
Presidente da C.E.U.
Professor Doutor José Guilherme Victorino
Vice-Presidente da C.E.U.
Professor Doutor Fernando Martins
Director da C.E.U.
Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida
Director da C.E.U.
Professor Arquitecto João Pancada Correia
Director da C.E.U.
Professor Doutor José Amado da Silva ✓
Magnífico Reitor



Assunto: Relatório das actividades do Provedor do Estudante respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2015.

Em 5 de Maio de 2015 fui confirmado para um segundo mandato, nos termos do nº 3 do artº 70º dos Estatutos da U.A.L.

A decisão da Direcção da C.E.U. tocou-me pelas palavras e texto exarado em Acta.

As linhas mestras deste mandato têm-se pautado pelas mesmas directrizes do inicial.

Por razões naturais, sobrepueram-se casos práticos às definições teóricas do primeiro ano de mandato.

Seja-me permitido, porém, referir, por estranheza, que o Regulamento do Provedor do Estudante ainda não tenha sido publicitado.

No período em apreço, destaca-se a diversidade do teor das reclamações dos alunos e de docentes que originaram Recomendações de variada índole e que constam do gráfico que faz parte integrante deste relatório.

*Relatório das actividades do Provedor do Estudante respeitante ao período de
1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2015*

1 / 2

CEU - Cooperativa de Ensino Universitário, CRL - Contribuinte 501 641 238
Rua de Santa Marta, 56 - 1169-023 Lisboa - Portugal
T: +351 21 317 76 00 - F: +351 21 353 37 02 - geral@autonoma.pt - autonoma.pt



PROVEDOR
DO ESTUDANTE



Acrescento à frieza do "excel" que a reclamação da Aluna Ariethe Mendonça mereceu especial atenção, dada a sensível matéria que apurei lhe estar subjacente; de igual modo, o mesmo se diga sobre a participação da Senhora Doutora Sandra Ribeiro que, pela gravidade dos factos e consequências levaram, inclusive, a uma Recomendação para alterar o artº 5º do R.G.A.C. para atalhar o mal pela raiz, o que já foi feito, após deliberação do Conselho Pedagógico, como é do Regulamento da U.A.L.


Assunto interessante, pela incidência técnico-jurídica que suscitou foi o levantado pelo Aluno Dr. Vítor Basto sobre a questão do estatuto discente do Trabalhador-Estudante.

No mais, o habitual foi a regra, e as questões foram resolvidas em contactos directos e aconselhamento sobre vias de superação e outras, ainda, em articulação com Directores de Departamento e Delegados de Turma.

Aproveito para agradecer aos que contribuíram para a "paz académica" neste período e a todos que foram solicitados a prestar colaboração ao Provedor do Estudante e à Exma. Direcção, na pessoa do seu Ilustre Presidente e ao Magnífico Reitor pela forma exemplar como, na prática, prestigiaram a entidade orgânica Provedor do Estudante.

Lisboa, 09 de Novembro de 2015.

O Provedor do Estudante



*Relatório das actividades do Provedor do Estudante respeitante ao período de
1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2015*

2 / 2

CEU - Cooperativa de Ensino Universitário, CRL - Contribuinte 501 641 238
Rua de Santa Marta, 56 - 1169-023 Lisboa - Portugal
T: +351 21 317 76 00 - F: +351 21 353 37 02 - geral@autonomia.pt - autonomia.pt



Registo dos Assuntos da Provedoria do Estudante



Nome	Curso	Ano	Diurno/ Pós-laboral	Data	Contacto/s-mail	Assunto	Observações
Alunos 3º ano de Direito	lic. em Direito	3º	Pós-laboral	9-jan-15		Reclamação. Unidade curricular de Direito do Trabalho.	
Marcelo Gouveia	mestrado Direito	---	Pós-laboral	25-mar-15	mg_gouveia@yahoo.com	Docente Fernando Ribeiro Lopes	
Marcelo Gouveia	lic. em Direito	3º	Diurno	30-mar-15	mg_gouveia@yahoo.com	Reclamações	
Marcelo Gouveia	lic. em Direito	3º	Diurno	16-abr-15	mg_gouveia@yahoo.com	Reclamação. UC Direito do Trabalho	
Yolanda Malundo	lic. em Direito	2º	Diurno	20-mai-15	junyo@hotmail.com	Participação da aluna do 2º ano de Direito, diurno, Ariethe Mendonça contra a Colega Yolanda Malundo	
Karla Silva	mestrado Direito	---	---	9-jun-15	912298502	Reclamação apresentada sobre o comportamento da Profª Doutora Constança Urbano de Sousa sobre a prova de mestrado	
Profª Doutora Sandra Ribeiro	lic. em Gestão	---	---	3-jul-15	sandra.chillout@gmail.com	Participação da Profª Doutora Sandra Ribeiro sobre "fraude organizada de cópias"	
Vitor Manuel Pedreda Basto	lic. em Direito	2º	Pós-laboral	10-jul-15	vitor.pedreda.basto@st.gov.pt	Pedido de esclarecimento (Trabalhadores-Estudantes)	
Miguel António Meireles Calejo	lic. em Direito	---	---	15-set-15	miguel.a.meireles@gmail.com	Questão levantada pelo aluno. Bolsa de Estudo.	
Alunos Tiago, Pedro Manuel Branca Ledo e Tiffany Lopes	lic. em Direito	---	---	24-set-15	diaslopes.tiffany@gmail.com; pedro.ledo@scml.pt; tiagommp10@gmail.com	Reclamações horárias.	

ref.



Anexo VI – Centros de Investigação

CENTROS DE INVESTIGAÇÃO RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS 2014-2015

1. Iniciativas e ações concretizadas pela C.E.U, e Centros de Investigação, internamente, e junto da FCT

No quadro das iniciativas e actividades levadas a cabo pela C.E.U. e Centros de Investigação concretizaram-se, no Ano Lectivo de 2014-2015, as ações seguintes:

- a) No decorrer do Ano Letivo de 2014-2015, foi criado o Autónoma TechLab - Centro de Investigação em Tecnologias, unidade integrada no Departamento de Ciências e Tecnologias (DCT), tendo os seus estatutos entrado em vigor, em 24 de Fevereiro de 2015, após aprovação pela Direção C.E.U., e Autoridades Académicas. Foi constituída a equipa de doutorados integrados, e desde então, a par da criação de linhas de investigação, a actividade principal do Autónoma TechLab tem-se centrado na produção científica por parte dos seus investigadores.
- b) Foi criado o Centro de Investigação INNOVARE - Center of Research of Management, Economy and Finance, unidade integrada no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (DCEE), por despacho da Direção da C.E.U., datado de 24 de Fevereiro de 2015, tendo sido, naquela data, nomeado para Diretor, o Prof. Doutor Domingos Ferreira. Este Centro ainda se encontra em fase de instalação.
- c) No âmbito do concurso promovido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para candidaturas de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os Domínios Científicos, destinado a apoiar "ideias que contribuam de forma significativa para o avanço do conhecimento, e (...) impacto internacional", a Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) concorreu, em Janeiro de 2015, com a submissão de 4 projetos através de dois Centros de I&D, a saber: Centro de Investigação em Ciências Jurídicas – Ratio Legis, através da Prof^a Constança Urbano de Sousa, enquanto Investigadora Responsável, com equipa de investigadores do Centro, e elementos externos à UAL; CIP - Centro de Investigação em Psicologia, com a submissão de três projetos: 1) Prof^a Odete Nunes, enquanto Investigadora Responsável, e equipa formada por investigadores do CIP; 2) Prof. Tito Laneiro, enquanto Investigador Responsável, e equipa formada pelos investigadores da linha de investigação que coordena, e de Instituições estrangeiras; 3) Profs. João Hipólito e Sandra Figueiredo, o primeiro enquanto Investigador Responsável, e equipa formada por investigadores do CIP, e da Universidade de Aveiro. Não obstante a classificação atribuída aos projetos apresentados por ambos Centros, ter sido bastante positiva, não foi, contudo, suficiente para a atribuição de financiamento.

Obs. Há ainda a destacar que, além dos 4 projetos acima mencionados, o Observare em colaboração com a METU, tinha em curso a candidatura de um projeto concebido para financiamento que incluía a congénere turca TUBITAK, porém, questões burocráticas impediram a METU de concretizar essa candidatura atempadamente na Turquia, impedindo portanto que o OBSERVARE consumasse a respectiva candidatura na FCT. É intenção das Instituições envolvidas voltar a submeter o projeto a financiamento a um novo programa FCT-TUBITAK já na próxima abertura de concurso, prevista para Janeiro de 2016.

- d) Na sequência da classificação – *Bom* – atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) ao OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores, e CIP - Centro de Investigação em Psicologia, no âmbito do concurso de Avaliação e Financiamento das Unidades de Investigação (Dezembro de 2013), resultou o financiamento a ambos Centros, conforme orçamento e plano de actividades descritas nas respectivas candidaturas. Desta feita, e em face dos pressupostos apresentados, foi atribuído financiamento no valor de cinquenta mil euros ao Observare (composto pelo financiamento base, financiamento de Unidades de I&D, e pelo financiamento

atribuído no âmbito do Regulamento do Fundo de Reestruturação), e de quinze mil euros ao CIP (no âmbito do financiamento de Unidades de I&D). No dia 19 de Maio de 2015, a FCT efectuou o pagamento, a título de adiantamento de 15% do financiamento total do valor atribuído ao Observare, e o pagamento de 1/3 ao CIP, a executar conforme condições acordadas nos respetivos “Termos de Aceitação”, documento contratual assinado pelos responsáveis máximos da Instituição Proponente, ou seja, a Cooperativa de Ensino Universitário – C.E.U., e o Coordenador da Unidade de I&D, Prof. Luís Moita, e Investigador Responsável, Prof.^a Odete Nunes, respectivamente. O período de execução do financiamento atribuído ao Observare, estende-se por 24 meses, e o do CIP, por 36 meses, eventualmente renovável, em ambos casos, por igual período de acordo com a avaliação intercalar prevista.

- e) Em Setembro de 2015, o investigador Lucas Grassi Freire, concorreu, enquanto membro Integrado do Observare, ao concurso Investigador FCT 2015, promovido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com o objectivo de desenvolver actividade de investigação na Instituição de acolhimento através da Unidade de I&D: Observare. Apesar de a candidatura ter sido submetida com sucesso, com envio da “Declaração de Compromisso”, documento contratual assinado pelo responsável da Instituição gestora, ou seja, a Cooperativa de Ensino Universitário – C.E.U., e o Coordenador da Unidade de I&D, no qual se garantia a autonomia científica do investigador, e condições adequadas à implantação do projeto de investigação proposto, o investigador Lucas G. Freire não foi admitido, conforme lista publicada pela FCT, em 2 de Novembro de 2015. Fica a nota de que foram submetidas 1406 candidaturas, e admitidas 1355 a concurso (no momento, aguardam informação se obterão, ou não, financiamento).

2. Actividades científicas desenvolvidas pelos Centros de Investigação

No quadro das diversas actividades científicas desenvolvidas através dos Centros de Investigação, linhas de investigação, e respetivos projetos, foram concretizadas, no Ano Lectivo de 2014-2015, as ações seguintes:

OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores (Director: Prof. Doutor Luís Moita)

O Centro levou a cabo diversas actividades de I&D no âmbito dos projetos agregados às 3 linhas de investigação: Estudos de Segurança, da Paz e da Guerra; Espaços Económicos e Gestão de Recursos; Povos e Estados. No que respeita à primeira, prosseguiram os trabalhos em torno do projeto *Islamic State – the new global jihadist phenomenon*, sob coordenação do Prof. Luís Tomé, constituído por uma equipa transnacional de 10 investigadores, alguns dos mais proeminentes especialistas em Portugal, Itália e Turquia. Deste projeto, iniciado no ano transato, e com finalização prevista em Outubro p.p., em termos de produção científica, resultou a publicação de 3 livros; 9 capítulos de livro; 2 artigos em revista científica indexada na Scopus (Janus.net); 2 artigos em revistas nacionais com refere; 2 artigos em revistas nacionais sem refere. Em termos de colóquios e conferências, os investigadores participaram em 2 conferências científicas internacionais com refere; 1 conferência científica internacional sem refere; 12 conferências científicas nacionais sem refere, 1 *paper* e 2 *abstracts* publicados nos *proceedings* de Conf., todos sobre Terrorismo e Estado Islâmico, tanto em Portugal (UAL, Instituto de Estudos Superiores Militares, Instituto da Defesa Nacional e Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna) como no estrangeiro (La Sapienza-Università di Roma; Middle East Technical University/METU, Turquia, e International Association of Political Science Students/IAPSS, Praga-Rep. Checa). Neste âmbito, está prevista a organização de uma conferência internacional, a realizar-se na UAL, no dia 11 Dezembro 2015, intitulada: “Estado Islâmico/Islamic State”. Integra também esta linha de investigação o projeto: *Justiça Penal Internacional entre Duas Culturas*, sob coordenação dos Profs. Patrícia Galvão Teles e Mateus Kowalski, iniciado em 2012, e com finalização prevista em 2017, do qual fazem parte mais dois investigadores. Deste projeto, em termos de produção científica, resultou a publicação de 8 artigos em revista científica indexada na Scopus (Janus.net). No que respeita à segunda linha de investigação, prosseguiram os trabalhos em torno do projeto: *Poder e recursos energéticos*, sob coordenação do Prof. Filipe Romão, iniciado em Setembro de 2013, e com finalização prevista em

2017, tendo em termos de produção científica, resultado a publicação de 2 artigos em revistas nacionais sem refere; 1 participação em conferência científica internacional sem refere; 6 em conferências internacionais sem refere, tendo ainda sido responsável, entre outras actividades, pela organização de 4 seminários. No que respeita à segunda linha de investigação, prosseguiram os trabalhos em torno do projeto denominado: *Cidades e Regiões: a Paradiplomacia em Portugal*, iniciado em Setembro de 2013, e com finalização prevista em 2017, sob coordenação geral da Prof. Helena Curto, e do qual fazem parte mais 5 investigadores, entre os quais uma bolseira de pós-doutoramento, contratada ao abrigo do financiamento FCT. Do projeto, em termos de produção científica, resultou a publicação de 1 artigo em revista científica indexada na Scopus (Janus.net). Integrado no Centro, decorre o projeto *Euro-Mediterranean Security*, sob coordenação da Prof^a. Constança Urbano de Sousa tendo, em Junho de 2015, os resultados da investigação sido anunciados na 14th METU Conference on International Relations, na Middle East Technical University, Turquia. O Centro organizou a conferência "O 'Estado Islâmico', (Dezembro, 2014) com a participação dos Profs. Luís Moita (moderador), Luis Tomé, Felipe Pathé Duarte, Luís Valença Pinto e Huseyin Bagci; a conferência "O restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA e o futuro do sistema interamericano" (Janeiro, 2015) com a participação, entre outros, dos Profs. Carlos Malamud (Real Instituto Elcano), Andrès Malamud; a conferência "Faz sentido falar-se de 'Potências Emergentes'?" (Fev., 2015) com a participação, entre outros, de Reginaldo Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e de Mónica Hirst (Universidade Torcuato di Tella de Buenos Aires). Finalmente, o Centro levou a cabo o V Programa de Cátedras de Professores Visitantes: Cátedra Halford Mackinder com o Prof. Huseyin Bagci da Middle East Technical University de Ancara, tendo apresentado 2 conferências: *Characteristics and trends in world geopolitics*, e *The position of Turkey in the Geopolitics of Eurasia and the Mediterranean*; Cátedra Joseph Schumpeter com o Prof. Giuseppe Ammendola da Universidade de Nova Iorque, EUA, com 2 conferências: *The 2014 US mid-term elections*; *Oil and International Relations*.

CIP - Centro de Investigação em Psicologia (Director: Prof. Doutor João Hipólito)

No âmbito da linha global de investigação do Centro – *Vulnerabilidade Psicossocial e Contextos Instáveis* – prosseguiram os trabalhos em torno de sete projetos de investigação que a integram, tal como seguem: *Efeitos da percepção da experiência do parto na vinculação parental e na relação conjugal*, projeto sob coordenação da Prof^a. Odete Nunes, iniciado em 2012, integra um total de sete investigadores, entre eles duas investigadoras de instituições externas: Elizabeth Spitz (Laboratório APEMAC/Univ. Lorraine), e Isabel Silva (Universidade Fernando Pessoa), contando ainda com a colaboração de seis alunos(as) de mestrado (5) e licenciatura (1). Das atividades de I&D desenvolvidas, em termos de colóquios e conferências, resultou a apresentação de 2 *posters* e 2 comunicações em Congresso científico internacional com refere; 1 comunicação em conferência científica nacional sem refere. Em termos de produção científica, resultou a publicação de 1 *paper* e 2 *abstracts* publicados nos *proceedings* do Congresso, estando 2 *papers* em fase de publicação. Ainda no âmbito do projeto resultaram as seguintes acções: realização de 1 conferência nacional "Transição do casal para a parentalidade"; submissão do projeto a concurso, para financiamento, junto da FCT; 1 entrevista de Rádio; recolha de dados qualitativos de 39 entrevistas, e a realização de 1 *workshop* para pais na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; *Repositório de Instrumentos de Avaliação para Aprendentes de Língua Segunda em Contexto Educativo*, projeto sob coordenação da Prof^a. Sandra Figueiredo, no âmbito da bolsa de pós-doutoramento, iniciado em 2013, e com finalização prevista em 2019. Das atividades de I&D desenvolvidas, em termos de produção científica resultou a publicação de 2 capítulos de livros; 3 artigos em revistas internacionais com refere; participação em 3 congressos científicos internacionais com *referee*; 1 congresso científico internacional com *refere*; *Promoção da qualidade das relações interpessoais, da saúde e do bem-estar dos Enfermeiros*, projeto sob coordenação do Prof. Tito Laneiro, iniciado em finais de 2014, e com finalização prevista em 2018, é constituído por 10 investigadores, 5 dos quais pertencem a instituições externas, tendo resultado, em termos de conferências, 4 comunicações em conferências científicas nacionais sem refere, e a organização de 2 conferências, que teve como convidado o Prof. Doutor Michael Leiter, da Acadia University; *Estudo da relação entre qualidade do sono, desempenho académico, comportamento em sala de aula e bullying em crianças de idade escolar*,

projeto sob coordenação da Prof^a. Ana Gomes, iniciado em 2013, com finalização prevista em 2016, em termos de produção científica, resultou 1 livro; 1 artigo em revista científica internacional com *referee*; 1 artigo em revista científica indexada na Scopus; 3 comunicações em conferência científica internacional com *refere*; 1 conferência científica nacional com *refere*; *Alternância Vigília Sono e Sonho e o desenvolvimento da consciência humana na perspetiva transcultural*, projeto sob coordenação do Prof. António Mendes Pedro, iniciado em 2014, e com finalização prevista em 2017, constituído por 6 elementos (entre investigadores e colaboradores), e 2 consultores de instituições externas, tendo sido organizada 1 conferência na UAL, cujo orador foi o Prof. Allan Hobson, um dos consultores; *Trabalho e Sofrimento*, projeto sob coordenação do Prof. António Mendes Pedro, iniciado em 2014, e com finalização prevista em 2017, constituído por 11 elementos, (colaboradores e consultores), tendo sido apresentadas 3 comunicações em conferências científicas internacionais com *referee*; *Preditores Transculturais do Bem-Estar*, projeto sob coordenação da Prof^a. Iolanda Galinha, iniciado em 2014, e com finalização prevista em 2015, constituído por 6 investigadores, do qual resultou, em termos de produção científica, a submissão de 4 artigos em revistas científicas internacionais com *peer-reviewed*, e 1 *abstract* para comunicação no Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde. No contexto das actividades do CIP-UAL, foi ainda desenvolvido o trabalho de Direção e Coordenação Editorial da publicação científica em Psicologia – Revista *Psique*. Deste trabalho resultará a publicação de volume XII, que está em fase de revisão formal dos artigos. Estima-se que a revista seja enviada para publicação até final do corrente ano de 2015. Durante este ano foi alargada a equipa editorial.

RATIO LEGIS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas (Director: Prof. Doutor Pedro Trovão do Rosário).

Este Centro prosseguiu com diversas actividades no âmbito das três linhas de investigação: *Freedom, Security and Justice and the Rights of the Human*, sob coordenação da Prof^a. Constança Urbano de Sousa, constituída por uma equipa de 9 investigadores, e 7 doutorandos, tendo resultado, em termos de produção científica, da autoria do Prof. Pedro Trovão do Rosário a publicação de 1 artigo em revista internacional com *refere*, e 2 artigos em revistas nacionais com *refere*, e os seus investigadores participado em 9 conferências, 1 no estrangeiro, e as restantes no País. Ainda no âmbito desta linha, os Profs. Pedro Trovão do Rosário e Paula Lourenço organizaram as Jornadas sobre a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, em parceria com a Ordem dos Advogados – CDL, e o Centro de Estudos Judiciários (Junho de 2015). No âmbito da linha *Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*, a Prof^a. Constança Urbano de Sousa, em conjunto com os investigadores Yves Pascou, Investigador Responsável, Francisco Pereira Coutinho, e Miguel Santos Neves, submeteu um projeto junto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Os objetivos previstos para o mesmo não foram atingidos por falta de financiamento, tendo sido, sobre aquela temática publicados 2 artigos em revistas nacionais com e sem *referee*, respectivamente, e realizada 1 comunicação, em conferência científica nacional com *refere*. Apesar da falta de financiamento por parte da FCT, a título individual, a Prof^a. Constança Urbano de Sousa deu continuidade à investigação sobre o tema. Nesse sentido, foram publicados além dos artigos acima referidos, 4 capítulos de livro, 1 artigo em revista nacional com *refere*, e em termos de conferências, participação em 5 conferências científicas internacionais, e 6 nacionais, ambas sem *referee*, estando 1 comunicação em fase de publicação. No âmbito da linha de investigação Market Regulation and taxation, prosseguiu o projeto *A União Bancária e a reforma do modelo de regulação financeira em Portugal: o caso da resolução do BES*, sob coordenação do Prof. António Saraiva Matias, iniciado em 2015 e com finalização prevista em 2017, com colaboração do Prof. Miguel Santos Neves, e de 1 assistente de investigação, tendo resultado, em termos de conferências, a participação em 2 conferências científicas internacionais com *referee*. Ainda no âmbito desta linha resultou, por parte de outros investigadores do Centro, a publicação de 2 artigos em revistas internacionais com *refere*, e 1 em revista nacional, sem *referee*, bem como a participação em 3 conferências nacionais, sem *referee*, e 1 no estrangeiro. No âmbito do Seminário Permanente de qualificação do corpo docente e discente, em complemento ao curso de Doutoramento, o Centro organizou 8 seminários, com a colaboração do Departamento de Direito, tendo ainda o Ratio Legis sido responsável pela organização de outras 5 conferências alusivas a temas das linhas de investigação.

CEACT - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território (Directora: Prof. Doutora Filipa Ramalhete)

O Centro prosseguiu com as actividades programadas em torno da concretização de 7 projetos: a *Estudoprevio.net*, revista *online* com publicação semestral, da qual foi lançado, em 2015, o n.º 7 (1º semestre), e o n.º 8 (a sair em Dezembro do corrente), que incluirá, tal como planeado, um dossier que resultante do painel co-organizado pelo CEACTION no congresso CIEF 2015, em Zagreb; *Laboratório de Intervenção em Arquitectura*, projeto realizado em articulação com duas associações locais, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental e o Centro de Arqueologia de Almada, e que contou com a participação de cerca de 40 alunos, e 2 tutores, tendo sido intervencionado o espaço exterior da Quinta dos Inglesinhos, e a Câmara M. de Almada disponibilizado materiais de construção. Deste projeto resultou ainda 1 artigo em revista internacional com *referee*, e 1 comunicação em conferência nacional sem refere; Construção do *Atlas da Almirante Reis*, projeto sob coordenação da Prof.ª Filipa Ramalhete, em parceria com o CICS.Nova - Centro de Investigação Interdisciplinar da Univ. Nova de Lisboa, teve início em 2015, com a finalização prevista em 2017, contempla 10 investigadores, e 2 alunos, tendo neste ano sido efectuado trabalho de campo, desde análise e produção de cartografia, levantamento bibliográfico, estabelecimento de parcerias locais; *Lisboa 2050 - utopias, distopias e estratégias urbanas para uma cidade em risco / ASSIM - Activating Service-Sharing at InterMunicipal Scale*, projeto sob coordenação da Prof.ª Filipa Ramalhete e João C. Lopes, teve início em 2015, e com finalização prevista em 2017, foi proposto e desenvolvido por uma equipa mais alargada da UAL, submetido, e aprovado pelo Cluster Dorothy. Foram estabelecidos contactos com vários parceiros institucionais para a plena integração do projeto no Cluster e para dar início a um estudo de caso com dois municípios da área metropolitana de Lisboa. Em termos de conferências em que participaram os investigadores do CEACTION, foi aprovada a participação na conferência internacional SIEF15, com e comunicações, e coordenação de um painel, que recebeu dezassete propostas de comunicação, tendo sido aceites e apresentadas dez. Em resultado do convite efectuado, cinco textos serão publicados no n.º 8 da revista *estudoprevio.net*, estando neste momento em processo de revisão por pares.

CICH - Centro de Investigação em Ciências Históricas (Director: Prof. Doutor Miguel F. de Faria)

No âmbito da linha de investigação *História e Cultura das Organizações: Passado, Presente e Futuro*, prosseguiu o trabalho em torno do projeto: *Guia de História Financeira em Portugal, séculos XIX e XX*, sob coordenação dos Profs. José Amado Mendes e Miguel F. de Faria, e composto por 4 investigadores, iniciado em Março de 2014, e com finalização prevista em 2016. O *Guia de História Financeira em Portugal...*, [atualmente com 231 pp.], pretende ser um instrumento de consulta para os investigadores/docentes que se dediquem à história económica e, em especial, à história empresarial ou história das instituições financeiras, encontra-se em fase revisão científica por parte do coord. José Amado Mendes, estimando-se a edição da presente obra ao longo do primeiro semestre de 2016, embora esse objetivo também esteja dependente do processo editorial e das entidades nele envolvidas.

CARS - Centro de Análise Económica da Regulação Social (Director: Prof. Doutor Arlindo Alegre Donário)

No âmbito da linha de investigação - *Regulação Económica e Social* - este Centro teve em curso um projeto de investigação centrado na nova economia comportamental e análise económica do direito, iniciado em Outubro de 2014, e finalizado em Setembro p.p., tendo esta investigação como objectivo integrar na análise económica os recentes contributos da economia comportamental e da neurociência. Para o efeito, entre as actividades desenvolvidas, foi levado a cabo o levantamento e estudo da bibliografia, bem como a observação da realidade nacional e internacional. Deste projeto resultou, em Maio de 2015, a publicação pela EDIUAL a publicação da obra "The Economic Analysis

of Law: The Effects of Liability on Road Safety – The Portuguese case”, da autoria do Prof. Arlindo Donário.

CELCT - Centro de Estudos Linguísticos, Comparados e Multimédia (Diretora: Prof. Doutora Isabel Silva)

No âmbito da linha de investigação – Vozes do Discurso e a Construção do Significado e da Identidade – este Centro teve em curso o projeto *Discurso, identidade e tecnologia*, sob coordenação da Prof^a Isabel Silva, e colaboração de duas investigadoras. Neste âmbito, procedeu-se à realização e análise de entrevistas a alunos da PG em Tradução (curso em regime de e-learning); à avaliação do impacto das TIC na aprendizagem (do ponto de vista da aprendizagem e da satisfação percebida); à análise de texto produzido em contexto tecnológico e questões de (im)politeness, bem como a análise comparativa de diferentes estratégias de ensino/aprendizagem. A nível de produção científica, foi publicado 1 artigo em revista internacional com *referee*, 1 *paper* publicado nos *proceedings* da Conf., e apresentadas 3 comunicações em conferências científicas, 2 a nível internacional, e 1 nacional, ambas com *referee*.

Autónoma TechLab – Centro de Investigação e Tecnologias (Director: Prof. Doutor Paulo Enes da Silveira)

O Autónoma TechLab, unidade integrada no Departamento de Ciências e Tecnologias (DCT), foi criado no decorrer do ano lectivo de 2014-15, tendo os seus estatutos entrado em vigor em Fevereiro de 2015. A actividade principal do Centro centrou-se na produção científica através dos seus 10 investigadores, a qual se traduziu na publicação de 1 livro, 3 capítulos de livro, 7 artigos e 17 *papers* em conferências. Neste início de actividades, 6 investigadores do Centro participaram, juntamente com colegas do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território (CEACT) - quem inicialmente fez a proposta de participação -, e do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (DCEE), em várias reuniões preparatórias nesta iniciativa da UAL, tendo os primeiros contribuído com a caracterização das componentes tecnológicas do projeto. A proposta da equipa da UAL, membro recente do “Lisbon and Tagus Vallery Urban Logistics Cluster” do projeto DOROTHY, intitulou-se “ASSIM – Activating Service-Sharing at InterMunicipal Scale” estando centrado em aspectos tecnológicos relacionados com Bases de Dados e Sistemas de Informação Geográfica, bem como uma aplicação informática para a partilha intermunicipal em causa, tendo sido apresentada em dois eventos: Comunidade InterMunicipal Oeste (Junho, 2015), e “Lisbon and Tagus Vallery Urban Logistics Cluster” (Julho, 2015). Neste momento toda a equipa está focada na procura de entidades parceiras, a fim de se constituir como proposta de Projeto à Comissão portuguesa do Cluster DOROTHY.

INNOVARE – Center of Research of Management, Economy and Finance (Director: Prof. Doutor Domingos Ferreira)

No que se refere ao INNOVARE, o recém-criado Centro de investigação ainda se encontra em processo de instalação (com os estatutos ainda em fase de aprovação por parte da Direção CEU, e Autoridades Académicas), não obstante, o Prof. Domingos Ferreira, tem vindo a promover reuniões junto dos docentes do DCEE, por forma a estabelecer a equipa de investigadores, e a criar linhas de investigação, tendo sido já apresentadas algumas propostas por parte dos Profs. George Gork, Vera Pedragosa e Domingos Ferreira, respectivamente.

Nota: As actividades científicas desenvolvidas por cada um dos Centros de Investigação, encontram-se descritas, em detalhe, no Relatório Científico Anual 2013-2014, que contempla o Formulário.

GAID, 16 de Novembro de 2014
Cristina Dias

Anexo VI – Lista dos docentes com carga horária atribuída

Lista dos docentes com carga horária atribuída no ano letivo 2014/2015

Designação	Nome	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Dep. Arquitetura	Ana Filipa Ribeiro Ramalhete	Doutor	Proteção do ambiente	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	António Marques Miguel	Licenciado	Arquitectura e construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Carlos M. Pereira Nogueira	Licenciado	Artes	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Cláudia Costa Rodrigues Pinto	Doutor	Ciências físicas	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	Egas José Vidigal Vieira	Especialista	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Fernando M. Alves Rodrigues	Especialista	Arquitectura e construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Francisco Xavier Aires Mateus	Especialista	Arquitectura e construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	Inês Varela Maia Lobo	Especialista	Arquitectura e construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	João Manuel Belo Rodeia	Licenciado	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	João Manuel Gomes Silva	Licenciado	Arquitectura e construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	João P. Santa-Rita Fernandes	Especialista	Arquitectura e construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	José Adrião Costa Martins	Especialista	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	José A. Monterroso Teixeira	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Manuel Carlos Graça Dias	Doutor	Arquitectura e construção	Prof. Catedrático	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Manuel Carlos Lacerda Matos	Mestre	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Manuel Joaquim Soeiro Moreno	Doutor	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	Maria Tavares Conceição	Doutor	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	Nuno A. Coimbra Crespo	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Nuno Miguel Ribeiro Mateus	Doutor	Arquitectura e construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Paulo Jorge Seródio Lopes	Licenciado	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Pedro Júlio Guerreiro Reis	Especialista	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	Ricardo M. Finuras Carvalho	Doutor	Arquitectura e construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Arquitetura	Rodrigo Pinto Duarte Rosa	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Rui Miguel Gonçalves Mendes	Especialista	Arquitectura e construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Arquitetura	Telmo Pissarra Abreu Cruz	Especialista	Arquitectura e construção	Assistente Convidado	Tempo integral
Dep. Arquitetura	Vitor Manuel Belchior Coelho	Licenciado	Arquitectura e construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc. Comunicação	Adelino Clemente Gomes	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Alexandre M. Fonseca Leite	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Bruno Miguel Carriço Reis	Doutor	Informação e jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Célia Jesus Fialho Quintas	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc. Comunicação	Inês Albuquerque Amaral	Doutor	Informação e jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	João Carlos Santareno Sousa	Especialista	Informação e jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	João Francisco Marinho Louro	Especialista	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc. Comunicação	João Maria Ribeiro Mendes	Doutor	Informação e jornalismo	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc. Comunicação	José Guilherme Sousa Victorino	Doutor	Informação e jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Lídia Soraya Barreto Maropo	Doutor	Informação e jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Luísa M. D' Andrade Godinho	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Miguel Nuno Van-der Kellen	Licenciado	Informação e jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Paula Cristina Rosário Lopes	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Pedro Borges Silva Pinto	Especialista	Ciênc. sociais e do comport.	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc. Comunicação	Reginaldo Rodrigues Almeida	Doutor	Informação e jornalismo	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Ricardo José Silvestre Silva	Licenciado	Informação e jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Telma Maria Campos Ruas	Mestre	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc. Comunicação	Vasco Arnaldo Matos Trigo	Licenciado	Matemática e estatística	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Alexandre M. Picanço Mestre	Mestre	Ciênc. sociais e do comport.	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Amílcar Santos Gonçalves	Doutor	Matemática e estatística	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Ana Cristina Pardal Garcia	Licenciado	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial

Designação	Nome	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Dep. Ciênc Econ Empres	Ana Margarida Leal Furtado	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Ana Maria Lourenço Quaresma	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Ana Paula Ambrósio Rodrigues	Licenciado	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Ana Sofia Terlica Pereira	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	António José Garção Cabeças	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Arlindo Alegre Donário	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Bruno Henrique Melo Maia	Doutor	Matemática e estatística	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Carlos Manuel Alves Pereira	Doutor	Ciências empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	David Manuel Monge Silva	Licenciado	Serviços pessoais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Denise Cristina Capela Santos	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Domingos José Silva Ferreira	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Eduardo Almeida Cardadeiro	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Fábio Ferreira Albuquerque	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Fernando José Santos Tenreiro	Doutor	Serviços pessoais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Georg M. Jeremias Dutschke	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Gonçalo Jorge Morais Costa	Mestre	Ciências empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Henrique Manuel Lima Fiúza	Licenciado	Ciências empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Henrique Nuno Santos Morais	Especialista	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	João Adelino Pereira Ribeiro	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	João Carlos Simões Morais	Licenciado	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Joaquin Texeira Quirós	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Jorge Alves Araújo	Doutor	Serviços pessoais	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	José Joaquim Afonso Diz	Especialista	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	José Manuel Alves Pereira	Mestre	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	José Manuel Brito Almas	Mestre	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Lúcio Miguel Teixeira Correia	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Luís Artur Alves Rita	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Luís Paulo Ferreira Relógio	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Manuel Jesus Farto	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Maria Helena Lopes Curto	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Maria Margarida Araújo Silva	Licenciado	Ciênc. sociais e do comport.	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Maria Rosário F. Justino	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Mário João Coutinho Santos	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Miguel Jorge Campos Cruz	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Nuno Ricardo Borges Santos	Licenciado	Ciênc. sociais e do comport.	Assistente Convidado	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Rafael Luis Vidigal Salgueiro	Licenciado	Serviços pessoais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Renato Telo Barbosa Pereira	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Samuel Almeida Silva	Especialista	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Sandra C. Antunes Ribeiro	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Sérgio Almeida Rosa	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciênc Econ Empres	Sérgio Leonel Costa Pontes	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Vera Marisa Dias Pedragosa	Doutor	Serviços pessoais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciênc Econ Empres	Vitor Manuel Batista Pataco	Mestre	Ciências empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Ciências Tecnologia	Alberto Conceição Carneiro	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciências Tecnologia	Gonçalo Ramiro Valadão Matias	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Isabel Maria Borges Alvarez	Doutor	Informática	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	João Ernesto Vela Bastos	Licenciado	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Joaquim Mesquita Cunha Viana	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Ciências Tecnologia	José Manuel Brás Santos	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial

Designação	Nome	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Dep. Ciências Tecnologia	Mário Pedro Marques Silva	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Nuno Gonçalo Bandeira Brás	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Patrícia Ferreira Ramos	Doutor	Matemática e estatística	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Paulo António Enes Silveira	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Paulo José Serpa Cabrita	Especialista	Eng ^a e técnicas afins	Assistente Convocado	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Ricardo Nuno Mendão Silva	Doutor	Informática	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Rui António Policarpo Duarte	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Ciências Tecnologia	Sofia Ester Pereira Reis	Doutor	Informática	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	Alice Maria Mendes Feiteira	Mestre	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Dep. Direito	Ana Cristina Abrunhosa Santos	Licenciado	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Dep. Direito	Ana Cristina Roque Santos	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Ana Paula Ferreira Lourenço	Especialista	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Dep. Direito	André Claro Amaral Ventura	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Anja Martha Bothe	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	António Carlos Santos	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	António Pedro Azevedo Ferreira	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Armindo Saraiva Matias	Doutor	Direito	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. Direito	Carlos Alberto Campos Lobo	Especialista	Direito	Prof. Convocado	Colaboração
Dep. Direito	Diogo José Leite Campos	Doutor	Direito	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. Direito	Duarte Nuno Pessoa Vieira	Doutor	Saúde	Prof. Convocado	Colaboração
Dep. Direito	Eduardo Silva Costa	Especialista	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Fernando José Silva	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Fernando Ribeiro Lopes	Licenciado	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	Helena Cristina Costa Tomaz	Mestre	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Dep. Direito	Henrique Hilário Dias Silva	Mestre	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	Joana Aurora Mendes Rodrigues	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Jorge Cláudio Bacelar Gouveia	Doutor	Direito	Prof. Catedrático	Tempo parcial
Dep. Direito	Jorge Miguel Morais Carvalho	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	José F. Farinha Tavares	Especialista	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	José Joaquim Monteiro Ramos	Licenciado	Direito	Prof. Convocado	Colaboração
Dep. Direito	Luís Guilherme Pina Catarino	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	Luís Manuel Menezes Leitão	Doutor	Direito	Prof. Catedrático	Tempo parcial
Dep. Direito	Manuel M. Guedes Valente	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	Manuel Tomé Soares Gomes	Licenciado	Direito	Prof. Convocado	Colaboração
Dep. Direito	Margarida Andrade Bacharel	Mestre	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	Maria Constança Urbano Sousa	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Maria Fátima Pinto Galante	Especialista	Direito	Prof. Convocado	Colaboração
Dep. Direito	Miguel Fernando Santos Neves	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Nídia Filomena Leiria Antunes	Mestre	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Dep. Direito	Paulo Jorge Nogueira Costa	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	Pedro Gonçalo Trovão Rosário	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Rodrigo Manuel Silva Santiago	Mestre	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Direito	Ruben Bahamonde Delgado	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Direito	Rui Manuel Freitas Rangel	Especialista	Direito	Prof. Convocado	Colaboração
Dep. Direito	Stela Marcos Neves Barbas	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	Adolfo António Silveira Martins	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. História Artes e P.	Aline Gallasch Hall Beuvink	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	Amadeu José Carvalho Homem	Doutor	Humanidades	Prof. Catedrático	Tempo parcial
Dep. História Artes e P.	Ângela Maria Vieira Domingues	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar com Agregação	Tempo parcial

Dep. História Artes e P.	Nome	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Dep. História Artes e P.	Armando Luís Carvalho Homem	Doutor	Humanidades	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	Carmen D. Franco Gonzalez	Licenciado	Ciências físicas	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	Fernando Rodrigues Martins	Mestre	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	Hermínio Conceição Esteves	Mestre	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	João Afonso Pancada Correia	Especialista	Arquitetura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	João Luís Silva Sousa	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar com Agregação	Tempo parcial
Dep. História Artes e P.	José Augusto Martins Ramos	Doutor	Humanidades	Prof. Catedrático	Tempo parcial
Dep. História Artes e P.	José Manuel Fernandes Rolão	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	José Manuel Lopes Subtil	Doutor	Humanidades	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	José Maria Amado Mendes	Doutor	Humanidades	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	Maria Isabel Carvalho Homem	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. História Artes e P.	Marta Coelho Macedo	Doutor	Arquitetura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. História Artes e P.	Miguel Filipe Figueira Faria	Doutor	Artes	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Ana Maria Pires Gomes	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	António F. Mendes Pedro	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Carlos José Godinho Calado	Especialista	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Catarina Bernardes Fonseca	Mestre	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Convidado	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Catarina Sofia Freire Agostinho	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Cláudia Delane Silva Castro	Especialista	Ciênc. sociais e do comport.	Assistente Convidado	Tempo integral
Dep. Psicologia	Fernanda Lencastre Bernardo	Especialista	Serviços de transporte	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Fernando C. Pinheiro Amorim	Especialista	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Filipe António Abreu Gonçalves	Mestre	Saúde	Prof. Convidado	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Francisco Moniz Pereira	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Iolanda Carla Costa Galinha	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	João Evangelista Jesus Hipólito	Doutor	Saúde	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. Psicologia	Joaquim Ferreira Monteiro	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Psicologia	José M. Guimarães Magalhães	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Luís Carlos Santos Cardoso	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Manuel Sommer	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Maria Luísa Peralta Ribeiro	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Convidado	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Maria Odete Santos Nunes	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Mónica Rute Taveira Pires	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Paula Cristina Pires Carvalho	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Rui Figueiredo Bernardino	Especialista	Saúde	Prof. Convidado	Tempo parcial
Dep. Psicologia	Rute Sofia Lopes Dias	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Sandra Bastos Figueiredo	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Psicologia	Tito Rosa Laneiro	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	Amadeu Ferreira Paiva	Especialista	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Rel Internacionais	Ana Raquel Rosa Vaz-Pinto	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	António José Martins Seguro	Especialista	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Convidado	Tempo parcial
Dep. Rel Internacionais	António M. Caldeira Gomes	Doutor	Humanidades	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	Brígida João Rocha Brito	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	Filipe Luís Vasconcelos Romão	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	Francisco Manuel Seixas Costa	Licenciado	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Convidado	Tempo parcial
Dep. Rel Internacionais	Isabel Maria Fernandes Silva	Doutor	Humanidades	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	Luís José Leitão Tomé	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	Luís Manuel Alves Fraga	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	Luís Manuel Santos Moita	Doutor	Humanidades	Prof. Catedrático	Tempo integral
Dep. Rel Internacionais	Luís Vasco Valença Pinto	Especialista	Serviços de segurança	Prof. Catedrático	Tempo integral

Designação	Nome	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Dep. Rel Internacionais	Maria Margarida Mota Câmara	Licenciado	Humanidades	Assistente Convidado	Tempo parcial
Dep. Rel Internacionais	Mateus Pereira Kowalski	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
Dep. Rel Internacionais	Nancy Elena Ferreira Gomes	Doutor	Ciênc. sociais e do comport.	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral

Anexo VII – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações

Anexo VIII – Doutoramentos na UAL (2014/2015)

Doutoramentos na UAL no ano letivo 2014/2015

Data da Prova	Especialidade do Doutoramento	Candidato	Título da Tese	Nota
15-out-14	Economia, especialidade em Economia da Empresa	Ricardo Jorge Pinto Lopes Ferro	Dos Sistemas de Gestão (9k, 14k, 18k) à RS (26k): A sua influência na gestão do risco e consequente factores de competitividade das organizações que a adoptam	15
4-nov-14	Psicologia	Maria Luísa Marques Peralta Ribeiro	Variáveis Individuais e Grupais que Promovem a Inovação e a Criatividade Organizacional	19
11-nov-14	Economia, especialidade em Economia da Empresa	Mário Rui de Abreu Duarte Moura	Responsabilidade Social das Empresas: em busca do equilíbrio económico, social e ambiental	16
10-dez-14	Direito, especialidade em Ciências Jurídico-Políticas	Nilo Alfredo Moroni	O Direito e a Provisão para Demandas Contingentes	16
11-dez-14	Economia, especialidade em Economia da Empresa	José Manuel Alexandre Marchante	"Estratégia, marketing e desempenho económico - estudo das relações de causalidade em empresa portuguesa	16
19-dez-14	Economia, especialidade em Economia Pública e Regulação	António Joaquim Gama Duarte Santos	As Políticas da Habitação em Portugal: Avaliação Longitudinal da Promoção Imobiliária	10
8-jan-15	Psicologia	Pedro Filipe Hubert	Jogadores Patológicos Online e Offline: Caracterização e Comparação	17
9-jan-15	Economia, especialidade em Economia da Empresa	Rui Miguel Entradas Silva	Formação e Mobilidade no Mercado de Trabalho. Análise de Intenções de Rotatividade	16
23-jan-15	Psicologia	Kimberly Fitzgerald	Women's health and the workplace: the impact of the menstrual cycle	12
11-fev-15	Psicologia	António Correia	Operações de Paz e stresse pós-traumático (SPT) em militares portugueses	13
21-abr-15	Economia, especialidade em Economia da Empresa	Robert Carsten Gerick	"Corporate Governance & Risk Management in Financial Institutions: An International Comparison between Brazil and Germany"	17
23-abr-15	Psicologia	Terezinha Teixeira Joca	Um estrangeiro em família: ser surdo como diferença linguística	16
19-mai-15	Economia, especialidade em Economia da Empresa	Anabela Sousa Santos	Economia da felicidade. Determinantes da felicidade e a influência das dimensões socioculturais. Um estudo multicultural	17
3-jun-15	Psicologia	Maria Natália Azevedo Pereira	Cosmovisão e Biomedicina na Guiné-Bissau. Leituras à Depressão	17
6-jul-15	Direito, especialidade em Ciências Jurídicas	Ivana Silva Santana	A muralha de ferro que anula a cidadania do homem como preso	10
8-jul-15	Psicologia	José Manuel Brissos Lino	O fenómeno da glossolalia e suas implicações psicossociais	16
29-jul-15	Psicologia	Cláudia Delane Silva de Castro	Tradução, Adaptação e Contributo para a Validação da Bateria Luria-DNA para a População Portuguesa: Um Estudo sobre os Défices Cognitivos Associados ao VIH/SIDA	17
15-set-15	Economia, especialidade em Economia da Empresa	Victor Manuel Solinho Salgado	Instabilidade Macroeconómica e Falência da Empresa: Um Estudo Exploratório	14

Anexo IX – Representações do Reitor

Representações do Reitor no ano letivo 2014/2015

Data	Evento	Local
26-set-14	Sessão de abertura do Curso de Regulação do Setor Portuário	AIP
1-out-14	Cerimónia de Investidura do Reitor da Universidade Lusíada	Universidade Lusíada
2-out-14	Lançamento do livro de Miguel Faria e Amado Mendes "Dicionário de História Empresarial Portuguesa Séculos XIX e XX - Volume I - Instituições Bancárias e Volume II - Seguradoras"	Biblioteca da Imprensa Nacional Casa da Moeda
3-out-14	Colóquio "À descoberta dos arqueólogos na Europa: o caso de Portugal"	Sociedade de Geografia de Lisboa
6-out-14	Conferência "Afirmar o Futuro - Políticas Públicas para Portugal"	Fundação Calouste Gulbenkian
13-out-14	Abertura do Ano Letivo do Departamento de Arquitetura da UAL	UAL
15-out-14	Almoço com Embaixador de Angola	UAL
16-out-14	Lançamento do livro de M. Faria "Machado de Castro - da utilidade da escultura"	Adega do Palácio do Marquês
21-out-14	Receção na Embaixada de Espanha por ocasião da Festa Nacional	Embaixada de Espanha
23-out-14	Apresentação do livro «São Carlos - um teatro de ópera para Lisboa"	Teatro Nacional de S. Carlos
31-out-14	Lançamento do Santander Advance	Terreiro das Missas
5-nov-14	Seminário "O orçamento de Estado 2015"	Fórum para a Competitividade
11-nov-14	Receção da Embaixada de Angola por ocasião do Dia Nacional de Angola	Hotel Ritz
13-nov-14	Orador nas 1ª Jornadas de Gestão "A eficiência da Gestão como contributo económico para Portugal"	UAL
14-nov-14	Orador no IV Congresso do SNESup sob o tema "O Ensino Superior Privado: Dignidade e Qualidade"	ISCTE
18-nov-14	Receção da Embaixada da Turquia	Palácio Foz
28-nov-14	Inauguração da exposição FMR a Coleção Franco Maria Ricci	Museu Nacional de Arte Antiga
9-dez-14	Embaixada da Polónia - Almoço e exposição "Enigma"	Hotel Pestana Palace
12-jan-15	Visita de estudo do CEEM (Timor Leste) a Portugal	UAL
22-jan-15	Cerimónia de atribuição das "Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência"	Pavilhão do Conhecimento
30-jan-15	Cerimónia 30º aniversário da Transinsular	Gare Marítima de Alcântara
30-jan-15	Sessão solene do Dia da UCP e atribuição de Honoris Causa	UCP
3-mar-15	Lançamento do Catálogo "Livros dos sec. 16 a 18"	Biblioteca Nacional
24-mar-15	Assinatura do Protocolo c/Betweien - Academia de Empreendedorismo	UAL
24-mar-15	Conferência "Gestão e Contabilidade: a importância da ética e do conhecimento" - Dr. António Domingues de Azevedo, Bastonário dos OTOC	UAL
25-mar-15	Cerimónia de atribuição de Doutoramento Honoris Causa a Radoslaw Sikorski pela Universidade Nova de Lisboa	UNL
26-mar-15	Evento do Conselho Português de Carregadores dedicado à "Parceria transatlântica de comércio e investimento (T-TIP)	Museu da Eletricidade

Data	Evento	Local
7-abr-15	Seminário Acesso ao Ensino Superior: Desafios para o séc. XXI - Conselho Nacional da Educação	Universidade de Évora
10-abr-15	Tomada de posse dos órgãos sociais da APESP	Instituto Superior de Ciências da Saúde-Norte
13-abr-15	Assinatura de Protocolo com a Century 21	UAL
22-abr-15	Assinatura da Adenda ao Protocolo UAL-IDN	IDN
27-abr-15	Conferência de Thomas Piketty "O Capital no séc. XXI"	Fundação Calouste Gulbenkian
28-abr-15	Conferência "Todos queremos um bairro melhor"	Museu da Eletricidade
15-mai-15	Debate "O papel da Engenharia e Gestão Industrial no Futuro da Indústria"	Instituto Superior Técnico
20-mai-15	Cerimónia de doação do projeto do Novo Museu dos Coches à Casa da Arquitectura	Ordem dos Arquitetos
21-mai-15	Conferências do Estoril	Centro de Congressos do Estoril
25-mai-15	Lançamento do livro de Arlindo Donário "The Economic Analysis of Law"	El Corte Inglés
27-mai-15	3º Fórum Portugal Alemanha	Fundação Calouste Gulbenkian
19-jun-15	Sessão inaugural das jornadas s/Convenção Europeia Exercício dos direitos das crianças	UAL
25-jun-15	Conferência Internacional CIRSIF "Grandes Tendências da Regulação e Supervisão do Sector Financeiro - 2015"	Fundação Calouste Gulbenkian
26-jun-15	Conferência "Investigação, Inovação e as Cidades do Futuro" de Carlos Moedas	Centro Cultural Olga Cadaval
30-jun-15	Apresentação pública dos finalistas do Programa de Empreendedorismo Intergeracional do Projeto UAW - United At Work	FIL
8-jul-15	6º Congresso Nacional dos Economistas	Fundação Calouste Gulbenkian
9-jul-15	Conferência de Fernando Henrique Cardoso "Desafios atuais do Brasil"	Fundação Calouste Gulbenkian
7-set-15	Receção na Embaixada do Brasil por ocasião do Dia Nacional	Embaixada do Brasil

Anexo X – Protocolos, convénios e parcerias

Protocolos, convénio e parcerias - 2014/2015

Com entidades nacionais

Data	UAL	Entidade	Tipo
04-09-2014	Dep. Psicologia	Casa da Praia	Protocolo de Colaboração de Estágios de Psicologia
13-10-2014	CEU/UAL	ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida	Protocolo de cooperação institucional nas vertentes da formação e da investigação científica
24-10-2014	Dep. Psicologia	Fundação Garcia	Protocolo de Colaboração de Estágios de Psicologia
06-11-2014	Dep. Psicologia	Associação Passo a Passo - Associação de ajuda Psicossocial	Protocolo de Colaboração de Estágios de Psicologia
21-11-2014	Dep. Psicologia	Câmara Municipal de Mafra	Protocolo de cooperação para o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas - estágios Psicologia
28-11-2014	Dep. Psicologia	Centro Hospitalar Barreiro Montijo	Protocolo de Colaboração de Estágios de Psicologia
16-01-2015	CEU/UAL	Banco Santander Totta, S.A.	Protocolo de adesão da UAL ao programa de Bolsas de Estágio Santander Universidades
24-01-2015	CEU/UAL	Sport Algés e Dafundo	Protocolo de Colaboração para desenvolvimento do basquetebol e divulgação da UAL
06-02-2015	UAL	Universidade Nova de Lisboa	Acordo de cooperação com a finalidade de promover a cooperação entre as duas instituições com o fim de realizar atividades de índole académica, científica e cultural em áreas de interesse comum.
13-02-2015	CEU/UAL	Century 21 Portugal	Protocolo para criação de uma estrutura que junte as marcas Century 21 e a Autónoma para o lançamento de uma Academia/Universidade Corporativa, Escola de Formação Executiva não conferente de grau, dirigida aos profissionais das lojas espalhadas por todo o território nacional, sem esquecer os 1300 vendedores.
24-03-2015	CEU/UAL	Betweien - Challenge and Success, Lda.	Protocolo de cooperação para o estabelecimento de relações privilegiadas com o designio de proporcional a implementação da Academia de Empreendedorismo
11-04-2015	Dep. Ciências e Tecnologias	Azorean, Aquatic Technologies, S.A. e Yd Ynvisible, S.A.	Protocolo de cooperação para estágios para estudantes da UAL
09-05-2015	Autónoma Academy	Alto Comissariado para as Migrações e Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa	Protocolo de Cooperação visando a promoção de ações de formação e de investigação conjuntas, nomeadamente no projeto de Formação Avançada "Transculturalidade e Psicopatologia"
20-05-2015	CEU/UAL	Galilei Saúde, SGPS. S.A.	Protocolo de Cooperação (estágio)
31-07-2015	CEU/UAL	Consulmed - Associação Nacional de Resolução de Conflitos	Protocolo de Cooperação tendo em vista o aproveitamento recíproco das suas potencialidades científicas, técnicas e humanas
16-09-2015	CEU/UAL	Associação Portuguesa de Franchise	Protocolo de Cooperação visando realizar iniciativas, intercâmbios, estágios e projetos nos domínios da formação, investigação e prestação de serviços.

Internacionais

20-10-2014	Dep. Relações Internacionais	Universita di Roma SAPIENZA	Inter-Institutional Agreement for International Doctorate: PhD in History of Europe: civilizations and International Relations
04-11-2014	Dep. Relações Internacionais	Fundação Universidade Estadual do Piauí - FUESPI	Protocolo de intenções para enquadramento da cooperação institucional entre a FUESPI E A UAL
28-11-2014	UAL	Nebrija Universidad (Madrid)	Protocolo para promover a cooperação no âmbito das áreas científicas comuns e em ações de mútuo interesse
17-12-2014	UAL	Universidade Cândido Mendes (Brasil)	Acordo de cooperação académica, científica e cultural em todos os campos de interesse comum.
20-01-2015	UAL	Universidad Camilo José Cela (Madrid)	Convenio marco de colaboración en el campo de la información, formación e investigación que son de interés común.
19-05-2015	Autonoma Academy	Centro de Educação e Pesquisa Interccursos LTDA (CTEPI)	Acordo de parceria comercial de representação com o objetivo geral de promover os cursos de formação de executivos, pós-graduação ou especialização oferecidos pela Autónoma Academy, bem como angariar parcerias com outras universidades brasileiras
09-06-2015	UAL	Universidade Cândido Mendes (Brasil)	Termo aditivo ao acordo de cooperação para revalidação de títulos
23-09-2015	Dep. Relações Internacionais	Pontfícia Universidade Católica de São Paulo	Convénio geral de cooperação académica em áreas de interesse comum

Anexo XI – GRI
Gabinete de Relações Internacionais

Gabinete de Relações Internacionais (GRI) Relatório de Actividades 2014-2015

O balanço de actividade do Gabinete de Relações Internacionais no ano de 2014-2015 é positivo, tendo-se cumprido os objectivos propostos.

1. Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional.

Actualização da informação do GRI no novo website da UAL, em português e inglês, sobre: o novo programa Erasmus+ e atribuição da Carta Erasmus 2014-2020, lista de protocolos internacionais, candidaturas Erasmus+, documentos de suporte, informação sobre a UAL, lista de professores, alunos e funcionários em mobilidade (in e out). Resposta e reencaminhamento aos departamentos de pedidos de informação externos. Tradução para inglês de candidaturas à A3ES, FCT, e website da UAL. O GRI concluiu os procedimentos necessários de forma a cumprir os requisitos do Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Qualidade, assim como o referencial 10 "Internacionalização".

2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+

O GRI candidatou a UAL ao financiamento da CE para bolsas Erasmus+ 2014-2015 com sucesso. No ano lectivo 2014-15 realizaram-se 15 mobilidades Erasmus+ (mais uma do que as atribuídas pela Agência Nacional) e uma mobilidade no Brasil. Fizeram mobilidade Erasmus+ 7 alunos (gestão, arquitectura e ciências da comunicação), 3 recém-graduados (estágios internacionais de arquitectura), e 4 professores (direito, ciências da comunicação, e relações internacionais). A gestão/execução do projecto foi de 100%. O número de alunos *incoming* foi 39 (34 em 2013-14). O número de professores e funcionários visitantes foi 17 (12 em 2013-14). Os protocolos Erasmus+ aumentaram para 30. Implementámos um sistema interno de *Buddies*, que teve grande adesão entre os nossos alunos, de forma a ajudarem os alunos *incoming* no ano lectivo 2015-2016 antes da sua chegada e durante a sua estadia (esclarecer dúvidas, mostrar a universidade, ajudar a encontrar casa etc.) de forma a ajudarem-nos a integrar-se na nossa comunidade e em Lisboa. O projecto teve igualmente o objectivo de promover e visibilizar o programa Erasmus+ internamente para que se traduza no aumento das mobilidades ou.

3. Promoção de redes de investigação com universidades parceiras

Quatro professores realizaram mobilidades "out" em universidades em Espanha e Itália. Os Departamentos de Gestão, Ciências da Comunicação, Relações Internacionais, e Direito e a Biblioteca, GRI, GAMD e UCA acolheram docentes e funcionários *incoming*, respectivamente. O GRI realizou traduções científicas para os seguintes departamentos e/ou centros de investigação: CEACT; CIP, R.I/Observare; Direito, Psicologia, Autónoma TechLab, Ciências e Tecnologias.

4. Apoio à organização de conferências dos departamentos da UAL

O GRI colaborou na conferência Norte Júnior.

5. Apoio aos departamentos/unidades da UAL

O GRI procurou responder aos pedidos de tradução, entre outros, solicitados pela Direcção, Centros de Investigação, Departamentos e Secretaria da UAL. O GRI participou em reuniões externas sobre o programa Erasmus+. O GRI teve um papel importante na confirmação de qualificações obtidas na UAL, respondendo a solicitações de recrutadores de empresas internacionais, o que significa que um número crescente de antigos alunos da UAL está apto a candidatar-se a posições no estrangeiro

Carolina Peralta

Gabinete de Relações Internacionais, 19 de Novembro de 2015

Lista de alunos da UAL em Mobilidade Erasmus+ 2014-15

País	Universidade	Nome	Curso	Duração meses	Modalidade
Espanha	Univ. do País Basco	Inês Esteves	C. Comunicação	5	Estudos
Espanha	Univ. do País Basco	Marisa Perez	C. Comunicação	5	Estudos
Espanha	Univ. Valladolid	Mariana Coelho da Silva	C. Comunicação	5	Estudos
Noruega	Atelier de Arquitectura	Mónica Silva	Arquitectura	9	Estágio
Noruega	Norwegian University of Science and Technology (Trondheim)	Carolina Pedro	Arquitectura	5	Estudos
Noruega	Norwegian University of Science and Technology (Trondheim)	Beatriz Morgado	Arquitectura	9	Estudos
Noruega	Norwegian University of Science and Technology (Trondheim)	Constança Lino	Arquitectura	9	Estudos
Holanda e França	Ateliers de Arquitectura	Emanuel Diogo	Arquitectura	9	Estágio
Polónia	Gdansk Academy of Banking	Celso Lima	Gestão	9	Estudos

Arquitectura: 5 alunos
C. Comunicação: 3 alunos
Gestão: 1

Lista de alunos da UAL outgoing em Mobilidade fora da Europa 2014-2015

País	Univ.	Nome	Curso	Duração meses
Brasil	Escola da Cidade	Sebastião Almeida	Arquitectura	9

Total: 10 (11 no ano lectivo 2013-2014)

Professores da UAL em mobilidade Erasmus 2013-2014

País	Universidade	Nome	Curso/Serviço	Duração (dias)
Espanha	Complutense	Inês Amaral	C. Comunicação	3
Espanha	La Coruña	Pedro Trovão do Rosário	Direito	3
Espanha	La Coruña	Rúben Bahamonde	Direito	3
Itália	La Sapienza	Luís Tomé	Relações Internacionais	5

Total: 4 (4 no ano lectivo 2013-2014)

Alunos Erasmus+/Intercâmbio Incoming 2014-2015

País	Universidade	Nome	Curso	Duração meses
Espanha	La Salle	Anna Carbonell	Arq.	10
Espanha	La Salle	Sandra Alcantara	Arq.	10
Espanha	La Salle	Roser Mas Monras	Arq.	10
Espanha	Granada	Maria Ortiz Alvares	Arq.	10
Espanha	Valladolid	Carlota Zulema Pérez Garcia,	Arq.	10
Alemanha	Künste (Uni. Das Artes) Berlim	Lucía Gauchat Schulte	Arq.	6
Alemanha	Künste (Uni. Das Artes) Berlim	Simon Maris	Arq.	10
Alemanha	Cotbus	Jessica Zablocki	Arq.	6
Itália	IUAV	Elisa Fanton	Arq.	6
Itália	Politécnico de Milão	Ambra Chiesa	Arq.	10
Itália	Politécnico de Milão	Pietro Gualazzi	Arq.	10
Itália	Politécnico de Milão	Gaia Fusé	Arq.	10
Noruega	Nowergian University of Science and Technology (Trondheim)	Mina Oldervik	Arq.	10
Noruega	Nowergian University of Science and Technology (Trondheim)	Benedict Stange	Arq.	10
Suíça	Mendrisio	Mara Meerwein	Arq.	6
Brasil	Escola da Cidade	Maria Fernanda Basile	Arq.	
Brasil	Univ. do Oeste Paulista	Daniel Boscoli	Arq.	6
Itália	Torino	Rossana Peraglie	Psi	6
Itália	Torino	Erwin Steiner	Psi	6
Rep. Checa	Pardubice	Tereza Bartoníčková	Gestão	10
Rep. Checa	Pardubice	Tereza Bartošová	Gestão	10
Eslováquia	Nitra	Barbora Kováčsová	Gestão	10
Eslováquia	Nitra	Martina Kamenicka	Gestão	10
Espanha	Autónoma de Madrid	Alfredo Garcia Encinas	Economia	6
Brasil	Univ. do Oeste Paulista	Bruno Sefrin Saladini	Direito	6
Brasil	Univ. do Oeste Paulista	Isabella Venturini Della Libera	Direito	6
Itália	Univ. de Roma La Sapienza	Luca di Pietro	Rel. Int	6
Itália	Univ. de Roma La Sapienza	Simone Giacchetti	Rel. Int	6
Itália	Univ. de Roma La Sapienza	Giulia Bordacchini	Rel. Int	6
Turquia	METU	Baran Yildiz	Rel. Int	6
Turquia	METU	Ezgi Mutlu	Rel. Int	6
Espanha	Complutense	Iñigo Villafranca Apesteguia	Rel. Int	10
Espanha	Complutense	Alberto Velasco Diez	Rel. Int	10
Espanha	Complutense	Javier, Romero Perez	C.Com	10
Espanha	Complutense	Maria Campo Sanchez	C.Com	10
Espanha	Valladolid	Iciar Martín Candal	C.Com	10
Espanha	Univ. País Basco	María Belén Lione Busquets	C.Com	10
Espanha	Univ. País Basco	Elena Merino Leiva	C.Com	10
Itália	Univ. Roma	Marco Usai	C. Com	10

Curso	Nº de alunos	País de Origem	
Arquitectura	17	Espanha	13
C. Comunicação	6	Itália	10
Gestão	4	Brasil	4
Economia	1	Alemanha	3
Direito	2	Turquia	2
Psicologia	2	Rep. Checa	2
Relações Internacionais	7	Eslováquia	2
		Noruega	2
		Suíça	1

Total: 39 alunos (34 no ano lectivo 2013-2014)

Professores e pessoal administrativo visitante ao abrigo do Programa Erasmus+

Nome	Universidade	País	Tipo de Mobilidade	Curso/serviço	Duração (dias)
Nuria Moraleja	Castilla La Mancha	Espanha	Docência	Gestão	5
José Dader Garcia	Complutense	Espanha	Docência	Ciênc. Comunicação	2
Encarnación Pajares	Jaén	Espanha	Docência	Gestão	4
Raquel López	Castilla La Mancha	Espanha	Docência	Gestão	3
Giray Sadik	Yildirim Beyazit University	Turquia	Docência	Relações Internacion.	4
Marcos Suárez	La Coruña	Espanha	Docência	Direito	5
Maria Isabel Fidalgo	Salamanca	Espanha	Docência	Ciênc. Comunicação	5
Adan Gonzáles-Castel	Salamanca	Espanha	Docência	Direito	4
Patricia Ortiz	Granada	Espanha	Formação	GRI	3
Consuelo Martinez	Granada	Espanha	Formação	GRI	3
Esther Vilchez Gomez	Granada	Espanha	Formação	GAMD, Secretaria de Mestr. e Doutoram.	3
Ana Belén Gil	Castilla La Mancha	Espanha	Formação	Biblioteca	5
Jose Azpiazu	Castilla La Mancha	Espanha	Formação	Biblioteca	5
Monica Perissinotto	IUAV	Itália	Formação	GRI	1
Kristina Mandalová	Slovak Univ. of Agriculture in Nitra	Eslováquia	Formação	GRI	3
Aleksandra Matyjszczyk	Lublin University of Technology	Polónia	Formação	Biblioteca	4
Anna Powalka	Lublin University of Technology	Polónia	Formação	Biblioteca	4

Total de visitantes: 17 (12 no ano lectivo 2013-2014)

Anexo XII – Gabinete de Inserção Profissional


 CENTRO DE ESTUDOS
E PROJECTOS
AUTÓNOMA

Atividades do GEP/GIPE no ano letivo 2014/2015

Celebração de Protocolos com Empresas:

EMPRESAS
Cofina Media
Sociedade Vicra Desportiva
Sport Lisboa e Benfica
Seasonreturn
Câmara Municipal de Lisboa
Coral Vision
Rádio M80
Confederação do Desporto de Portugal
Millennium Bcp
Jornal a Bola
TOTAL: 10 Protocolos

Estágios curriculares efectuados por alunos da UAL em Empresas:

EMPRESAS	NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS
Cofina Media	10
Sociedade Vicra Desportiva	02
Sport Lisboa e Benfica	01
Seasonreturn	01
Câmara Municipal de Lisboa	01
Coral Vision	02
Rádio M80	01
Confederação Do Desporto de Portugal	01
Kalorias	01
Rádio Regional de Lisboa	01
TOTAL DE ESTÁGIOS	21

Estágios remunerados efetuados por alunos da UAL ao abrigo do Programa de Bolsas Santander Universidades:

Total de estágios concedidos: 03 alunos da UAL

Estágios remunerados ao abrigo do IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional – Medida Estágio Emprego – duração 9 meses:

Total de estagiários na UAL: 04 (quatro)

**Ofertas de Estágios Curriculares, Profissionais e Empregos:
Divulgações aos alunos (presencialmente, por e-mail, site da UAL, antigos alunos e facebook)**

EMPRESAS	
Cocktail Team	Cooper Pretónica
Compta	El corte Inglês
Data Smart	Escritório de Advogados
Hay Group	FOX
Sofomil	JPS Consulting
Sysmatch	KPMG
Century 21	Medipeople
Colliers International	ONE
Millennium BCP	TNSC
SCI	Ultracontrolo
Universidade Católica	Victoria Seguros
TOTAL: 22 EMPRESAS	

**Curso do Sistema de Aprendizagem “Programador/a de Informática” – Financiado pelo IEFP -
Previsão de início – Nov/2015:**

23 Candidaturas confirmadas

Criação e instalação da Oficina do Empreendedor:

Previsão de início de actividades – Nov/2015

Lisboa e UAL, 3 de Novembro de 2015

A Coordenadora do CEP/GIPE
(Cecília Dias)

Anexo XIII – Avaliações e Acreditações 2014/2015

CURSOS EM FUNCIONAMENTO CONFERENTES DE GRAU
Publicação em *Diário da República* e Situação de Acreditação
6 de outubro de 2015

Licenciaturas (1º Ciclo)

Designação do curso	Publicações em <i>DR</i>	Acreditação
Ciências da Comunicação	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 186, de 26 setembro de 2014, Anúncio nº 235/2014.	Acreditado até 1 de setembro de 2019.
Direito	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 103, de 29 maio de 2007, Despacho nº 9957-AF/2007.	No ano letivo de 2016/2017 o curso passará a ter 4 anos. Neste momento trabalha-se no novo plano de estudos e no programa de transição. Se esta condição de acreditação for aceite pela A3ES, o curso ficará acreditado até 1 de setembro de 2021.
Economia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 176, de 9 setembro de 2015, Anúncio nº 210/2015.	Acreditado até 1 de setembro de 2021.
Engenharia Informática	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 155, de 11 de agosto de 2015.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de junho de 2017.
Gestão	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 176, de 9 setembro de 2015, Anúncio nº 211/2015.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de outubro de 2015.
Gestão e Administração Pública	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 78, de 22 abril de 2015, Aviso nº 73/2015.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de outubro de 2015.
Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 177, de 10 setembro de 2015, Anúncio nº 213/2015.	Acreditado até 1 de setembro de 2019.
Informática de Gestão	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 78, de 22 abril de 2015, Anúncio nº 72/2015.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de junho de 2017.
História	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 19, de 28 janeiro de 2014, Anúncio nº 26/2014	Acreditado até 1 de setembro de 2018.
Psicologia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 31, de 13 fevereiro de 2014, Anúncio nº 41/2014.	Acreditado até 1 de setembro de 2018.

CURSOS EM FUNCIONAMENTO CONFERENTES DE GRAU
Publicação em *Diário da República* e Situação de Acreditação
6 de outubro de 2015

Designação do curso	Publicações em <i>DR</i>	Acreditação
Administração de Unidades de Saúde	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 127, de 3 de julho de 2012, Anúncio nº 13203/2012.	Acreditado até 1 de setembro de 2017.
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 143, de 24 de julho de 2015, Anúncio nº 182/2015.	Acreditado até 1 de setembro de 2021.
Gestão do Desporto	-----	Submetido ao processo de acreditação em outubro de 2015.

CURSOS EM FUNCIONAMENTO CONFERENTES DE GRAU

Publicação em *Diário da República* e Situação de Acreditação, 6 de outubro de 2015

Mestrados (2º Ciclo)

Designação do curso	Publicações em <i>DR</i>	Acreditação
Gestão de Empresas	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 147, de 30 de julho de 2010, Anúncio nº 7515/2010.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de janeiro de 2016.
Comunicação Aplicada	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 189, de 28 de setembro de 2015, Anúncio nº 226/2015.	Acreditado até 1 de setembro de 2018.
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 114, de 15 de junho de 2011, Anúncio nº 8246/2011.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de outubro de 2015.
Direito (Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Criminais)	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 103, de 29 maio de 2007, Despacho nº 9957-AI/2007. e <i>DR</i> , 2ª Série, Nº 116, de 18 junho de 2008, Despacho nº 16650/2008.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de maio de 2016.
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 235, de 4 de dezembro de 2014, Anúncio nº 288/2014.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de junho de 2017.
Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 143, de 26 julho de 2013, Anúncio nº 261/2013.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de maio de 2016.
História, Arqueologia e Património	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 151, de 8 de agosto de 2011, Anúncio nº 11554/2011.	Acreditado até 1 de dezembro de 2016.
Arquitetura	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 147, de 1 de agosto de 2014, Anúncio nº 200/2014.	Acreditado até 1 de setembro de 2019.
Cuidados e Cuidadores na Intervenção Paliativa	-----	Submetido ao processo de acreditação em outubro de 2015, em parceria com a Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias.

CURSOS EM FUNCIONAMENTO CONFERENTES DE GRAU

Publicação em *Diário da República* e Situação de Acreditação, 6 de outubro de 2015

Doutoramentos (3º Ciclo)

Designação do curso	Publicações em <i>DR</i>	Acreditação
Direito	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 54, de 17 março de 2008, Despacho nº 7988/2008.	Acreditado até 1 de setembro de 2017.
História	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 174, de 10 setembro de 2007, Despacho nº 20823-T/2007.	Acreditado até 1 de setembro de 2018.
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 196, de 7 de outubro de 2015, Anúncio nº 234/2015	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de setembro de 2018.
Resolução Alternativa de Conflitos	-----	Submetido ao processo de acreditação em outubro de 2015 em parceria com a U. Lusíada de Lisboa e a U. Portucalense Infante D. Henrique.

RESUMO DAS ATIVIDADES PARA COM A A3ES

6 de outubro de 2015

Data	Atividade	Observações
30 de outubro de 2015	Relatório de <i>follow-up</i> da licenciatura em Gestão	
30 de outubro de 2015	Relatório de <i>follow-up</i> da licenciatura em Gestão e Administração Pública	
30 de outubro de 2015	Relatório de <i>follow-up</i> do mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
30 de janeiro de 2016	Relatório de <i>follow-up</i> do mestrado em Gestão de Empresas	
30 de maio de 2016	Relatório de <i>follow-up</i> dos mestrados em Relações Internacionais e de Direito	
1 de setembro de 2016	Eventuais submissões de novos cursos	
1 de dezembro de 2016	Renovação do processo de acreditação do curso de mestrado em História, Arqueologia e Património	
30 de junho de 2017	Relatório de <i>follow-up</i> da licenciatura em Engenharia Informática	
30 de junho de 2017	Relatório de <i>follow-up</i> da licenciatura em Informática de Gestão	
30 de junho de 2017	Relatório de <i>follow-up</i> do mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento	
1 de setembro de 2017	Renovação dos processos de acreditação dos cursos de doutoramento em Direito e licenciatura em Administração de Unidades de Saúde	
1 de setembro de 2018	Renovação dos processos de acreditação dos cursos de licenciatura em História, Psicologia e mestrado em Comunicação Aplicada e de doutoramento em História	
30 de setembro de 2018	Relatório de <i>follow-up</i> do doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	
1 de setembro de 2019	Renovação dos processos de acreditação dos cursos de licenciatura em Ciências da Comunicação, Relações Internacionais e mestrado em Arquitetura	
1 de setembro de 2021	Renovação dos processos de acreditação dos cursos de licenciatura em Direito, Economia e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	